



Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais

Sónia Alexandra de Castro Couto

***OBJECTOS DA COLECÇÃO ARQUEOLÓGICA DO MUSEU NACIONAL SOARES DOS
REIS: ESTUDO E MEDIAÇÃO***

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
História e Património – ramo de Mediação Patrimonial
Orientador: Professora Doutora Alice Semedo
Co-orientador: Professor Doutor Armando Coelho da Silva

Setembro de 2011

Resumo

Esta dissertação assenta no estudo de um conjunto de objectos arqueológicos da reserva do Museu Nacional Soares dos Reis, e visa estabelecer o seu percurso histórico e contextualização arqueológica até à chegada a este museu. Para o seu estudo foi necessário numa primeira abordagem o estudo das origens do Museu, o que pressupôs recuar até aos primórdios da museologia nacional e de toda a conjuntura política em torno da salvaguarda do património da época.

A investigação científica em torno de colecções museológicas constitui uma mais-valia no sentido que permite dar visibilidade a objectos que doutra forma permaneceriam no desconhecimento do público. O resultado obtido neste estudo foi materializado em fichas de estudo e numa proposta de mediação cultural deste conjunto de artefactos, assente na concepção de um projecto expositivo, ainda que abordado numa perspectiva mais teórica.

Palavras-Chave: objectos arqueológicos, arqueologia, mediação cultural, museologia

Abstract

This thesis is based on the study of a set of archaeological objects from the Museu Nacional Soares dos Reis, and aims to establish its historical and archaeological background till the arrival at the museum. For their study was necessary in a first approach the study of the origins of the Museum, which assumed back to the dawn of portuguese museology and all national and political circumstances surrounding the safeguarding of cultural heritage on this period.

The scientific research about museum collections is important in the sense that allows visibility to objects that otherwise would remain in ignorance of the public. The result obtained in this study was materialized in study files and a proposal for cultural mediation of this set of archeological artifacts, based on a design exhibition project.

Key Words: archeological objects, archeology, cultural mediation, museology

Resumé

Cette these est basée sur l'étude d'un ensemble d'objets des reserves archéologiques du Museu Nacional Soares dos Reis, et vise à établir son contexte historique et archéologique jusque à l'arrivée au musée. Pour leur étude était nécessaire dans une première approche l'étude des origines du Musée, qui a assumé à l'aube de la muséologie nationale et autour des politiques de préservation du patrimoine de l'époque.

La recherche scientifique sur les collections du musée est importante dans le sens qui permet une visibilité à des objets qui, autrement, resterait dans l'ignorance du public. Le résultat obtenu dans cette étude a été concrétisée dans les fiches d'étude et une proposition de médiation culturelle de cet ensemble d'artefacts archéologiques, basée sur un projet d'exposition.

Mots-clés: objets arqueologiques, arqueologie, médiation culturelle, museologie

Índice

Agradecimentos	ii
Lista de Abreviaturas	iii
Índice de Figuras	iv
Introdução	1
Capítulo I	
1. As políticas patrimoniais e museológicas em Portugal entre os finais do século XVIII e meados do século XX	6
1.1 Do coleccionismo à criação dos museus públicos: os primeiros museus em Portugal	6
Capítulo II	
2. O Museu Nacional Soares dos Reis: história e fundação do Museu Nacional Soares dos Reis – os museus do liberalismo do Porto na sua génese	22
2.1.O Museu Portuense	24
2.2 O Museu Allen	26
2.3 O Museu Municipal do Porto	27
Capítulo III	
3. Objectos em estudo	38
3.1 História da colecção arqueológica do Museu Nacional Soares dos Reis: proveniência, contextos, percursos e incorporação dos objectos em estudo	38
3.2 A importância da investigação científica no estudo de colecções museológicas	73
Capítulo IV	
4. Proposta de Mediação: a exposição temporária enquanto forma de comunicação e mediação de colecções museológicas	78
4.1 Desenvolvimento e concepção de uma exposição	83
4.1 Ideia expositiva	88
4.3 Justificação e fundamentação do projecto expositivo	89
4.4 Missão e objectivos	90
Conclusão	92
Fontes e Bibliografia	94
Índice de Anexos	106
Índice de Apêndices	108

Agradecimentos

Gostaria de agradecer em primeiro lugar à minha orientadora Prof^a Alice Semedo por todo o apoio, dedicação e incentivo demonstrado ao longo do desenvolvimento deste trabalho, sem o qual não teria sido possível a sua concretização.

Agradeço ao Prof. Armando Coelho meu co-orientador pela preciosa ajuda na selecção de bibliografia alusiva às tipologias e contextos arqueológicos dos objectos estudados e pela disponibilidade demonstrada.

Agradeço à Prof^a Doutora Inês Amorim, directora do mestrado, por todo o incentivo e interesse demonstrado ao longo destes dois anos, na concretização dos projectos propostos por todos os alunos nesta edição do mestrado.

À Dr^a Ana Paula Machado conservadora do Museu Nacional Soares dos Reis que foi incansável no acompanhamento de todo o trabalho de pesquisa realizado no museu, disponibilizando sempre todos os meios necessários à execução das pesquisas ali realizadas e no interesse que sempre demonstrou no trabalho aqui apresentado.

À Dr^a Maria João Vasconcelos, Directora do MNSR pelo acolhimento e disponibilização dos meios necessários à investigação realizada.

Ao Prof. Sérgio Rodrigues da FLUP, pela colaboração e disponibilidade no estudo dos objectos líticos da pré-história.

Agradecer a todos os colaboradores e responsáveis que nas instituições onde realizei pesquisas tiveram a amabilidade de me receber e ajudar nas pesquisas, em particular ao AHMP e BMMP.

Finalmente um agradecimento a todos os anónimos que me apoiaram no sentido de concluir este projecto, apesar de todas as dificuldades.

Lista de Abreviaturas

AHMP- Arquivo Histórico Municipal do Porto

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

MNSR – Museu Nacional Soares dos Reis

MMP – Museu Municipal do Porto

MOP - Ministério das Obras Públicas

RAACP – Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes

DGEMN – Direcção Geral de Engenharia

IGESPAR- Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IPM – Instituto Português dos Museus

MEHPDL - Museu de Etnografia e História da Província do Douro Litoral

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Índice de Figuras

	Pag.
Fig.1 - Rocha Peixoto (revista O Tripeiro, 5ª série, ano V, N°7, Porto, Novembro 1949, p.152)	14
Fig.2 - Martins Sarmiento (revista Almadan, II série, N°8, Outubro 1999, p.113)	14
Fig.3 - O paço e jardins das Carrancas, residência d'El-Rei na capital do norte – In Ilustração Portuguesa, nº143, 16 de Novembro de 1908	22
Fig.4 - Convento de Santo António da Cidade em S. Lázaro (desenho feito em 1833 por J.C. Vitória Vila-Nova, retirado de Pedro Vitorino, <i>Os Museus de Arte do Pôrto</i>	24
Fig.5 - Sala de arqueologia MNSR (AAVV, <i>Roteiro da Colecção: Museu Nacional de Soares dos Reis</i> . Lisboa: Ministério da Cultura, IPM. 2001. p.25)	40
Fig.6 - Fotografia da lâmina sílex	47
Fig.7 - Fotografia de machado polido	48
Fig.8 - Fotografia de núcleo sob seixo de quartzito	49
Fig.9 - Fotografia de machado de pedra	50
Fig.10 - Fotografia do Machado polido em anfíbolito	51
Fig.11 - Fotografia da Enxó	52
Fig.12 - Fotografia de enxó em silimanite	53
Fig.13 - Fotografia de peso de tear	54
Fig.14 - Fotografia do Púcaro/Cântaro	55
Fig.15 - Fotografia da Tigela	56
Fig.16 - Fotografia de <i>Ampulla</i> de duas asas simétricas	57
Fig.17 - Fotografia de Jarro de bocal trilobado	58
Fig.18 - Fotografia Copo	60
Fig.19 - Fotografia prato	61
Fig.20 - Fotografia de Bilha	62
Fig.21 - Fotografia da estatueta de Marte	63
Fig.22 - Fotografia da estatueta de bronze	64
Fig.23 - Fotografia de Cabo de Pátera	65
Fig.24 - Fotografia de amuleto Figa Phallus	66
Fig.25 - Fotografia de bracelete aberta	67

Fig.26 - Fotografia de corpo de fíbula	68
Fig.27 - Fotografia de machado de talão	69
Fig.28 - Fotografia de Estatueta Celtibérica	70

Introdução

O trabalho aqui apresentado foi realizado no âmbito do Mestrado em História e Património, ramo de Mediação Patrimonial, do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob a orientação da Professora Doutora Alice Semedo, e co-orientação do Professor Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva. O tema proposto revelou-se desde o seu início um desafio que se afigurava com dificuldades em diversas matérias, dada a complexidade que estes objectos apresentavam.

A ideia de estudar este conjunto de objectos, surgiu no contexto do trabalho de voluntariado que realizo até presentemente no MNSR, que me permitiu a tomada de um contacto mais próximo com as colecções existentes e as possibilidades em matéria de investigação a que o museu se encontra aberto. A minha formação na área da arqueologia sem dúvida que condicionou a escolha deste tipo de património na realização do mestrado, tendo encontrado neste museu uma excelente oportunidade que ia não só de encontro aos meus propósitos pessoais, mas também de encontro às necessidades e interesses do museu. Os diversos estudos em torno da colecção arqueológica que têm vindo a ser realizados nos últimos anos pelo museu com a colaboração de especialistas externos, e a realização de exposições temporárias com base nos resultados das investigações desenvolvidas, que obtiveram um sucesso junto do público visitante, constituíram ainda mais uma motivação para a realização deste trabalho.

O estudo de objectos cujas origens remontam às origens da museologia nacional, levantavam *à priori* obstáculos que se prendiam não só com o facto de se tratar de objectos isentos de uma inventariação aos olhos do que é feito actualmente, mas também pela forma como foram incorporados nos museus por onde passaram. Tentar perceber o percurso histórico de cada um destes objectos, na tentativa de lhes conferir um significado até então perdido, visto que em muitos dos casos estes artefactos estão desprovidos de qualquer contexto arqueológico, fruto também das práticas arqueológicas da época, constituía à partida uma tarefa árdua e morosa, considerando-se que os resultados obtidos seriam sempre escassos.

Julgou-se, ainda, necessário para o entendimento destes objectos, compreender a história do MNSR e a constituição das suas colecções. Desta forma estabeleceu-me um período cronológico para o estudo realizado, que recua a meados do século XIX (data da sua criação) até meados do século XX (data das últimas incorporações destes objectos no museu). Toda a

investigação desenvolvida, se insere portanto neste período cronológico, tendo sido realizada uma abordagem inicial sobre os primórdios da museologia nacional, que coincide com as origens deste Museu, ou seja, o Museu Portuense, que constituiu o primeiro museu público do país, o Museu Allen que se assumiu como o primeiro museu privado do país aberto ao público e ainda o Museu Municipal do Porto, o primeiro museu municipal português. Alvos também desta investigação foram as políticas de salvaguarda do património inerentes a este período, com especial incidência no património arqueológico, nomeadamente com a criação de sociedades de investigação arqueológica e publicações científicas que emergiam na divulgação da arqueologia nacional, iniciadas por nomes como Martins Sarmiento, Leite Vasconcelos e Rocha Peixoto, publicações essas que constituíram um precioso instrumento para o estudo das peças em questão. Por outro lado alguns dos objectos arqueológicos que foram alvo deste estudo, provêm de escavações realizadas por arqueólogos desta época, como Rocha Peixoto, Mendes Corrêa e José Fortes.

A execução deste projecto pressupôs um estudo prévio do conjunto das vinte e três peças que envolveu uma pesquisa não só sobre os locais de onde são originárias e o seu contexto arqueológico, mas também a sua contextualização histórico-cultural e como foram incorporadas no Museu. No que respeita ao estudo das peças propriamente ditas, a investigação passou inicialmente pelo levantamento de informação existente nas Fichas de Inventário do MNSR e a partir daqui passou-se para a consulta exaustiva de um vasto universo documental que contou com inventários dos Museus Allen, Museu Municipal do Porto e MNSR.

De forma a obter-se algumas referências bibliográficas sobre os locais de onde provêm as peças estudadas, e tendo em conta as poucas informações a este respeito existente nas fichas de inventário das mesmas, foi realizada uma consulta da base de dados do inventário do património arqueológico português (IGESPAR), onde foi possível obter alguma bibliografia sobre os sítios arqueológicos assim como das campanhas de escavação aí realizadas. A consulta de artigos de investigação arqueológica publicados em revistas da especialidade mais antigas como «*O arqueólogo português*» ou «*Portugália*», assim como monografias das regiões de proveniência destes artefactos, revelaram-se essenciais para o seu estudo, visto que retratam contextos e peças de tipologias e cronologias idênticas às aqui apresentadas.

Na pesquisa documental do arquivo do Museu Nacional Soares dos Reis, a consulta do trabalho de tratamento do arquivo deste Museu desenvolvido em 2009 por Joana Silva, no âmbito do mestrado em Arquivos Históricos, revelou-se fundamental na selecção dos documentos a consultar. Nesta investigação foram contemplados documentos como: livros de depósitos; livros de registo de ofertas e doações ao Museu, livros de inventário; livros de registo de entradas no Museu; documentos de aquisição de colecções; etiquetas antigas e estudos das salas de exposição; correspondência trocada com o museu, etc.

No que respeita à investigação em torno dos objectos arqueológicos oriundas do Museu Municipal do Porto, foi ainda realizada uma pesquisa no Arquivo Histórico Municipal do Porto e na Biblioteca Pública Municipal do porto, onde se encontram partes do arquivo deste Museu. No caso do AHMP toda a documentação está tratada e catalogada, sendo possível também seleccionar os documentos que se enquadravam no tema desenvolvido. No caso da BPMP o acervo documental relativo ao MMP não se encontrava tratado e catalogado, foi por isso necessário consultar toda a documentação.

O resultado final de todo este processo de investigação foi materializado em vinte e três Fichas de Estudo, adoptando o modelo de ficha com base no programa Matriz. Paralelamente, pensou-se em termos de mediação cultural, abordando a vertente expositiva como forma de comunicação do mesmo.

Em termos de organização do trabalho, no Capítulo 1 tentou-se perceber todo o processo em torno das políticas de protecção patrimonial influenciadas pelas correntes ideológicas da época, como o iluminismo que fomentava não só a busca do conhecimento científico, mas também a tentativa de recuperação do passado e de toda uma memória colectiva e identidade nacional. O fascínio pela ruína e a recolha de objectos do passado impulsionaram as primeiras manifestações do coleccionismo em Portugal e desta forma contribuíram para a criação dos primeiros museus públicos. Neste contexto, o património arqueológico constituiu uma das principais preocupações de salvaguarda patrimonial, tendo sido criadas várias sociedades com nomes que marcaram a arqueologia nacional, como Rocha Peixoto, Leite Vasconcelos e Martins Sarmiento, entre outros. Focando-se aqui alguns dos trabalhos desenvolvidos em torno da arqueologia nacional para percebermos como muitos destes objectos chegaram até aos Museus

No Capítulo 2 foi realizada uma síntese das origens do MNSR, de forma a entender-se todo o processo de incorporação dos objectos em estudo, e desta forma compreender-se a complexidade que abarcam, pelas sucessivas transições de alguns deles foram alvo por vários museus, e o seu contexto histórico num museu de arte. Perceber a génese do MNSR, pressupõe perceber o surgimento dos primeiros museus públicos (Museu Portuense), privados (Museu Allen) e municipais (Museu Municipal do Porto) em Portugal, num contexto político específico sobretudo na cidade do Porto, sob a influência do movimento liberal iniciado no Porto por D. Pedro IV, reflectindo os ideais românticos na intenção de civilizar a pátria e como forma de progresso. Neste sentido foi realizada uma resenha histórica destes três museus e de que forma contribuíram não só para a história do MNSR, mas neste caso concreto para o entendimento do percurso que os objectos que nos propomos estudar tiveram até à sua chegada ao MNSR.

Após esta contextualização histórica, importante para o entendimento dos objectos estudados, seguiu-se todo o processo de pesquisa e investigação desenvolvido em torno dos vinte e três objectos arqueológicos, que descrevemos no Capítulo 3. Assim, foi realizada uma abordagem individual para cada um dos objectos, permitindo assim perceber melhor os resultados obtidos e o ponto de partida de investigação para cada um deles. Explica-se ainda toda a metodologia adoptada nas tarefas de pesquisa realizadas, as fontes de investigação utilizadas e os resultados obtidos, que foram materializados em vinte e três fichas de inventário.

Coube ainda neste capítulo espaço para uma reflexão sobre a importância que a investigação científica desempenha no estudo de colecções museológicas, na tentativa de demonstrar que as reservas museológicas constituem espaços repletos de focos de investigação que nem sempre os museus conseguem fazer face. É neste sentido que trabalhos de investigação científica levados a cabo em contexto universitário têm contribuído para a realização de exposições e publicações em museus, permitindo trazer do desconhecimento um conjunto de objectos que doutra forma poderiam nunca a vir ter visibilidade junto do público. É realçado também o esforço que o MNSR tem feito no sentido de tornar as suas colecções estudadas e divulgadas, nomeadamente no que diz respeito à área arqueológica.

Finalmente no Capítulo 4 é apresentado um Projecto de mediação do estudo realizado, que consiste numa exposição temporária, cuja temática se debruça pelo percurso que um objecto arqueológico percorre desde o momento que é concebido até ser incorporado num museu. A ideia expositiva proposta parte da ideia comum que é a perda de funcionalidade do objecto e do papel

meramente estético que assume a partir do momento que é incorporado num museu. Assim, tentou-se desconstruir este conceito e traçar todo o percurso do objecto, com o objectivo final que no museu ele adquira a sua funcionalidade inicial. Decidiu-se fazer uma abordagem mais teórica do processo de realização de um projecto expositivo, focando as várias etapas inerentes à sua concepção, focando no entanto neste caso concreto os propósitos e objectivos que uma exposição com estes objectos teria junto do público e mais-valias para o museu.

1. As políticas de salvaguarda patrimonial e museológica em Portugal entre os finais do século XVIII e meados do século XX

1.1 Do coleccionismo à criação dos museus públicos: os primeiros museus em Portugal

À semelhança do que se passou no resto da Europa, também em Portugal os primeiros movimentos em torno das questões patrimoniais, se iniciam com o movimento do coleccionismo. Segundo Carlos Fabião, a referência mais antiga que se conhece de colecções de antiguidades no nosso país, remonta ao século XV. Trata-se de uma colecção de D. Afonso, filho do primeiro duque de Bragança, e era constituída por materiais trazidos das suas viagens europeias, contando também com algumas lápides e outras antiguidades romanas recolhidas no Alentejo, oferecidas pelo seu pai¹. Outras referências surgem mais tarde, em 1576 e 1593, datas em que André de Resende publica as obras “*História da Antiguidade da cidade de Évora*” e “*Libri quator de Antiquitatibus Lusitaniae*”, resultado de uma recolha de epígrafes romanas que ele guardava no seu jardim².

Durante o século XVIII as ruínas tornam-se o tema favorito da sensibilidade artística, coincidindo com o imenso interesse pela arqueologia. Os próprios eruditos e arqueólogos realizavam ilustrações nos seus estudos, integrando as tendências culturais de sua época. A descoberta arqueológica de maior impacto cultural no século XVIII foi sem sombra de dúvida as ruínas de Herculano e Pompéia, que muito influenciaram as artes plásticas, a escultura, a arquitectura, a filosofia e a sensibilidade, revigorando a maneira de se pensar o antigo, colaboraram indirectamente na criação do neo-classicismo e renovaram a arqueologia.

As civilizações clássicas ocupavam as preferências destes entusiastas e coleccionadores, sendo também tema de várias produções historiográficas, fruto de um movimento de recuperação da Antiguidade Clássica. Apoiado por uma elite cultural enquadrada na Academia de História, este século conheceu o surgimento do conceito de património cultural nacional, que se por um lado tem uma abordagem mais científica em relação à cultura material, e por outro, leva à instituição de legislação específica de protecção do património arqueológico. Os objectos arqueológicos passam a despertar um fascínio em particular por parte dos coleccionadores. A partir do século XVIII, estes objectos, a par das obras de arte, mereceram destaque em gabinetes

¹ FABIÃO, Carlos – *Para a história da arqueologia em Portugal*. In «*Penélope.Fazer e desfazer a história*». Nº2. Fev. 1989.pp.12.

² IDEM- *Ibidem*. pp.12-13.

de curiosidades que surgiram um pouco por todo o país. A Igreja foi um dos principais colecionadores destas peças, assim como a Coroa que possuiu até 1875 um gabinete de numismática, onde se incluía um lote de moedas romanas³.

O colecionismo de vasos gregos por exemplo, à semelhança do que se passava noutros países europeus, também chega ao território nacional no século XVIII, quer através de viagens de diplomatas a Itália onde ocorriam escavações como na Campânia e Pompeia, quer por intelectuais que se encontravam exilados em grandes cidades europeias. Exemplo disso é a coleção de dezoito vasos adquiridos por D. Pedro de Sousa Holstein, futuro Duque de Palmela, que entra em Portugal em 1834. Esta família Palmela terá sido a primeira a coleccionar vasos gregos em território nacional⁴. No Porto, também João Allen mostrava interesse pelo colecionismo arqueológico, possuindo no seu Museu além de uma coleção de vasos gregos, uma coleção de estatuetas egípcias, peças cerâmicas, lucernas romanas, entre outras⁵.

O século XVII e praticamente todo o século XVIII caracterizam-se pela constituição de coleções de antiguidades. São várias as referências a colecionadores no nosso território, porém, João Brigola defende que terá sido D. Francisco Xavier de Menezes (1673-1743), 4^a Conde da Ericeira, a iniciar o colecionismo em Portugal. O autor de “*Portugal restaurado*”, já em meados do século XVII tinha iniciado no Palácio da Anunciada, em Lisboa, um gabinete de curiosidades naturais. Estes gabinetes aliás, começam a proliferar entre nós, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, com a criação de gabinetes e museus de história natural e jardins botânicos⁶.

A vinda de naturalistas estrangeiros para Portugal, sobretudo no século XVIII, apoiou o interesse pela natureza, onde se destacam nomes como Gabriel Grisley, Jean Vigier e Merveilleux. Entre nós, Ribeiro Sanches impulsionou o ensino da história natural e publica obras de referência, sobretudo na área da medicina como “*Método para Aprender e Estudar a Medicina*” publicado em 1763. Mas também a reforma Pombalina criou, no ensino superior, uma faculdade expressamente destinada ao ensino das Ciências Naturais e das Ciências Físico-químicas. Aliás,

³ BRIGOLA, João Carlos Pires - *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003. pp. 51-62.

⁴ MACHADO, Ana Paula; MORAIS, Rui; ROCHA PEREIRA, Maria Helena - *Vasos Gregos*. Lisboa: IMC. Museu Nacional Soares dos Reis. 2008. pp.1-3.

⁵ SANTOS, Paula M. M. Leite - *Um colecionador do Porto romântico. João Allen (1781-1848)*. Lisboa: [Edição de Autor, com apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e do Instituto Português de Museus]. 2005., pp. 2-24.

⁶ BRIGOLA, João Carlos Pires – *Ibidem*. pp. XI-XII.

esta reforma no ensino universitário, exigia no que respeita á leccionação da história natural a criação nas universidades de um museu específico dessa matéria e de um jardim botânico⁷.

Segundo Maria Teresa Viana, as primeiras tentativas de organização de museus em Portugal remontam ao reinado de D. Maria I, sob a iniciativa do Marquês de Pombal. Eram museus na sua maioria de carácter científico e estariam associados a instituições científicas⁸. Entre estes diversos gabinetes e museus que foram constituídos, destacam-se: o Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda (1768-1810), e também os de Coimbra (1772-1791), fundados e dirigidos por Domingos Vandelli (1735-1816); A criação da Biblioteca Pública, Museu de Raridades e Horto Botânico, por Frei Manuel do Cenáculo, em 1772 em Beja e Évora e os Gabinetes e Jardins Botânicos no ensino da história natural e medicina, criados por Ribeiro Sanches em 1763⁹.

No caso concreto do Porto, como nos dá conta Maria Teresa Viana, desde os finais do século VIII já existia na cidade o gosto por coleccionar obras de arte. O pintor José Teixeira Barreto, havia reunido depois de uma viagem pela Europa algumas dezenas de obras de arte, que viram a constituir mais tarde o núcleo de uma galeria de pintura de Tibães. Também João Baptista Ribeiro, encarregado na reunião de colecções para o Museu Portuense, recolheu das casas sequestradas aos rebeldes pinturas e estampas. Este gosto pelo coleccionismo iria ter especial afirmação na colónia inglesa que habitava na cidade do Porto. Referências a estes coleccionadores ingleses, são feitas pelo Conde de Rackzansky em 1844, surgindo nomes como M. François Vanzeller, M. Forrester. M. Graham e M. Woodhouse¹⁰. Também figuras da burguesia portuense possuíam este gosto de coleccionar arte, como nos refere Rackzansky, mencionando nomes como António Bernardo Ferreira, Francisco António da Silva Oeirense que possuía vários quadros e retratos antigos e um esboço de Vieira Portuense. A colecção deste último foi aliás referida no “Almanack do Porto” de 1846 sob o título de “Galeria de Pinturas”. Em 1862, pensa-se que haveria no Porto mais de cinquenta colecções particulares de belas artes, arqueologia e alguns ramos das ciências naturais¹¹. Entre estes coleccionadores, destaca-se João

⁷ CARVALHO, Rómulo – *A história natural em Portugal*. Biblioteca breve. Volume 112. 1ª edição. 1987. pp. 12-40.

⁸ VIANA, Maria Teresa da Costa Pereira - *Os Museus do Porto no século XIX. Subsídios para o estudo da museologia em Portugal*. Lisboa, vol.1.1970.p.23.

⁹ BRIGOLA, João Carlos Pires - *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.pp.11-13

¹⁰ VIANA, Maria Teresa da Costa Pereira – *Ibidem*.pp.38

¹¹ IDEM –*Ibidem*. pp. 38-39.

Allen, que instalou as suas colecções na casa que habitava, possuindo colecções desde a geologia e minerologia, conchas, pintura, numismática, curiosidades e livros.¹²

A salvaguarda e preservação dos valores históricos é uma preocupação que data da primeira dinastia, segundo Pedro Canavarro, terá sido durante o reinado de D. Dinis no século XIII, que foi publicada legislação respeitante à recuperação dos burgos arruinados e dos castelos e à protecção de todos os meios de riqueza nacional, até então conhecidos¹³. No século XVI tomam-se algumas iniciativas, embora isoladas, com o objectivo de salvar “antiguidades pátrias”. Foi o caso da abadessa de Vila do Conde, que, em 1525, mandou derrubar uma casa onde se encontravam sepulturas antigas que estavam mal abrigadas na galilé do mosteiro, tratando de fazer uma capela para as colocar em melhores condições de preservação. O corregedor de entre Douro e Minho, que foi nomeado por D. João III para se deslocar a Vila do Conde, a fim de analisar o que se passava no referido monumento, deu parecer favorável ao que se estava a executar¹⁴.

Foi já no reinado de D. João V que, com o Alvará de 20 de Agosto de 1721, se introduz medidas em prol das preocupações da salvaguarda do património. No século XVIII, surgiram assim as primeiras acções de enquadramento legal para a conservação do património monumental. Este século marca a introdução do conceito de Monumento que se sobrepôs à ideia de “Antiqualha”. Neste período era a Academia Real de História, criada por D. João V, em 1720, que estava incumbida de “providenciar sobre a conservação dos monumentos”. Neste Alvará, D. João V determina que a Academia Real de História inventarie e conserve “os monumentos antigos que havia e se podia descobrir no Reino dos Tempos em nelle dominaram os Phenices, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Arábios...” e “... Ordena que nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua em todo nem em parte qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos...” (conforme documento que se apresenta abaixo). Apesar da introdução do conceito “Monumento” continuava-se a privilegiar a descoberta do passado pré-clássico e clássico (ver Alvará em anexo)¹⁵. Não podemos deixar de referir o contributo prestado pelo Padre Luís Cardoso, em 1747 e em 1758, ao informar os poderes

¹² VIANA, Maria Teresa da Costa Pereira – *Ibidem*. pp. 40-41

¹³ CANAVARRO, Pedro – *Achegas documentais para o estudo e defesa do património*. In «*Minia*». 2ª série. 1(2). Braga 1976. pp. 34-41.

¹⁴ A.N. – *Património cultural*. In Dicionário Enciclopédico da História de Portugal. Coord. PEREIRA, J.C. Lisboa: Edições Alfa, vol.2. 1990. pp. 84-86.

¹⁵ BRIGOLA, João Carlos Pires - *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

públicos acerca do que havia demais notável em todas as freguesias através das *Memórias Paroquiais*, onde se dava conta do património histórico existente¹⁶.

Madalena Braz Teixeira, aponta três períodos da história da Museologia portuguesa, sendo que o primeiro período se compreende entre 1772-1833, data da reforma Pombalina até à criação do Museu Portuense (o primeiro museu público em Portugal); o segundo período prolonga-se desde as iniciativas das revoluções liberais até 1910, data da instauração da República; finalmente, o terceiro período é compreendido em duas fases distintas: a primeira fase circunscreve-se ao movimento de renovação resultante da instauração da República em 5 de Outubro de 1910, a segunda fase corresponde ao movimento cultural empreendido pelo Estado Novo¹⁷. A partir da década de 70 do século XVIII, a construção do pensamento iluminista vai alterar a mudança de gosto das elites do saber, que vão procurar novas ordenações científicas das colecções, gabinetes, jardins botânicos e museus privados. Esta nova sistematização do conhecimento científico, vai proporcionar ao liberalismo português as primeiras tentativas de fundação dos museus públicos em Portugal. Até aos finais do século XVIII, os gabinetes e galerias permanecem em espaços privados, e eram revestidos de um cariz elitista. Com a reforma Pombalina, são criados Museus ou gabinetes anexos às Universidades, sobretudo nas áreas da História natural e botânica, com um cariz didáctico¹⁸.

Alice Semedo refere mesmo que “*Em meados do séc. XIX, o ocidente conhecia um desenvolvimento do conhecimento sem precedentes acerca do universo material e que era o resultado de uma extensa e sistemática investigação, experimentação, exploração e teorização. Reviãam-se estimativas prévias sobre a idade da terra, o tamanho do universo, a origem das espécies, o funcionamento do corpo e, enfim, os mistérios da criação. Pretendia-se classificar exaustivamente a Natureza e descobrir as suas regras de funcionamento através da observação e da experimentação. De facto, fundamental para esta mudança que conduziu à modernidade, encontramos a ideia de que a “realidade era potencialmente passível de ser conhecida e, logo, dominável”*”¹⁹.

¹⁶ A.N. – *Património cultural*. In Dicionário Enciclopédico da História de Portugal. Coord. PEREIRA, J.C. Lisboa: Edições Alfa, vol.2. 1990. pp. 84-86.

¹⁷ TEIXEIRA, Madalena Braz - *Os Primeiros Museus em Portugal*. In «*Bibliotecas, Arquivos e Museus*», Vol.1, n.º 1. 1984. pp.186.

¹⁸ ALMEIDA, António Manuel Passos – *Museu Municipal do Porto: das origens à sua extinção (1836-1940)*. [Dissertação do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia – via Mestrado apresentado à FLUP]. Porto. 2008. pp.vi.

¹⁹ SEMEDO, Alice L. - *Da invenção do museu público: tecnologias e contextos*. In «*Revista da Faculdade de Letras*». Ciências e Técnicas do Património. Universidade do Porto. Vol. III. Porto. 2004. pp. 130.

Nos finais do século XVIII e ao longo do século XIX, e de acordo com Joana Damasceno, surgem movimentos de construção de identidade um pouco por todos os países europeus, o chamado nacionalismo romântico. A busca pelas origens como forma de contestação à hegemonia cultural francesa, faz surgir este movimento nacionalista em Inglaterra e mais tarde na Alemanha. Toda a cultura popular e os símbolos patriotas, começam assim a ser valorizados. Aliás o século XVIII foi caracterizado pelo surgimento os primeiros símbolos nacionais, como os hinos e bandeiras nacionais. A exaltação das epopeias nacionais, com base em romances de cavalaria medieval e a consequente valorização do património, que materializa estes feitos e contribuiu desta forma para a criação de associações de defesa do património um pouco por toda a Europa. Em Portugal é criado em 1840 a Sociedade Conservadora dos Monumentos Nacionais, pela mão de Alexandre Herculano que entre 1840-1842 enquanto deputado do Parlamento, consegue verbas para a conservação dos monumentos históricos²⁰.

É neste período que emergem preocupações com a linguística, enquanto elemento diferenciador das nacionalidades, e também pelos trajes folclóricos regionais. É neste contexto que se realizam as exposições internacionais de Londres em 1851, e mais tarde em Paris 1867 e 1878, que permitiu a representação de vários trajes nacionais e reconstituições etnográficas. Em Portugal, Alexandre Herculano foi um dos responsáveis pela construção simbólica da Nação, que o movimento liberal permitiu ainda mais acentuá-lo, através do regresso às origens materializado na cultura popular e nos monumentos, bem patente na sua obra “Monumentos Pátrios” (ver texto em anexo)²¹. Alexandre Herculano (1810-1877) é aliás considerado por muitos investigadores como pioneiro do movimento de salvaguarda do património arquitectónico e artístico português e a ele se devem importantes textos que, em revistas como “O Panorama”, tiveram o mérito de generalizar as preocupações sobre o património. O romantismo veio incutir toda uma cultura nacionalista em que através dos monumentos se vai procurar demonstrar a sua ancestralidade. Estes vão assumir símbolos nacionais sacralizados, carregados de valor histórico, que era necessário salvaguardar. Como refere Maria Leonor Botelho no seu artigo²², ao longo do século XIX a prática do restauro, assim como a sua teorização, assumem-se como um dos vectores culturais mais importantes da época.

²⁰ DAMASCENO, Joana – *Museus para o povo português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2010, pp.17.

²¹ IDEM- *Ibidem*. pp. 17

²² BOTELHO, Maria Leonor – *O núcleo do Porto e o Culto dos Monumentos. A formação de uma consciência patrimonial*. Comunicação apresentada no III Congresso Internacional da APHA. Porto. 2006. pp.1-4

O interesse pela salvaguarda do património, surge também ele na literatura e imprensa, surgindo a chamada “geração romântica”, nacionalista e nostálgica por um passado em relação ao qual se sente especial afectividade, onde nomes como Alexandre Herculano e Almeida Garret (1799-1854), apelam nas suas obras á sensibilização em favor da conservação e valorização dos monumentos nacionais, mas também dão conta do seu estado de conservação. O ciclo de restauro dos “grandes monumentos” é iniciado com a intervenção realizada por Luís Mouzinho de Albuquerque no Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Além das obras de restauro promovidas pela RAACP – Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes, também outras instituições com preocupações patrimoniais, como o Instituto de Coimbra e o Centro Artístico Portuense, fundados em 1851 e 1879 respectivamente, realizaram importantes intervenções no património nacional, como a Sé Velha em Coimbra²³.

O Centro Artístico Portuense, instituído no Porto em 1880, tinha entre os seus sócios figuras como António Soares dos Reis, Henrique Pouzão, Francisco Martins Sarmento, Joaquim de Vasconcelos entre outros. Apesar da sua extinção em 1893, o centro a par de exposições organizou também visitas a monumentos, na maioria dos casos orientadas por Soares dos Reis, como ao Mosteiro de Leça do Balio, Paços de Sousa ou ao Castelo de Guimarães. Foi também pela mão deste Centro que foi realizada a primeira Exposição-Bazar de Bellas-Artes, no Palacio de Crystal do Porto, em 1881, tendo sido aí apresentados projectos elaborados pelo Conselho Técnico do Centro, para o restauro das portas principal e lateral da Igreja de Cedofeita e da porta principal do mosteiro de Leça do Balio.

O Centro Artístico Portuense, foi ainda responsável pelo surgimento no Norte do país de um conjunto de comissões para estudar os monumentos históricos. É neste seguimento que Manuel Monteiro (1879-1952) e Joaquim de Vasconcelos (1849-1936) vão ser os pioneiros a estudar a arte românica de uma forma autonomizada. Joaquim de Vasconcelos vai aliás surgir no panorama da historiografia do romântico de uma forma particular e marcante, tendo sido reconhecido como o fundador da História de Arte Portuguesa²⁴.

Juntamente com Joaquim de Vasconcelos, também José Marques de Abreu (1879-1958), fotografo e fotógrafo de Arte, acompanhava-o nas constantes excursões de estudo que ele fazia pelos mais variados monumentos nacionais do país, com especial destaque os do românico.

²³ BOTELHO, Maria Leonor – *O núcleo do Porto e o Culto dos Monumentos. A formação de uma consciência patrimonial*. Comunicação apresentada no III Congresso Internacional da APHA. Porto. 2006, pp. 1-4

²⁴ IDEM – *Ibidem*. pp.5-9

A inventariação fotográfica por ele realizada a estes monumentos, e a sua divulgação quer na imprensa periódica especializada, quer em exposições, tornou-o num verdadeiro defensor do património nacional. Na Exposição de 1914 realizada no Ateneu Comercial do Porto, Marques de Abreu considerou que foi um “*passo decisivo para a divulgação do culto dos monumentos nacionais*”. Esta exposição além de ter conseguido angariar um conjunto de seguidores fiéis nas peregrinações que Joaquim de Vasconcelos e Marques de Abreu faziam pelo Norte do país, sensibilizando assim o público para a protecção do património nacional, também Marques Abreu, director das revistas de maior divulgação sobre o património artístico da época, também assumiu um papel importante na salvaguarda e divulgação do património²⁵.

Podemos assim afirmar que durante o século XIX assistimos a uma maior consciencialização da importância do património cultural, nomeadamente a necessidade da salvaguarda dos bens imóveis, e o fomento de um culto romântico e nostálgico em relação à ruína, que incide sobre o valor da antiguidade e do seu poder de evocação. Porém, um cariz mais científico também começa a dar os primeiros passos, através dos sistemáticos inventários patrimoniais. A criação em 1847 da Sociedade Arqueológica Lusitana, destinada a explorar as ruínas romanas de Tróia, a par da criação da Comissão dos Trabalhos geodésicos em 1856, da Comissão dos Serviços Geológicos em 1857 e da Associação dos Architectos em 1863, a qual se juntariam os Archeólogos Portugueses em 1872, dá origem a uma malha institucional de personalidades (como Francisco Pereira da Costa e Carlos Ribeiro), com diferentes ramos de formação e origem, que iniciam a construção de um novo conhecimento sobre o passado longínquo²⁶.

A motivação destas personalidades tinha como motivação ideológica o romantismo, o mistério das origens e o fascínio das ruínas. É assim criada no Porto em 1887 a Sociedade Carlos Ribeiro, fundada por Ricardo Severo, Rocha Peixoto, Fonseca Cardoso, João Barreira e Xavier Pinheiro e em Guimarães a Sociedade Martins Sarmiento em 1883²⁷. Neste período começam a ser publicadas igualmente revistas científicas, como a “*Revista Guimarães*”, em 1884, A “*Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*”, em 1890 que era da responsabilidade da Sociedade Carlos Ribeiro, a revista “*Portugália*” em 1899” e “*O Arqueólogo Português*” em 1895, pela mão de

²⁵ BOTELHO, Maria Leonor - *Ibidem*. 12, 17,18

²⁶ LEMOS, Francisco de Sande - *Martins Sarmiento e a arqueologia portuguesa dos anos setenta e oitenta do século XIX*. In Revista «*Guimarães*». Nº 105. 1995.pp. 117-126.

²⁷ COIMBRA, Fernando Augusto Rodrigues - *Ricardo Severo e o desenvolvimento da arqueologia no Porto*. In «*Portugalia*» Nova Série, Vol. XIII e XIV.1992/1993. pp. 306-307

José Leite Vasconcelos. Paralelamente publicam-se obras de vulto e multiplicam-se pólos de actividades de investigação, onde Martins Sarmento teve um papel de relevo, através no pólo de investigação em Guimarães, em torno da Citânia de Briteiros²⁸.

A primeira impressão da actividade museológica da segunda metade do século XIX é o seu carácter de permanência, ou seja, contrariamente à colecção particular que, em muitos casos, se dispersa depois da morte do coleccionador, o museu sobrevive aos seus fundadores, sendo a transferência de propriedade de colecções (da posse privada para a posse pública) e sua gestão pelo Estado para benefício e educação das populações²⁹. Em 1876, a legislação produzida enfatizava o papel do Estado no inventário, estudo, vigilância, conservação e reparação dos monumentos históricos. E seria neste âmbito que é realizada em 1880 a primeira relação de monumentos a classificar, feita pela Real Associação de Arquitectos e Arqueólogos Portugueses (RAAAP), a pedido do Ministro das obras Públicas. Esta constituiu definitivamente uma postura governamental face à salvaguarda patrimonial.

É neste período particularmente activo da cultura museológica portuguesa, que se manifesta sobretudo na área da arqueologia, que são criados museus como Museu arqueológico de Elvas em 1880, Museu Municipal de Beja 1892, Museu Municipal de Alcácer do Sal em 1894, Museu Municipal de Bragança em 1897, Museu Municipal da Figueira da Foz em 1892³⁰. Em 1882, em resultado das acções de Possidónio da Silva (1806-1896) durante longas décadas junto das autoridades competentes, o Governo constituiu oficialmente a Comissão dos Monumentos Nacionais adstrita ao Ministério das Obras Públicas a quem competia o inventário e classificação dos monumentos nacionais, ainda que, se tenha extinguido dois anos após a sua constituição. Mas, as suas acções não se ficaram pela simples redacção de memórias descritivas, por muito exaustivas e elucidativas que fossem, o registo fotográfico foi fundamental, a sua aplicação ao registo patrimonial fora já utilizada por Possidónio da Silva em finais da década de cinquenta. É

²⁸ ROCHA, Leonor Maria Pereira – *Origens do megalitismo funerário no Alentejo central: a contribuição de Manuel Heleno*. [Dissertação de doutoramento em História, Pré-História, apresentada ao Depart. História da Faculdade de Letras da Universidade Lisboa. 2005]. Lisboa.2005.pp. 45-46

²⁹ ALMEIDA, António Manuel Passos - *Contributos ao Estudo da Museologia Portuense no Século XIX: O Museu do Coleccionador João Allen e o Museu Municipal do Porto*. In «*Revista da Faculdade de Letras*». Porto, I Série, Vol. V-VI. 2006-2007. pp. 31-55

³⁰ SILVA, Raquel H. - *Os Museus: história e prospectiva*. In PERNES, Fernando. *Panorama da Cultura Portuguesa no século XX*. Vol.3. Arte (s) e Letras. Edições Afrontamento e Fundação de Serralves.Porto.2002. pp.73-74.

nesta conjuntura que é criado pelo Decreto de 20 de Dezembro de 1893, o Museu Etnográfico, que viria a ser designado mais tarde, em 1897, como Museu Etnológico Português³¹.

A realização da Primeira Exposição Etnográfica realizada em Portugal em 1896, veio marcar uma viragem para o estudo da arte, tradições e tecnologias populares, tema que Rocha Peixoto viria a dedicar-se mais tarde também ao seu estudo. É neste contexto que a arqueologia começa a adquirir particular interesse, pois está aliada á etnografia e antropologia, permitindo assim através dos seus estudos fazer a descoberta da origem da nação e assim fazer um levantamento do país e a sua sistematização. Nomes como Leite Vasconcelos, Virgílio Correia e Jorge Dias, revelaram-se figuras importantes nestes estudos etnográficos e arqueológicos. Leite Vasconcelos aliás foi uma das figuras que mais destaque teve na etnologia e etnografia portuguesa, tendo sido o fundador e o primeiro director do Museu Etnológico Português³².



Fig.1 – Rocha Peixoto (revista «O Tripeiro», 5ªsérie, ano V, N°7, Porto, Novembro 1949. p.152)



Fig.2 – Martins Sarmento (revista «Almadan», II série, N°8, Outubro 1999.p.113)

Mais tarde também Mendes Corrêa viria a ter um papel importante da Etnologia e Antropologia, tendo sido na Junta nacional da Educação (Secção de Antiguidades e Escavações) que a actividade de Mendes Corrêa mais se destacou na Arqueologia, quer pelas suas investigações, quer no apoio dado a outros investigadores. A revista da Sociedade portuguesa de Antropologia e Etnologia, que presidiu desde 1928, permitiu que ele nos desse conta dos

³¹ SOUSA, Antonieta Vera de -*A Evolução do Conceito de Património e das Normas Legais*. ADEPA – Disponível em: [http://adepa-alcobaca.org/patrimonio_1.html].

³² DAMASCENO, Joana – *Museus para o povo português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2010,pp.23-25

resultados das investigações levadas a cabo por ele. No Porto foi ele que também dirigiu o Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, centro que permitiu a realização de várias escavações pelo país, entre elas as dos Concheiros de Muge. O vasto saber de Mendes Corrêa e a sua capacidade de relacionamento de conhecimentos de áreas científicas distintas, desde a biologia, zoologia, medicina, antropologia, história, arqueologia, geografia, entre outras, justificam obras inovadoras como “Os povos primitivos da Lusitânia”, “A geografia da Pré-história”. Foi igualmente responsável por importantes estudos na área da arte pré-história, tendo estudado vários monumentos megalíticos. Também estudou várias necrópoles do final da Idade do Bronze inícios idade do Ferro. Foi ainda presidente da Câmara Municipal do Porto entre 1936-1942 e deputado à Assembleia Nacional entre 1945 e 1956. A partir de 1951 foi presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa³³.

Em 1897, surge uma nova reestruturação organizacional e é criado o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, basicamente com as mesmas competências das comissões anteriores e mesmo da Real Associação de Arquitectos Cívicos e Arqueólogos. E logo em 1901, é instituída por decreto, o Conselho dos Monumentos Nacionais para determinar as bases para a classificação dos imóveis que devem ser considerados Monumentos Nacionais. Partindo do Decreto Orgânico de 24 de Outubro de 1901 e do “Plano Geral de Classificações” apresentado pelo arquitecto Augusto Fuchini em 20 de Janeiro de 1904, são então efectuados os primeiros ensaios de classificação dos monumentos nacionais. No entanto, a anterior lista dos Monumentos Nacionais elaborada pela Real Associação de Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, manteve-se como documento base a partir do qual se elabora a lista oficial, aprovada pelo Governo em 1910³⁴.

O novo regime saído do 5 de Outubro de 1910 trouxe ao mundo dos museus, enquanto parte de uma esfera mais vasta (a da Cultura, da História e do Património) uma nova atenção legislativa e um novo conceito de defesa do património, exemplos disso são o Decreto Nº1 de 26 de Maio de 1911 e o Decreto de 20 de Abril de 1911 (lei de separação do Estado da Igreja). Os princípios evocados pela legislação deste período podem ser resumidos nas seguintes intenções principais: promover a salvaguarda do património nacional (especialmente no que respeita ao

³³ CARDOSO, João Luís – *O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa*. In Revista «Al-Madan». II série. 8 Outubro 1999. pp. 138-156

³⁴ SOUSA, Antonieta Vera de - *A Evolução do Conceito de Património e das Normas Legais*. ADEPA. Disponível em [http://adepa-alcobaca.org/patrimonio_1.html]

património histórico, artístico e arqueológico), evitar a exportação de bens culturais, suportar a reorganização e modernização dos museus nacionais e implementar a fundação de museus regionais.

Durante o primeiro período republicano são tomadas medidas importantes na reorganização dos museus, dando algum relevo à investigação e ao carácter educacional dessas instituições. A inexistência de uma política museológica, determinou a publicação do Decreto Nº1 de 26 Maio de 1911 estabelecendo uma divisão do território nacional em três circunscrições artísticas (Lisboa, Porto e Coimbra) controladas por uma sede em Lisboa que tinha a responsabilidade de guarda dos monumentos e a direcção geral dos museus (Conselho de Arte e Arqueologia). É deste período o realce dado aos museus regionais (criados oficialmente em 1836) que foram vistos como a solução ideal para a disseminação dos bens patrimoniais. Aliás este decreto considerava a importância da criação de museus regionais, tendo sido publicados diplomas fundadores de treze museus regionais entre 1912 e 1924 (Aveiro, Évora, Faro, Bragança, Viseu, Tomar, Lamego, Leiria, Braga, Abrantes, Chaves, Beja e Vila Real).

A lei de separação do Estado da Igreja, publicada pelo Decreto de 20 de Abril de 1911, permitiu a apropriação de diversos edifícios (nomeadamente paços episcopais) e de importantes acervos de bens móveis que passavam a integrar as colecções nacionais, o que se reflectiu no tipo de museus que foram então criados, que sistematicamente se circunscreviam às artes e arqueologia. Desta forma as duas marcas principais da vigência da 1ª República - legislar e regionalizar - atingem a esfera de actuação dos museus. Foi assim que vários municípios criaram os seus museus municipais e/ou regionais, aproveitando para a sua instalação edifícios e espólios expropriados da Igreja³⁵.

Antes da formalização do Estado Novo, ainda ao longo da década de 20, os governos portugueses da Ditadura Militar, seguiram a política legislativa da Primeira República, ou seja legislaram sobre o património tendo em conta especialmente os aspectos artísticos, históricos e arqueológicos. A política de recuperação do património continuava vinculada a valores de identidade nacional, e por isso não era todo o passado histórico que se pretendia recuperar, mas apenas aquele património que possuísse símbolos associados à formação da nação, havendo assim uma aproximação a certos períodos da história. No período entre 1932-1934, procedeu-se a

³⁵ SILVA, Raquel H. - *Os Museus: história e prospectiva*. In PERNES, Fernando. *Panorama da Cultura Portuguesa no século XX*. Vol.3. Arte (s) e Letras. Edições Afrontamento e Fundação de Serralves.Porto.2002. pp.75.

toda uma obra de reconstituição e embelezamento dos edifícios, sobretudo igrejas, castelos e conventos, não só com o intuito de recuperação dos vestígios do passado, mas a reiteração do seu valor ideológico no presente³⁶.

O programa restaurador instaurado por Salazar no sentido da busca pela identidade nacional, que se havia perdido de certa forma pela desordem e caos económico e social, fez-se sobretudo sentir nas intervenções em monumentos, na instituição de celebrações com romagens a lugares históricos e finalmente na recuperação económica e financeira. O estado de abandono e ruína em que se encontravam os monumentos, levou a toda uma campanha de recuperação patrimonial, dando particular destaque às épocas de vanglória nacional. É nesta conjuntura que é criada a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, através do Decreto nº 16791 de 30 de Abril de 1929³⁷. A criação da DGEMN, sob a tutela do Ministério das Obras Públicas (MOP), surgia como instituição estatal que iria assumir a responsabilidade da empresa ideológica da restauração, numa materialização do culto dos monumentos. De facto coube à DGEMN uma grande empresa ideológica ao serviço dos interesses do Estado e da Nação, uma forma de exaltação do passado nacional. E foi sob a alçada de Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas, com o apoio de Salazar, que teve início a restauração material da Nação, incidindo sobretudo na reconstituição meticulosa dos monumentos, tendo sido promovidas várias campanhas de restauros, por todo o país³⁸.

Em 1932 é publicado o Decreto Nº20985, conhecido por Carta Orgânica dos Museus, que extinguiu os Conselhos de Arte e Arqueologia, concentrando as suas funções num Conselho Superior de Belas-Artes, na dependência do Ministério da Instrução Pública. Este decreto vinha, como refere Margarida Acciaiuoli, reforçar os ideais da antiga lei, mas esclarece que é igualmente necessário enquadrar a política patrimonial nos princípios da ideologia dominante. Agora a política patrimonial ficava dependente de propostas e pareceres de um único organismo³⁹.

Esta medida, de cariz centralizadora, pressupunha também a classificação de museus segundo três categorias: Museus Nacionais (Museu de Arte Antiga, Arte Contemporânea e dos

³⁶ ACCIAIUOLI, Margarida - *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.1998. pp.13-14

³⁷ IDEM – *Ibidem*. p.11

³⁸ BOTELHO, Maria Leonor – *O núcleo do Porto e o Culto dos Monumentos. A formação de uma consciência patrimonial*. Comunicação apresentada no III Congresso Internacional da APHA. Porto. 2006. p. 26

³⁹ ACCIAIUOLI, Margarida – *Ibidem*. p.12

Coches, todos em Lisboa); Museus Regionais (Machado de Castro, Coimbra, Grão Vasco, Viseu, Aveiro, Évora, Bragança e Lamego) e os Museus Municipais, tesouros de arte sacra e outras mais colecções, oferecendo valor artístico, histórico e arqueológico, que não possuía nenhuma lista de museus, ficando de fora museus como o Museu Etnológico Português e o Museu Portuense. Até ao final dos anos 50, o Estado Novo criaria mais três museus, em 1940 o Museu Nacional Soares dos Reis, no Porto, O Museu de José Malhoa nas Caldas da Rainha e o Museu de Arte Popular, em Belém⁴⁰.

O Estado Novo, veio alterar este esquema administrativo que herdou dessa legislação, mas mantendo os mesmos parâmetros para a definição de património. Uma das instituições especialmente relacionada com a salvaguarda do património era o Museu. Era aqui que o objecto adquiria um estatuto privilegiado, na medida em que se encontrava protegido, conservado, restaurado, estudado, observado e exposto com orgulho. Estas peças passam assumir uma função com fins de propaganda política e ideológica. Eram agora vistas como orgulho público de uma nação, para serem expostas como objectos de um nacionalismo que se afirmava todo o Estado Novo. A exaltação dos feitos do povo português, está bem patente no tipo de objectos que eram algo de culto por este regime, como objectos etnográficos, de arte popular, e a organização da Exposição Colonial, no Porto em 1934 e Grande Exposição do Mundo Português em 1940.⁴¹

Constituindo os museus do Estado Novo uma forma de veicular as ideias base do regime, usando a cultura popular como factor de identidade e coesão nacional, é neste contexto que começam a emergir as Casas do Povo, criadas em 1933 pelo Decreto-Lei 23051, dentro do espírito social do corporativismo do Estado Novo. Estas Casas do Povo não se destinavam apenas a fazer o enquadramento do trabalho rural e a defender os interesses dos trabalhadores, mas devem constituir o lar de todos os habitantes de uma freguesia. Em 1956 existiam já 584 Casas do Povo⁴². Estas Casas do Povo adquiriram também a função de museus, com a recolha de objectos de cariz popular e defender assim a cultura de cada região. As transformações que a industrialização provocou no mundo rural e tradicional, fizeram com que se alertasse para estes perigos, defendendo a criação de museus que guardassem essa memória da cultura e valores

⁴⁰ SILVA, Raquel H. - *Os Museus: história e prospectiva*. In PERNES, Fernando. *Panorama da Cultura Portuguesa no século XX*. Vol.3. Arte (s) e Letras. Edições Afrontamento e Fundação de Serralves. Porto. 2002. pp.80

⁴¹ LIRA, Sérgio - *Identidade territorial portuguesa sob o nacionalismo do Estado Novo: mensagens ideológicas nos museus e exposições temporárias*. Comunicação apresentada nas Jornadas de Cultura Saloia que decorreram em Loures - Museu de Cerâmica de Sacavém. Dezembro de 2000.

⁴² DAMASCENO, Joana - *Museus para o povo português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2010, pp. 115-116

populares. Entre 1937-1948 são criados vários museus regionais etnográficos, como o de Ílhavo, Póvoa do Varzim, Vila Real, Museu de Etnografia e História da Província do Douro Litoral e o Museu da Beira Alta⁴³.

A Exposição do Mundo Português, inaugurada em 1940, ela mesma espelhava o retrato do país, de um povo humilde, heróico, trabalhador e crente, estando dividida nas seguintes secções: secção ligada ao historicismo (recriando heróis da fundação e restauração da nação); secção do colonialismo (retratando a expansão); secção da fé católica e a secção da vida e cultura popular. Na sequência desta exposição iria ser fundado o Museu de Arte Popular de Lisboa, projecto de António Ferro⁴⁴. Em 1946 era ainda publicado um diploma pela Junta Central das Casas do Povo, intitulado “Normas gerais para a organização dos Museus das casas do povo”, que pressupunha a criação em cada freguesia rural, de um museu com os seus aspectos etnográficos. Em que o Museu possuía a função de mecanismo de construção de identidade nacional e cultural⁴⁵.

A título conclusivo, podemos afirmar que todo o processo evolutivo na salvaguarda do património gira em tornos das correntes ideológicas da época. O advento do coleccionismo, e a da criação dos primeiros museus de história natural e botânica, associados ao ensino universitário, muito sob a influência do iluminismo da época e a busca pelo conhecimento científico, veio dar lugar ao gosto pela ruína, fruto das descobertas realizadas em Pompeia em torno das civilizações clássicas, a nostalgia pelo passado e uma necessidade de construção de identidade e a busca de símbolos nacionais. A recuperação do passado, leva a todo um movimento de consciencialização patrimonial, criando-se comissões e sociedades que se debruçam em particular sobre o património arqueológico. Martins Sarmiento e José Leite Vasconcelos e Rocha Peixoto destacam-se na investigação que se praticava nesta época, como dão conta as publicações científicas da especialidade. É com a instituição da República que as acções de salvaguarda do património mais se evidenciam, sobretudo com a lei de separação da Igreja do Estado, que leva à criação de museus que alberguem o espólio então recuperado. Dos museus regionais, passando pelas grandes obras de recuperação de monumentos a cabo da DGENM, e mais tarde as casas do povo,

⁴³ DAMASCENO, Joana – *Museus para o povo português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2010, pp. 26-29

⁴⁴ IDEM- *Ibidem*. pp. 44,57,58,69

⁴⁵ PIMENTEL, Cristina - *O Sistema Museológico Português (1833-1991: Em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005, pp. 23-25

a politica salazarista, tinha como finalidade primordial a busca de uma memória do passado que recuperasse a identidade nacional, utilizando para tal o património

2. O Museu Nacional Soares dos Reis: história e fundação do Museu Nacional Soares dos Reis – os museus do liberalismo do Porto na sua génese

Para o entendimento do contexto histórico da colecção arqueológica que aqui nos propomos estudar, teremos que fazer perceber toda a história do Museu Nacional Soares dos Reis, cujas origens remontam à fundação dos primeiros museus públicos em Portugal. Assim, teremos que recuar a 1833, data em que é criado o Museu Portuense, também designado de Museu de Pinturas e Estampas, o primeiro museu de arte do país e mais tarde aos Museus Allen e Municipal do Porto. Foi com base no espólio herdado destes museus, que seria criado o Museu Nacional Soares dos Reis. No ano de 1932, através do Decreto-lei Nº 21:504 de 25 de Julho do mesmo ano, o Ministério da Instrução Pública e a Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, aprovava o regulamento que organiza os serviços dos museus para o desempenho da alta missão cultural que lhes incube, e relativamente ao Museu de Soares dos Reis, do Porto, ordenava que passasse a denominar-se Museu Nacional de Soares dos Reis. O Museu Nacional Soares dos Reis encontrava-se instalado no Convento de Santo António da Cidade, desde 1933, porém através do Decreto-lei Nº27.878 de 21 de Julho de 1937, passava a definir a incorporação do Palácio dos Carrancas no Património do Estado, mediante quantia estipulada pela detentora do edifício, a Misericórdia do Porto, para albergar as colecções do Museu Nacional Soares dos Reis. O mesmo decreto regulava ainda a transferência e instalação das colecções pertencentes ao Museu Municipal do Porto, no Museu Nacional Soares dos Reis, precedidas de inventário e classificação⁴⁶.

Este edifício foi construído a partir de 1795, para habitação e fábrica dos Moraes e Castro, uma família de prósperos negócios e proprietária da Fábrica de Tirador de Ouro e Prata na Rua dos Carrancas. No entanto foi palco de acolhimento de figuras ilustres como o general Soult, em 1809, duque de Wellington, o general Beresford, o príncipe Guilherme de Nassau e ainda D. Pedro IV durante o Cerco do Porto.

Em 1861, o Palácio é transformado em Paço Real e adquirido por D. Pedro V para servir de alojamento aos soberanos em visita ao norte do país, tendo aqui ficado instaladas personalidades como D. Luís e D. Maria Pia, D. Carlos e D. Amélia e também D. Manuel II.

⁴⁶ ALMEIDA, António Manuel Passos – *Museu Municipal do Porto: das origens à sua extinção (1836-1940)*. [Dissertação do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia – via Mestrado apresentado à FLUP]. Porto. 2008. pp.108.

Com a excepção destas as visitas, o palácio encontrava-se praticamente vazio, e no testamento datado de 1915, que viria a ser reconhecido apenas após a sua morte, em 1932, D. Manuel II determina a entrega do Palácio à Misericórdia, para que nele se instalasse um hospital⁴⁷.



Fig.3 - O paço e jardins das Carrancas, residência d'El-Rei na capital do norte –
In «*Ilustração Portuguesa*», nº143, 16 de Novembro de 1908

É neste contexto que Vasco Valente, então director do Museu Soares dos Reis, que se encontrava instalado, desde 1833, no edifício de Santo António da Cidade, em S. Lázaro, inicia negociações com o Estado e a Misericórdia para transferir o Museu para este Palácio, que seria aprovado em Decreto-lei, já referido anteriormente. Iniciam-se então obras de adaptação a cargo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e sob a orientação do Eng^o Fernandes Sá, sendo o Museu inaugurado em 1942⁴⁸. Para este edifício transferiram-se as colecções do antigo Museu Portuense, bem como peças de ourivesaria da Mitra do Porto. De S. Lázaro vieram também as colecções do Museu Municipal do Porto, adquiridas pela Câmara do Porto em 1850 à família do coleccionador João Allen, tendo sido solicitada a Inventariação de todo o espólio do Museu Municipal do Porto, inventariação essa realizada entre 1938-1939 (ver Anexo C, nº9),

⁴⁷ FIGUEIREDO, Manuel – *O Museu Nacional Soares dos Reis*. Marques Abreu Editor. 1964. pp.15

⁴⁸ *Museu Nacional de Soares dos Reis*. Porto: Ministério da Educação Nacional. Direcção Geral dos Assuntos Culturais. 1972.

para que este fosse incorporado no novo Museu. Só posteriormente o Museu iria receber novas colecções, entre elas da Direcção-Geral da Fazenda Pública⁴⁹.

A pintura e escultura foram sempre as áreas privilegiadas, porém a incorporação das diferentes colecções veio alterar o espírito do antigo Museu Portuense que, de pinturas e estampas conventuais, e mais tarde académicas, viu o seu programa ser desviado por uma política de “aquisições” que visava abranger igualmente as artes decorativas. Fruto de rigoroso processo de seriação, as artes decorativas, para além da importante galeria de pintura, constituíam os núcleos fundamentais do Museu Municipal do Porto, destacando a colecção de cerâmica, principalmente as peças do Porto e de Vila Nova de Gaia. Porém tratando-se de um museu de arte, não convinha aproveitar todas as secções, por isso cedeu-se o núcleo de cerâmica arqueológica ao Museu de Etnografia e História das Províncias do Douro Litoral, que se encontrava em processo de formação, e a secção de malacologia à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, ficando as restantes colecções transferidas no Museu Nacional de Soares dos Reis. A secção lapidar que se expunha no claustro do antigo convento de Santo António da Cidade, em S. Lázaro, passou a decorar a parte rústica do Palácio dos Carrancas⁵⁰.

Em 2001, aquando do projecto de remodelação do museu levado a cabo pelo arquitecto Fernando Távora, o museu sofre alterações, actualmente a exposição permanente é composta por colecções de pintura, escultura, gravura, cerâmica, joalharia, mobiliário, ourivesaria, têxteis e vidros. Outros espaços foram criados, como um auditório, um departamento educativo e salas de exposições temporárias.

2.1. O Museu Portuense

O movimento liberal iniciado no Porto por D. Pedro IV, reflectindo os ideais românticos na intenção de civilizar a pátria, como forma de progresso, a par da criação de uma Comissão para a Administração dos bens pertencentes aos conventos e mosteiros da cidade do Porto abandonados, pelo Decreto de 12 de Dezembro de 1832, esteve na origem do Museu Portuense, criado em 1833. Só em 1834 deram entrada as pinturas e estampas do Convento de Tibães para

⁴⁹ ALMEIDA, António Manuel Passos - *Contributos ao Estudo da Museologia Portuense no Século XIX: O Museu do Coleccionador João Allen e o Museu Municipal do Porto*. In «*Revista da Faculdade de Letras*». Porto, I Série, Vol. V-VI. 2006-2007. pp. 31-55

⁵⁰ IDEM – *Museu Municipal do Porto: das origens à sua extinção (1836-1940)*. [Dissertação do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia – via Mestrado apresentado à FLUP]. Porto. 2008. pp. 112-113

este museu, assim como alguns objectos de Santa Cruz de Coimbra. O museu instalou-se inicialmente na Sala da Aula de Desenho da Academia da Marinha e Comércio, mas o espaço tornou-se rapidamente escasso para albergar a grande quantidade de quadros que possuía. É então que em 1834, João Baptista Ribeiro propõe a transladação do Museu para o refeitório do Convento de Santo António, na Praça de S. Lázaro, proposta que viria a ser aceite e assim, passariam a conviver lado a lado neste Convento o Museu Portuense e a Biblioteca Pública. Este constituiu o primeiro museu público do país, tendo sido dirigido por João Baptista Ribeiro, fundado por D. Pedro IV em 1833, e confirmado em 1836 pela Rainha D. Maria, mas que viria a ser inaugurado apenas em 1840, face à conjuntura política e cultural da época, com a designação de Museu de Pinturas e Estampas⁵¹.

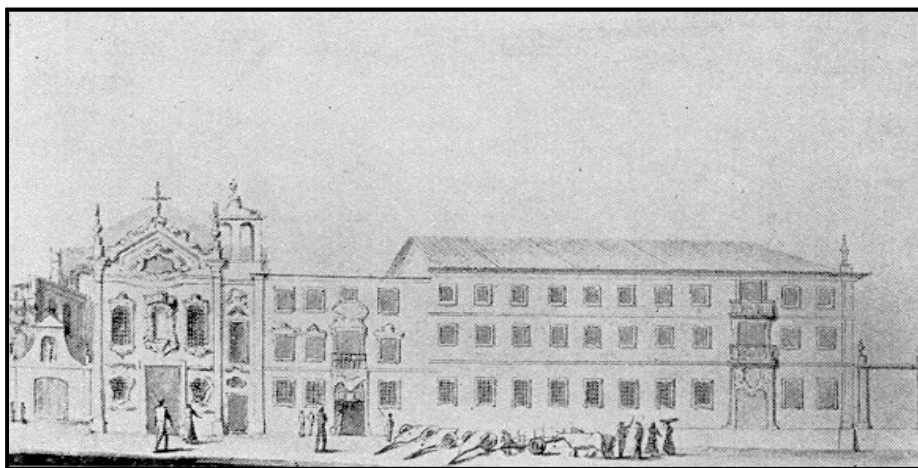


Fig.4 - Convento de Santo António da Cidade em S. Lázaro (desenho feito em 1833 por J.C. Vitória Vila-Nova, retirado de Pedro Vitorino -*Os Museus de Arte do Pôrto*)

A transferência das pinturas que faziam parte do Museu foi concluída em 1834, porém com a morte de D. Pedro IV, o museu acabaria por ficar ao abandono, e as obras tinham já sido suspensas em Setembro desse mesmo ano. Os esforços levados a cabo por João Baptista, no sentido de resolver os problemas no edifício, que com a proximidade do Inverno colocaria em perigo as obras de arte, este edifício ainda iria permanecer sem condições até 1835, altura em que se reiniciam as obras. E só em 1836 é assinado o Decreto que confirma e legaliza a criação do

⁵¹ VIANA, Maria Teresa da Costa Pereira - *Os Museus do Porto no século XIX. Subsídios para o estudo da museologia em Portugal*. Lisboa, vol.1.1970. pp.25-27

Museu Portuense. Em 1839 o Museu passa para a tutela da Direcção da Academia de Belas Artes do Porto, que também se instalou no Convento de Santo António da Cidade e só um ano depois em 1940 são finalmente concluídas as obras e é aberto ao Público o Museu Portuense. Neste mesmo ano, João Baptista Ribeiro abandona a Direcção do museu. Os problemas contudo persistem, e houve anos em que no recinto do Museu chegaram a funcionar algumas aulas da Academia Portuense de Belas Arte, que também lutavam por melhores acomodações. Exposições trienais eram organizadas pela Academia Portuense de Belas Arte, tornando o Museu invisível⁵².

2.2 O Museu Allen

João Francisco Allen nasceu em Viana do Castelo a 18 de Maio de 1781, ao tempo Viana do Minho, no seio de uma família católica irlandesa. Talvez devido à instabilidade política e militar que em breve viveria a Europa, em 1793, João Allen ingressou no Colégio Georgetown - Washington, onde recebeu formação militar. Terminado o curso em 1799, o jovem coleccionador viajou por aquele país, onde teria contactado com a mentalidade dos coleccionadores, galerias, gabinetes e museus locais. O Museu Allen foi aberto por este comerciante de origem britânica em 1836, despertando grande interesse na sociedade portuense e nos visitantes estrangeiros. Sabe-se que já em 1835 possuía uma colecção suficientemente vasta para que José de Urcullu a tentasse dividir em seis secções distintas: Conchologia, Minerologia e Geologia, Pintura, Numismática, Curiosidades e Biblioteca. Raczynski escreveu elogiosamente sobre a colecção de pintura do Museu João Allen, contabilizando cerca de seiscentos quadros, referindo que na época “Lisboa não possuía uma colecção particular que lhe pudesse ser comparada.”⁵³

Para tal ele mandou construir um edifício adjacente à sua casa, actual Rua Alberto Ayres de Gouveia, com a parte lateral virada para a Rua da Restauração, destinado às suas colecções. Este era um museu aos olhos do que Eileen Hooper-Greenhill descreve na obra “*Museums and the shaping of knowledge*”, um museu enciclopédico dos finais do século XVIII. Enquanto museu privado, abria em dias certos da semana para visita de estudiosos e artistas e ao público em geral aos domingos, com entrada livre. As colecções do museu estavam protegidas contra o

⁵² VALENTE, Vasco - *Museu Nacional de Soares dos Reis : Antigo Museu Portuense*. Porto: Tip. Gonçalves & Moreira. 1933-1934. pp.51-75

⁵³ ALMEIDA, António Manuel Passos – *Museu Municipal do Porto: das origens à sua extinção (1836-1940)*. [Dissertação do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia – via Mestrado apresentado à FLUP]. Porto. 2008. pp.39-40.

roubo, pois o edifício era vigiado dispunha de rondas da Guarda Municipal. Quando foi aberto ao público, as colecções distribuíam-se por três salas numa miscelânea desordenada, cuja organização sectorial e funcional não compreendia qualquer separação entre colecções. A missão do museu era enciclopédica, com grande número de exemplares que iam desde vulgaridades de uso quotidiano às mais fantásticas preciosidades⁵⁴.

Face aos graves problemas económicos, João Allen acabaria por se refugiar na sua moradia na Quinta de Vilar d'Allen, em Campanhã, onde viria a morrer meses depois, a 18 de Maio de 1848. Entretanto o conselho da família mandara proceder á avaliação do espólio do museu para posterior venda. Aliás, a morte de João Allen e a venda a leilão das colecções, despoletou na cidade do Porto um movimento com o intuito de evitar a dispersão do património coleccionado por João Allen, em museus nacionais ou estrangeiras. Assim, foi apresentada à Câmara Municipal do Porto, a 27 de Julho de 1849, uma petição assinada por 268 cidadãos mais ilustres da cidade, “que temiam fosse dar ao estrangeiro”, este museu que não tinha rival em todo o reino. Ambicionavam garantir da edilidade a sua aquisição para um museu da cidade, “ (...) incorporado no edifício da biblioteca pública e do Ateneu Portuense”. Esta atitude, foi sem dúvida uma manifestação do apreço que a burguesia portuense tinha pelo Museu, porém só em 1850 a Câmara haveria de adquirir o que restou da colecção que viria a integrar o Museu Municipal do Porto. Realizava-se desta forma a transacção da maior colecção nacional da época, a 18 de Julho de 1850, pela quantia de 19:000\$000 reis, este seria o marco para o surgimento do Museu Municipal do Porto⁵⁵.

2.3 O Museu Municipal do Porto

Após a aquisição do Museu Allen pela Câmara Municipal do Porto em 1850, podemos definir a partir desta data as origens do Museu Municipal do Porto. Dada a importância que esta colecção tinha adquirido junto do público, e na ausência de um espaço próprio para acolher a colecção, a Câmara Municipal do Porto alugou à família Allen o antigo edifício onde o fundador o instalara anteriormente na Rua da Restauração, tendo sido inaugurado ao público a 12 de Abril

⁵⁴ALMEIDA, António Manuel Passos – *Museu Municipal do Porto: das origens à sua extinção (1836-1940)*. [Dissertação do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia – via Mestrado apresentado à FLUP]. Porto. 2008. pp.41-42

⁵⁵ IDEM – *Ibidem*. pp. 50-51

de 1852. E a 9 de Agosto de 1852, Eduardo Augusto Allen, um dos filhos do fundador do antigo Museu João Allen, é nomeado interinamente conservador do museu da municipalidade. O novo director tomava desde logo medidas organizativas para o Museu, mandando imprimir para além do Catálogo Provisório e do Regulamento Interno, ainda um Advertência aos Senhores Visitantes e aos Empregados do Museu. De acordo com o definido nos seus estatutos, o Museu Municipal do Porto estava aberto ao público, com entrada livre aos Domingos, das 10h00 às 15h00, e nas Quintas-feiras, das 12h00 às 18h00. Para os artistas, eruditos e visitantes estrangeiros estava o museu aberto nas Terças, Quartas, Sextas-Feiras e Sábados, das 10h00 às 13h00. A entrada nesses dias era realizada mediante a obtenção prévia de bilhetes, pelo menos de véspera, junto do director. No caso de não haver bilhetes passados para qualquer dos referidos dias, o museu encerraria, visto que os funcionários prestavam serviço na Câmara. O museu abria ainda as suas portas excepcionalmente em solenidades públicas, sendo para o feito anunciada a sua abertura nos periódicos locais⁵⁶.

As colecções encontravam-se divididas na seguinte forma:

I. Bellas Artes - Galeria de Pinturas e Galeria de Escultura (encontrava-se em organização a galeria arquitectónica e a galeria de estampas); **II. Sciencias Naturaes** – História do Reino Animal, Reino Vegetal, Reino Mineral e Geologia, Física e Química; **III. Archaeologia**; **IV. Ethnographia**; **V. Industria Agrícola e Fabril**; **VI. Bibliotheca do Museu**. Previa-se ainda a formação de uma sétima divisão, que consideraria os estudos da “Sociedade Promotora da Exploração Scientifica, de Portugal e seus Domínios”, no tocante à Geografia, com uma oficina de desenho, gravura anexa e topografia em relevo; Hidrografia; Geodesia; Meteorologia; Magnetismo terrestre; construções civis; estatística; higiene pública, entre outras⁵⁷.

Começam-se a levantar questões em torna da mudança de instalações do museu e em 1863, e como nos refere António Almeida, surgiram três hipóteses de instalação, no colégio da Graça, à Academia Politécnica, no convento de Santo António da Cidade, em São Lázaro, e a casa contígua aos Paços do Concelho, na Praça Nova. Uma década depois, o município mostrou-se na disposição de transferir o museu para a casa contígua ao edifício municipal, onde disporia de quatro salas para o Museu Municipal do Porto, no entanto, novamente julgadas as instalações insuficientes pelo director do museu, nada se voltou a fazer. No ano de 1881, o desejado edifício

⁵⁶ ALMEIDA, António Manuel Passos – *Museu Municipal do Porto: das origens à sua extinção (1836-1940)*. [Dissertação do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia – via Mestrado apresentado à FLUP]. Porto. 2008. pp. 52

⁵⁷ *Museu Municipal do Porto – o seu estado presente e o seu futuro*. Porto: Typographia de A.J. da Silva Teixeira. 1889. pp. 13-14.

voltou a levantar polémica, pois o professor Geraldo da Silva Sardinha, na exposição da Academia Portuense, apresentou um projecto de adaptação do convento de São lázaro. Contudo, a parte destinada ao museu era uma vez mais muito insuficiente. O Museu apesar dos problemas de espaço, continuava a dar provas do seu sucesso, atingindo um número de visitantes significativo de 4.250 visitantes em 1854, e 9.750 visitantes em 1875, estando certamente por detrás deste sucesso o facto de ter sido o primeiro museu municipal português e também por possuir catálogos impressos das suas colecções desde 1853. Este sucesso levaria que o seu horário fosse alargado, passando a estar aberto todos os dias das 9 horas da manhã às 4 horas da tarde, e das 10 horas às 3 da tarde aos domingos e feriados⁵⁸.

Havia uma preocupação do melhoramento do funcionamento do Museu, como a tentativa por parte do Director do Museu Municipal do Porto, em 1892, de encerrar o museu às segundas-feiras para limpezas, à semelhança do que já fazia o Museu Industrial do Porto, a par da aquisição de objectos para o museu e pelo esforço do seu director por imprimir um carácter mais científico à instituição, através estudo das suas colecções e pela publicação de catálogos, nomeadamente o de Pintura em 1853, Malacologia em 1856-58, Numismática em 1862, 1865, 1867 e 1882. Contudo as lacunas no museu eram grandes, nomeadamente na acomodação dos quadros, na iluminação que era deficiente, legendas pouco perceptíveis, o carácter expositivo e as tipologias expostas que apresentavam problemas graves, estas entre outras foram críticas apontadas por Rocha Peixoto, como nos dá conta Pedro Vitorino⁵⁹.

Rocha Peixoto que viria mesmo a assumir o cargo de director e conservador do Museu Municipal do Porto, entre 1900-1909, apesar de já como referimos anteriormente em 1887, tivesse nomeado uma comissão, promovida pela Sociedade Carlos Ribeiro, de que fazia parte, incumbida de estudar a reorganização do Museu Municipal do Porto, e a sua instalação em edifício próprio. É da sua autoria a elaboração do “Guia do Museu Municipal do Porto” (1902) tendo organizado as secções de Arqueologia e Etnografia e Joaquim de Vasconcelos a secção de Arte Industrial: pintura, numismática, escultura e cerâmica, para utilização dos visitantes do Museu. Em 16 de Junho de 1904 foi nomeado Director efectivo da Biblioteca Pública do Porto, após ter estado como Director interino, desde 28 de Junho de 1900. Um ano antes da sua morte, ainda consegue que a Câmara Municipal do Porto adquira para o Museu, em Dezembro de 1908,

⁵⁸ *Anuário da Câmara Municipal do Porto*. Porto. 1923.

⁵⁹ VITORINO, Pedro - *O Museu do Porto*. In Separata da Revista de «Guimarães». Guimarães: Tip. Minerva Vimarense. 1934. p. 8-9.

a colecção particular de Moreira Cabral (conhecido por Museu Cabral da Rua da Flores), constituída por dois núcleos de faianças e de vidros, móveis, pinturas, armas, jóias, medalhas, etc., guardados no Museu Nacional de Soares dos Reis. Ao falecer, em 1909, exercia funções em várias instituições culturais e educativas: naturalista-adjunto da Academia Politécnica do Porto; Director da Biblioteca Pública do Porto; Director do Museu Municipal do Porto; Professor de Geografia e de Ciências Físico-Naturaes, da Escola Industrial Infante D. Henrique, no Porto⁶⁰.

Os problemas persistiam e fruto da campanha levada a cabo pela Sociedade Carlos Ribeiro, a Câmara Municipal do Porto, mais uma vez sujeita a pressões externas, aprova uma proposta de dotação orçamental no valor de 356\$000 réis anuais para mobiliário, aquisições, prémios, vencimentos do director e do guarda, numa tentativa de reorganizar o museu numa perspectiva de futuro. Em tom de crítica, Rocha Peixoto avança-nos que, com diferença de cerca de uma centena de mil réis, o orçamento se manteve inalterado até 1897⁶¹.

Do relatório de 1889 resultou uma comissão dividida em duas secções, sendo a primeira responsável pela organização das colecções de Belas Artes, Arqueologia e Etnografia, composta pelo director do Museu, Eduardo Augusto Allen, o categorizado professor da Academia Portuense de Belas Artes, João Marques da Silva Oliveira e o crítico de arte, Joaquim de Vasconcelos, que elaboraram um criterioso relatório publicado em 1889. A segunda secção foi incumbida da organização das colecções de História Natural, mineralogia, geologia e malacologia, sendo responsável Manuel Amândio Gonçalves. Estes planos de reorganização do museu ficariam suspensos, e mais uma vez em 1887 a Câmara Municipal do Porto, coloca a intenção de o transferir para S. Lázaro, nomeando para esse fim uma outra comissão, constituída pelos senhores Lima Júnior e Sampaio Baptista, vereadores, Eduardo Allen, Ferreira da Silva e Ricardo Jorge, chefes de serviço, e Rocha Peixoto, incumbida de estudar a reorganização do Museu Municipal do Porto em edifício próprio, porém até à data do falecimento de Eduardo Allen, em Maio de 1899, nada tinha sido resolvido⁶².

Seria no ano seguinte à morte de Eduardo Allen que na sessão camarária de 28 de Junho de 1900, António Augusto da Rocha Peixoto era nomeado interinamente a comandar os desígnios do museu, acumulando agora a categoria de conservador do museu com as funções que

⁶⁰ SOUSA, M. J. Lemos de – *Rocha Peixoto: aspectos da sua vida como naturalista*. In « Boletim Cultural da Póvoa de Varzim». Número Comemorativo do I centenário de Rocha Peixoto. Vol. V, nº. 2. C. M. da Póvoa do Varzim. 1966. pp. 132-148.

⁶¹ PEIXOTO, A. A Rocha. - *O Museu da Restauração*. In «*A Terra Portuguesa*». Porto: Livraria Chardron.1897.pp. 201-212.

⁶² ALMEIDA, António Manuel Passos – *Museu Municipal do Porto: das origens à sua extinção (1836-1940)*. [Dissertação do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia – via Mestrado apresentado à FLUP]. Porto. 2008. pp. 65-66

já exercia enquanto director da Biblioteca Pública. A sua acção no Museu seria fundamental, tendo tomado medidas imediatas no sentido de impedir a deterioração de algumas das colecções que se encontravam num estado de conservação deficitário. Num Relatório que ele enviou à Câmara Municipal do Porto, datado de 10 de Abril de 1901, dá conta destas acções, nomeadamente: a realização de reparos metódicos nas vitrinas e nos mostradores das secções de mineralogia, paleontologia, etnografia, arqueologia e artes decorativas; no caso das moedas e medalhas efectuaram-se alterações na distribuição geral, adquiriram-se novos tabuleiros e substituíram-se cerca de cinquenta e duas fechaduras das estantes, por motivo de segurança; no caso da galeria de arte diminuiu-se o conjunto de quadros expostos e procedeu-se à sua beneficiação, bem como se fizeram novos suportes para as obras escultóricas; limpou-se o edifício e procedeu-se a reparos nas paredes; classificou-se parte das colecções de paleontologia e de numismática romana. Joaquim de Vasconcelos catalogara quase inteiramente a secção de Belas-Artes. Neste relatório era solicitada a abertura do Museu ao público, isto após um ano encerrado por motivos de obras de beneficiação. Em Maio de 1901 o museu reabria assim ao público, tendo Rocha Peixoto mandado imprimir umas Instruções Regulamentares para entregar aos visitantes⁶³.

Em 1902 é publicado o Guia do Museu Municipal do Porto da sua autoria, tendo este redigido as secções de arqueologia e etnografia, e por Joaquim de Vasconcelos as secções de arte industrial, pintura, numismática, escultura e cerâmica. As colecções descritas no Guia são divididas pelas secções de Archeologia, Ethnografia, Arte Industrial, Pintura, Escultura, Cerâmica, Numismática nacional e Numismática estrangeira. Para além de descrever as colecções do museu, tinha por objectivo “primeiro, despertar a curiosidade de ver; e depois o desejo de fazer justiça ao que é nosso”⁶⁴. As dificuldades do Museu continuavam-se a fazer sentir, e apesar das tentativas de Rocha Peixoto no sentido de obter um espaço novo adequado á dimensão das colecções do museu, este acabaria por fechado nas instalações da Rua da Restauração a 21 de Julho de 1905 e ser trasladado para antigo convento de Santo António da Cidade, local onde já funcionavam a Biblioteca Pública, o Museu Portuense e a Escola de Belas

⁶³ ALMEIDA, António Manuel Passos – *Museu Municipal do Porto: das origens à sua extinção (1836-1940)*. [Dissertação do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia – via Mestrado apresentado à FLUP]. Porto. 2008. pp. 75

⁶⁴ PEIXOTO, A.A. da Rocha - *Guia do Museu Municipal do Porto*. Porto: Typographia central, 1902.

Artes, Artes, ocupando a ala voltada para a antiga Rua da Murta, hoje chamada Morgado de Mateus, depois de obras de adaptação⁶⁵.

É já nas novas instalações, e face às circunstâncias do espaço, que Rocha Peixoto cria a secção de lapidária, aproveitar o claustro do antigo convento de Santo António da Cidade, para nele expor uma série de peças lavrados na pedra que o museu possuía. Na base das paredes do claustro dispusera as peças de pedra, como estátuas, capitéis, sarcófagos, restos arquitectónicos, escudos de armas e estelas proto-históricas, medievais e barrocas, em boa parte respeitantes à história da cidade do Porto. Apesar das verbas modestas concedidas ao Museu Municipal do Porto, Rocha Peixoto enriqueceu o mais possível o seu património artístico. Dos objectos que por depósito legal obteve dos citados conventos do Porto e Vila do Conde, contam-se peças de talha, imaginária, mobiliário, cerâmica, ourivesaria, paramentos, tecidos, tapetes, bordados, etc. Ao acompanhar a investigação arqueológica da época, Rocha Peixoto adquiriu para o Museu Municipal do Porto lápides epigráficas, cerâmicas, moedas e machados de bronze, bem como uma valiosa colecção de jóias proto-históricas de Laundos e da Estrela, Póvoa de Varzim. Também uma importante colecção de cerâmica era adquirida pela Câmara Municipal do Porto em 1908, antiquário e bibliófilo António Moreira Cabral, tendo dado origem a um catálogo elaborado por Joaquim de Vasconcelos⁶⁶.

Porém a acção de Rocha Peixoto iria cessar, com a sua morte em 1909, tendo ficado responsável pelo estabelecimento de 1909 a 1913, o ilustre José Pereira de Sampaio (Bruno), que apenas se limitou a dar continuidade ao processo de aquisição da colecção de cerâmica regional ao pintor portuense Joaquim Vitorino Ribeiro, bem como em relação à doação da colecção de Júlio Osório. Em 1912 achava-se encerrado o museu, apenas se encontrava exposta ao público a secção lapidar instalada nos corredores do claustro do antigo convento. Só uns anos mais tarde na sessão da comissão administrativa da Câmara Municipal do Porto de 8 de Maio de 1919, o presidente Sr. Dr. Armando Marques Guedes apoiou a remodelação do museu municipal, sob proposta do Sr. A. J. Paiva Manso, tornando este estabelecimento autónomo da Biblioteca. Nesse sentido, avançou com a criação do lugar de director, passando os funcionários ao serviço da

⁶⁵ ALMEIDA, António Manuel Passos – *Museu Municipal do Porto: das origens à sua extinção (1836-1940)*. [Dissertação do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia – via Mestrado apresentado à FLUP]. Porto. 2008. pp. 77

⁶⁶ IDEM – *Ibidem*. pp 77-80

biblioteca para o quadro do museu⁶⁷. Na sessão seguinte, a 22 de Maio do mesmo ano, foi aprovada a nomeação do escritor Júlio Brandão para director do Museu Municipal do Porto, ocupando o cargo até Agosto de 1939, quando foi aposentado por imposição legal do limite de idade deste cargo⁶⁸.

A entrada de Pedro Vitorino como conservador do Museu Municipal do Porto de 20 de Março de 1922 até 1933 e vice-director desde 1933 a 1938, não foi suficiente para resolver os problemas do museu, embora ele tenha tentado seguir as matrizes definidas anteriormente por Rocha Peixoto. Em 1929 fez parte do grupo fundador dos Amigos do Museu Municipal do Porto, cujos objectivos passavam pelo enriquecimento das colecções, a promoção da investigação, exposições, conferências, publicações, a defesa do património da cidade do Porto, a cooperação com outros museus, dando um importante contributo para a divulgação das funções do estabelecimento. A inexistência de condições para o progresso do museu e a falta de iniciativa levou à estagnação e conseqüente ruína, assim se mantendo inalterado até Novembro de 1938, quando recebeu o último importante legado de Cristiano Augusto da Silva, constituído por colecções de cerâmica, artes decorativas e pintura. Durante os cerca de vinte anos da direcção de Júlio Brandão no Museu Municipal do Porto, apenas se limitou a enriquecer aleatoriamente a secção de Pintura. Sem organização interna e um edifício que o acolhesse condignamente, a visibilidade Museu Municipal do Porto desapareceu, considerado um serviço público sem interesse para a cidade, que não educava, instruíra e deleitava⁶⁹.

Em 1932 o Museu Soares dos Reis, passa à categoria de Museu Nacional, sendo criado o cargo de Director do Museu, que seria ocupado por António Vasco Valente. Em 1933 dá-se a transferência definitiva para o Palácio dos Carrancas, imóvel que havia sido adquirido pelo Estado Português com o objectivo de aí instalar o Museu Nacional de Soares dos Reis. Na sequência do Decreto-Lei n.º 27.878 de 21 de Julho de 1937, as colecções que constituíam o Museu Municipal do Porto deveriam aí ser instaladas, precedidas de inventário e identificação, preconizando a sua precoce extinção. Previa ainda a devolução das colecções provenientes da Mitra do Porto, depositadas temporariamente no Museu Municipal, e a sua incorporação no

⁶⁷ CRUZ, António - *O Museu Municipal do Porto e as suas valiosíssimas colecções*. In «Portugal Económico Monumental e Artístico». Fasc. XL. Vol. III. Lisboa. 12 de Outubro de 1939.

⁶⁸ BRANDÃO, Júlio - *O Palacete Braguinha e o Museu da Cidade*. In «O Norte». Porto. 26 de Outubro de 1919.

⁶⁹ ALMEIDA, António Manuel Passos - *Museu Municipal do Porto: das origens à sua extinção (1836-1940)*. [Dissertação do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia – via Mestrado apresentado à FLUP]. Porto. 2008. pp. 94-98

Museu Soares dos Reis, bem como as colecções de cerâmica do extinto Museu Industrial e Comercial do Porto⁷⁰.

A acção de Júlio Brandão enquanto director do Museu Municipal do Porto foi aliás bastante contestada por Pedro Vitorino, na sua obra “*Brandão o coveiro do Museu Municipal do Porto*”, publicada em 1939, após a conclusão do inventário de todo o espólio do Museu para a sua incorporação no Museu Nacional Soares dos Reis (ver documento em anexo), onde teceu várias críticas ao mau estado em que as colecções do Museu se encontravam, muitas delas ocultas em armários e nos depósitos da Câmara. Refere ainda as inúmeras acções por ele desenvolvidas, durante a sua vigência no museu, referindo entre outras coisas, o papel importante que teve no regresso de objectos e colecções que se encontravam espalhados por várias instituições, nomeadamente os que se encontravam nos depósitos da Câmara onde corriam sérios riscos de ruína. Também foi de sua iniciativa a criação de etiquetas para os objectos e a criação de livros de registo dos objectos entrados no museu e outra para obras⁷¹.

Em termos de conclusão, e de acordo com Cristina Pimentel, as rupturas e continuidades do conceito de museu na cidade do Porto assumem feições sociais e culturais muito particulares e emergentes do Liberalismo português, com a institucionalização dos primeiros museus públicos em Portugal, quer da iniciativa privada, quer resultante das vicissitudes da história política e militar da primeira metade do século XIX. O museu é resultado de vários factores, onde temas como a industrialização, urbanização e desenvolvimento local e da educação são preponderantes na evolução dos museus. Também no Porto, apesar de existir este projecto de modernidade progressista, aqui não se pode estabelecer um quadro evolutivo baseado nestes parâmetros, visto que os museus no Porto surgiram com base em estruturas familiares simbólicas e tradicionais, de comportamento social. O estatuto social de certas individualidades da sociedade portuense, tinham mais peso no governo local⁷².

As novas correntes de ideais liberais tiveram repercussão em termos culturais no Porto, quer por iniciativa do Estado, quer pela colónia britânica residente nesta cidade. A instauração do regime liberal em 1834, proporcionou à burguesia mercantil em parte descendente das grandes

⁷⁰ ALMEIDA, António Manuel Passos – *Ibidem*. 2008. pp. 108

⁷¹ VITORINO, Pedro – *Brandão o coveiro do Museu Municipal do Porto*. Porto: 1ª esporada, Marânus.1939. pp. 5-10

⁷² PIMENTEL, Cristina - *O Sistema Museológico Português (1833-1991: Em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005. pp. 18-19.

famílias inglesas estabelecidas no Porto, o desejo de acumular de capital económico e cultural. Porém, a primeira expressão museológica do liberalismo português nasceu com o Príncipe regente D. Pedro IV. A criação de um Museu de Pinturas e Estampas, que João Baptista Ribeiro, lente de desenho da Real Academia do Comércio e Marinha, foi incumbido de organizar, recorrendo aos bens artísticos de conventos abandonados e de casas sequestradas. Este Museu de acordo com o estipulado no seu regulamento, serviria sobretudo aos artistas e alunos de Belas-Artes, o que espelhava os ideais românticos quer iam de encontro a uma generalização da educação como condição de progresso, em que os museus públicos eram parte desta nova corrente, onde os cidadãos se cultivavam.⁷³

A poderosa burguesia liberal e financeira estabelecida no Porto, tomou consciência do seu valor cultural e no empenho na modernidade e progresso do ensino das artes, ciências e técnicas, e passa a interessar-se pela educação do povo, a igualdade perante a lei e o acesso aos templos da cultura, tornando as suas colecções particulares públicas. O empirismo museológico respondia inevitavelmente à elite burguesa com uma acção amadorística pouco convincente. O serviço público seria a principal característica do programa museológico do liberalismo português. No Porto, os museus Allen, o Museu Portuense, a Biblioteca Pública e a Escola de Belas Artes do Porto, eram de acesso restrito ao público. O público comum só tinha acesso uma tarde por semana, as pessoas instruídas, os aristocratas e estudiosos podiam visitar todos os dias. A imprensa liberal teve um importante na divulgação da museologia portuguesa⁷⁴.

O Museu Portuense, por um lado constituiu a primeira instituição museológica a ser instituída por decreto-lei e financeiramente suportada pelo Estado. O Museu Allen por seu turno o primeiro museu privado do país a abrir ao público, ao par que o Museu Municipal do Porto, foi o primeiro Museu Municipal português. A data da sua criação coincide com um período de convulsões sociais e políticas da época, que se faziam sentir no Porto ainda que de uma forma mais convicta, dadas as circunstâncias políticas. Nos finais do século XIX era possível encontrar no Porto um sector burguês educados nos princípios do positivismo e do evolucionismo progressista. Como refere Cristina Pimentel, esta é aliás uma ideia defendida por Kevin Walsh na obra “The representation of the past: Museums and heritage in the Post-Modern world”, onde o museu é retratado como resultado de várias condicionantes sociais e políticas e mesmo

⁷³ SILVA, Raquel H. - *Os Museus: história e prospectiva*. In PERNES, Fernando. *Panorama da Cultura Portuguesa no século XX*. Vol.3. Arte (s) e Letras. Edições Afrontamento e Fundação de Serralves.Porto.2002. pp. 68

⁷⁴ ALMEIDA, António Manuel Passos – *Ibidem*. 2008. p.21.

educacionais. A industrialização urbanização e desenvolvimento local e da educação são preponderantes na evolução dos Museus, como designa Michel Foucault “ O epistema moderno”. A mesma autora no estudo realizado sobre o sistema museológico português entre 1833-1991, constata que a cidade do Porto apesar de se fazer sentir este movimento de modernidade e progresso, não se pode aplicar aqui este modelo evolucionista dos museus, visto que os museus do Porto surgiram como base em estruturas familiares simbólicas e tradicionais, de comportamento social. O estatuto social de certas individualidades da sociedade portuense, tinham mais peso que o governo central. Os projectos museológicos desta época no Porto, estavam revestido de um cariz ideológico do advento do liberalismo, não passando de projectos com um discurso social, político e económico muito específico de determinados elementos da sociedade portuense com forte influência, com o objectivo de uma tentativa de desenvolvimento cultural em prol do governo⁷⁵.

Este Museu assumiu um carácter quase exclusivamente direccionado para a Arte (Pintura, escultura, artes decorativas), o que não espelha as suas origens, que é fruto da herança de espólio de colecionadores da época, não só privados mas também das instituições religiosas então extintas e do Museu Portuense e Museu Municipal do Porto. Desta forma, estas peças constituem uma pequena parte do manancial de espólio que possui nas suas reservas, que abarcam uma panóplia de tipologias de objectos variados. Apesar de pouco significativo o espólio arqueológico actualmente existente no Museu, não podemos deixar de relembrar que nas primeiras décadas de existência deste Museu, lhe foi concedida uma importância através de uma sala exclusivamente dedicada à arqueologia, que hoje em dia já não existe.

O Museu Nacional Soares dos Reis, tem contudo demonstrado preocupação com o estudo e divulgação desta secção arqueológica que herdou, tendo permitido que alguns dos objectos tenham sido alvo de estudo e promovendo iniciativas como publicações de catálogos e realização de exposições temporárias, com base nos estudos realizados. Exemplo disso é a exposição de vasos gregos, intitulada “*Vasos Gregos em Portugal Aquém das Colunas de Hércules*”, da qual fez parte um conjunto de vasos pertencentes à colecção Allen, que este reuniu em 1826, e que foi provavelmente a primeira colecção de vasos gregos existente em Portugal. Esta exposição realizou-se entre 22 Fevereiro e 1 de Julho 2008 e foi resultado do estudo levado a cabo pela

⁷⁵ PIMENTEL, Cristina - *O Sistema Museológico Português (1833-1991: Em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005. pp.18-20, 58

professora Maria Helena da Rocha Pereira e pelo professor Rui Morais, da qual resultou uma publicação⁷⁶. Também da colecção Allen foi alvo de estudo e exposição um conjunto de peças egípcias, que em 1995 através do estudo realizado pelo egiptólogo Luís Manuel de Araújo, permitiu através da leitura e tradução das inscrições hieroglíficas que apresentam, a sua identificação e catalogação definitivas. Também pertença da colecção arqueológica existente em reserva no Museu Nacional Soares dos Reis, um conjunto de lucernas romanas que vieram a ser estudadas por Rui Morais, permitiu a publicação muito recentemente dos resultados desse estudo. Para além destes estudos existem outros, ainda que de cariz isolado, contemplando alguns dos objectos arqueológicos presentemente existentes neste museu.

⁷⁶ MACHADO, Ana Paula; MORAIS, Rui; ROCHA PEREIRA, Maria Helena - *Vasos Gregos*. Lisboa: IMC. Museu Nacional Soares dos Reis. 2008.

3. Objectos em estudo

3.1 História da colecção arqueológica do Museu Nacional Soares dos Reis: proveniência, contextos, percursos e incorporação dos objectos em estudo

Uma colecção é vulgarmente designada como um conjunto de objectos que foram recolhidos por um determinado individuo, seja ele singular ou colectivo, objectos esses que possuem alguma ligação entre si. No entanto as colecções têm por vezes como base motivações emocionais ou psicológicas em relação aos objectos coleccionados. No caso particular das colecções museológicas, as bases partem da identificação de tipologias ou características comuns, mesmo autor ou proprietário⁷⁷.

Susan Pearce é uma das autoras que mais se tem debruçado sobre os modelos de estudo de colecções museológicas, na sua obra *“Interpreting objects and collections”*, apresenta-nos vários modelos de diferentes autores. O modelo defendido por ela, seria o mais adequado ao estudo de objectos arqueológicos, dado que se Susan Pearce enquadra este seu modelo numa perspectiva em que os objectos fornecem dados sobre o homem na sociedade, ou seja o objecto deverá ser estudado em termos materiais, históricos, contextuais e em termos de significado. Segundo esta autora, a investigação e exposição da informação obtida no estudo dos objectos, cabe ao conservador, no sentido em que este trabalho permita aos museus auxiliar o visitante na compreensão da sociedade. O modelo apresentado por ela, assenta portanto no estudo das propriedades do objecto, isto é o material de que é feito, na sua história, o seu contexto e o seu significado e a interpretação do objecto na organização social. Em relação ao material, deverá descrever o tipo de material utilizado, a sua construção, decoração, e posteriormente comparar com outros objectos semelhantes em termos de design, materiais, de forma a se poder chegar a uma tipologia e determinar a sua proveniência, técnicas industriais, e cronologia deste mesmo objecto. Em relação á história do objecto. Deverá ser efectuada uma pesquisa não só da história deste, do seu proprietário, o seu produtor, a sua função prática, mas também traçar um percurso histórico desse objecto no tempo subsequente, ou seja se esteve presente em exposições, se foi alvo de alguma publicação, tudo isto pressupõe uma pesquisa mais profunda de fontes documentais.

⁷⁷ ROBERTS, Andrew – *Collections Management for Museums*. Proceedings of an International Conference.MDA.1988.

No que diz respeito ao contexto, cabe aqui definir o micro contexto do objecto – ambiente imediato deste, e um macro contexto – um ambiente mais abrangente do mesmo. Quanto à análise do significado do objecto, temos de ter em consideração não só o contexto espaço-temporal original do objecto, mas também o significado para quem o analisa no tempo e espaço presente, em que aqui estão envolvidos sistemas filosóficos e psicológicos do objecto, que permitirão uma melhor compreensão do mesmo e do papel do Homem na sociedade. Finalmente é proposta uma interpretação da função do objecto na organização social, onde se levará em conta a soma dos estudos prévios realizados e as técnicas analíticas utilizadas⁷⁸.

No caso concreto dos objectos que se propôs estudar, que fazem parte da colecção arqueológica do MNSR, optou-se por não os enquadrar em nenhum modelo de estudo específico dada a diversidade de tipologias, cronologias, proveniências, contextos, funcionalidades que possuem. O único elo de ligação existente entre eles reside no facto de se tratar de objectos arqueológicos. Se por um lado temos alguns objectos que provêm do mesmo contexto arqueológico, por outro temos outros cujo contexto até se desconhece, outros que eram parte do acervo Museu Municipal do Porto, outros que foram incorporados directamente no MNSR e outros que desconhecemos o seu percurso até chegarem ao MNSR. A ausência de dados concretos sobre os objectos, não nos permitem defini-los no seu conjunto como uma colecção, mas como parte integrante da colecção arqueológica do MNSR. Contudo, os parâmetros utilizados no estudo destes objectos, enquadram-se em muitos aspectos no modelo utilizado por Susan Pearce, nomeadamente no que diz respeito às propriedades físicas dos objectos, o estudo da sua história e percursos museológicos, o seu contexto arqueológico e a sua função.

Assim, os objectos em estudo, à semelhança dos restantes que fazem parte da colecção arqueológica do Museu Nacional Soares dos Reis, provêm na sua maioria do acervo herdado do Museu Municipal do Porto, quando em 1937 por decisão legislativa as colecções existentes no Museu Municipal do Porto foram incorporadas no MNSR. O MNSR manteve a mesma organização existente no MMP, encontrando-se actualmente vários objectos arqueológicos, como é o caso de aras romanas, sarcófagos, na secção de Lapidária. Este conjunto de vinte e três objectos, estão na secção de Arqueologia.

⁷⁸ PEARCE, Susan -*Thinking about things*. In «*Interpreting objects and collections*». London: Routledge. 1994. pp.125-132.

Como já foi referido no capítulo 2, o Museu Municipal foi formado inicialmente com o espólio adquirido pela Câmara Municipal do Porto ao extinto Museu Allen. Em ambos os museus a arqueologia era uma das áreas contempladas, possuindo não só objectos da arqueologia nacional, mas também alguns adquiridos pelos seus directores fora do país. Aliás João Allen, sobretudo nas suas viagens a Itália, adquiriu objectos bastante significativos, como é a colecção de vasos gregos e de estatuetas e amuletos egípcios que se encontram actualmente nas reservas do MNSR. A arqueologia era neste período uma área privilegiada, e isso estava bem patente no Museu Municipal do Porto, sobretudo com a entrada de Rocha Peixoto no MMP. De acordo com o catálogo provisório do MMP de 1853 o museu dividia as suas colecções da seguinte forma⁷⁹:

- I- Galeria de Pinturas, gravuras e estatuária.
- II- Museu de artes decorativas ou industriaes
- III- Collecção de archeologia pré-histórica e histórica
- IV- Gabinete Numismática antiga e moderna
- V- Collecção ethnológica e ethnographica
- VI- Collecção histórica natural
- VII -Collecção geologia e minerologia

Ao observar-se o Guia do Museu Municipal do Porto realizado por Rocha Peixoto em 1902 (ver anexo C, n°12), verifica-se que a colecção arqueológica era composta pelas seguintes secções⁸⁰:

I - Pre e Protohistória – Edade da Pedra

Periodo Neolithico

Composto por machados de pedra, ponta de dardo, instrumento de pedra polida.

Edade do Bronze

Machados, fragmentos de lâmina de lança, ponta de lança

Edade do Ferro

Corpo de fíbula, Torques

⁷⁹ *Museu Municipal do Porto – o seu estado presente e o seu futuro*. Porto: Typographia de A.J. da Silva Teixeira. 1889. pp. 14

⁸⁰ PEIXOTO, A.A. da Rocha - *Guia do Museu Municipal do Porto*. Porto: Typographia central, 1902.

II – Egypcia

Estatuetas e amuletos

III – Iberica

Estatueta de barro com caracteres celtibéricos.

IV – Romana e Luso-romana

Amuleto, vasos cerâmicos, terebratula romana de barro, cabeça em barro, mosaicos, vasilhas, cerâmicas, material de construção romana (tegulae e imbrix, tijolo), mós, sarcófago.

Após a passagem de toda o espólio para o Palácio dos Carrancas, e após as obras de adaptação do Palácio para museu, o MNSR ficou organizado em várias salas expositivas, entre elas uma sala destinada à arqueologia, como se pode ver na fotografia X. Das pesquisas realizadas, não se conseguiu apurar até quando esta sala existiu, mas sabe-se pelo descrito no roteiro da colecção do MNSR⁸¹ que até ao início da década de 90, as modificações realizadas na organização do museu foram poucas.



Fig.5 – Sala de arqueologia MNSR (AAVV, Roteiro da Colecção: Museu Nacional de Soares dos Reis. Ministério da Cultura, IPM, 2001, pp.25)

Esta colecção cresceu nos anos seguintes, a consulta dos livros de aquisições e ofertas deste Museu, entre outros documentos existentes no MNSR, Arquivo Histórico do Porto e na

⁸¹ AAVV - *Roteiro da Colecção: Museu Nacional de Soares dos Reis*. Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus 1ª ed. 2001. pp .25,26,44,45

BPMP, permitiu verificar que sobretudo entre 1901 e 1923, foram recebidos vários objectos, entre eles arqueológicos. Como se pode constatar pelo mapa de aquisições entre 1910 e 1923 (ver Anexo A, N°2), regista-se em 1923 a aquisição de 380 objectos para exposição do Museu. Apesar do número significativo de objectos que o Museu possuía, nunca existiu um inventário actualizado, como nos dá conta o Relatório apresentado pelo Museu Municipal do Porto ao presidente da Câmara Municipal do Porto, Dr. Mendes Corrêa, em 1939 (ver Anexo C, N°6), existindo vários objectos que se encontravam nas arrecadações do Museu e outros dispersos pelas águas furtadas do edifício onde se encontrava instalada a Câmara Municipal na altura, que não estavam nem identificados nem inventariados.

Após a incorporação deste espólio, outros objectos arqueológicos deram entrada no MNSR, entre os quais alguns dos que se apresentam no presente trabalho, porém as informações acerca destes e a sua forma de incorporação são igualmente escassas ou inexistentes. Aliás, após o estudo de todo o percurso desta colecção, persistem dúvidas se alguns destes objectos foram incorporados antes da extinção do MMP, ou seja se já pertenciam ao MMP e nunca foram inventariados, ou se entraram de facto directamente no MNSR após a sua incorporação em 1940 no Palácio dos Carrancas.

Sabe-se ainda que os objectos arqueológicos pertencentes ao MMP, após a sua entrada no MNSR, na sua maioria acabariam por ser transferidos em depósito para o Museu de Etnografia e História da Província do Douro Litoral, como atesta o ofício com esta relação de objectos apresentada no (ver Anexo C, N°5). A verdade é que por razões que se desconhece, alguns destes objectos não transitaram para este museu, permanecendo no MNSR, entre os quais alguns dos apresentados neste estudo, como é o caso da *Ampulla* de duas asas simétricas (N°15-23), os objectos cerâmicos provenientes da Agra de S. Braz, Frazão, Paços de Ferreira (N°28-31 e 32-41), um peso de tear do Castro de Ossela, Oliveira de Azeméis (N°51-54), e ainda um dos machados em pedra, que pensamos tratar-se de um referido no Inventário do MMP de 1938/40 com o N°119-120.

A complexidade que este conjunto de objectos apresenta, deve-se à escassez de informação sobre os mesmos que ajudaria a perceber não só a origem destas peças em termos de contextualização arqueológica, mas também o seu percurso até à sua chegada aos museus por onde transitaram. A dispersão da informação relativa ao arquivo do MMP, por várias instituições, também constituiu um factor que dificultou a obtenção de informação sobre a mesma.

O trabalho de pesquisa envolveu a consulta quase que exaustiva de documentos inerentes ao MMP no Arquivo do MNSN, que neste caso se encontrava já organizado e estudado, tendo desta forma facilitado a selecção dos documentos a consultar⁸². O Arquivo Histórico Municipal do Porto, onde também a informação está acessível numa base de dados de pesquisa, mas cujos resultados obtidos nem sempre permitiam uma percepção clara se se tratavam de documentos que pudessem conter dados sobre os objectos em questão. Foi ainda feita uma pesquisa no Arquivo Geral da C. M. Porto, onde se constatou que apenas existia uma reduzida quantidade de documentação, que cronologicamente se enquadrava no período após o ano de 1936, tendo sido apenas possível a consulta dos Livros do Inventário realizado entre 1938 1940 aquando da transição de todo o acervo para o MNSR, a restante documentação não se enquadrava no âmbito das pesquisas pretendidas.

Finalmente foi realizada uma pesquisa no arquivo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, que não se encontrava tratado, mas que permitiu constatar que possuía documentos importantes que não existem no arquivo do MNSR. Infelizmente dados concretos sobre os objectos em estudo não existiam, apenas alguns elementos que podem levantar hipóteses de se tratar de alguns dos objectos que se inserem neste estudo. Também permitiu constatar através de várias cartas trocadas entre Rocha Peixoto e outros directores de museus municipais do país, que havia não só a troca dos guias dos museus mas também de objectos. Também se verifica a troca de correspondência com curiosos por arqueologia verificando-se que existiram ofertas de objectos arqueológicos que se encontravam em sítios arqueológicos de várias partes do país e eram oferecidos ao MMP. Isto pode por um lado justificar a existência de objectos, entre estes que se propõe estudar, do sul do país e não apenas da região norte, e por outro lado justificar a ausência de elementos sobre os mesmos, que davam entrada no museu fruto de ofertas fortuitas.

Como se pode constatar, todo este processo de pesquisa resultou da consulta de documentos por vezes de forma aleatória, na tentativa de obter algum dado relativo a estes objectos. A quantidade e diversidade de documentos que um Museu produz ao longo dos anos são imensas, desde correspondência, a ofícios dando conta de assuntos inerentes ao funcionamento do museu, livros de registos de entradas, ofertas e saídas de objectos, livros de

⁸² SILVA, Joana Judite Gonçalves da – *Análise do “Arquivo Histórico” do Museu Nacional Soares dos Reis: Percursos narrativos*. [Dissertação de Mestrado em História e Património, ramo de arquivos históricos, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Porto]. Porto. 2009.

inventário, livros de depósitos, mapas de aquisições de objectos, etc., tornando todo este processo de pesquisa moroso.

No que respeita aos objectos em estudo, trata-se de um conjunto de vinte e três objectos que em termos tipológicos se podem enquadrar em três grandes categorias: objectos cerâmicos, de metal e líticos e cronologicamente inserem-se na pré-história recente (Neolítico/calcolítico) e Proto-história e Romanização. Pode-se ainda definir três categorias em termos funcionais, assim objectos de uso doméstico, de cariz decorativo e com de cariz religioso/votivo. Seguidamente é apresentada uma lista discriminativa dos objectos abordados no presente trabalho:

- 1- Lâmina de sílex
- 2- Fragmento de machado polido sob seixo
- 3- Núcleo sob seixo de quartzito
- 4- Machado polido
- 5- Machado polido em anfíbolito
- 6- Enxó (?)
- 7- Enxó em silimanite.
- 8- Peso de tear
- 9- Púcaro /Cântara
- 10- Tigela
- 11- *Ampulla* de duas asas simétricas
- 12- *Oinoichos* - Jarro de bocal trilobado
- 13- Copo
- 14- Prato
- 15- Bilha
- 16- Estatueta de Marte
- 17- Estatueta de bronze
- 18- Cabo de pátera
- 19- Amuleto romano
- 20- Bracelete aberta
- 21- Corpo de fíbula
- 22- Machado de talão

23- Estatueta celtibérica

Decidiu-se abordar de forma individual o percurso de investigação para cada um destes objectos, como forma de melhor entender os dados novos acrescentados à informação existente previamente no início do seu estudo. Assim, a investigação partiu da informação disponível nas fichas de inventário do MNSR e a partir daqui tentou-se investigar mais dados, nomeadamente sobre os sítios arqueológicos de onde provém, estabelecer paralelos tipológicos com estes objectos, e enquadrá-los desta forma em cronologias e contextos análogos.

Os dados recolhidos sobre a forma de incorporação dos objectos no Museu, foram obtidos com base na consulta da documentação do arquivo do MMP, existente no MSNR. As pesquisas realizadas nos restantes organismos por onde o arquivo do MMP se encontra disperso, não permitiram obter dados concretos sobre os objectos. Relativamente às tipologias, foram utilizadas as normas de inventariação do IPM, caderno de arqueologia⁸³ e cerâmica utilitária⁸⁴, tentando desta forma utilizar a nomenclatura correcta para cada um dos objectos. Utilizou-se ainda bibliografia especializada nesta área de estudo e ou inventário de objectos da mesma tipologia e cronologia, no sentido de estabelecer paralelos e assim realizar uma descrição mais pormenorizada dos mesmos. Para os objectos estudados foram consultadas obras como “*Cerâmica comum local e regional de Conímbriga*”⁸⁵ de Jorge Alarcão; “*A necrópole romana de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia)*”⁸⁶ de Maria José Folgado Lobato; “*Museu Municipal Abade de Pedrosa: Colecção arqueológica*”⁸⁷ de Álvaro Brito Moreira; “*Villa romana de Sendim: roteiro e exposição permanente*”⁸⁸ de Marcelo Mendes Pinto; “*A cultura castreja no noroeste de Portugal*”⁸⁹ de Armando Coelho Ferreira da Silva; “*Necrópoles romanas do concelho de Amarante*”⁹⁰ de Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela; “*Corpus signorum das fíbulas proto-*

⁸³ RAPOSO, Luís; CORREIA, Virgílio - *Normas de inventário: arqueologia*. Lisboa: IMP, 2ª edição. 2000.

⁸⁴ CRUZ, Maria das Dores; CORREIA, Virgílio - *Normas de inventário: cerâmica utilitária*. Lisboa: IPM. 1ª edição. 2007.

⁸⁵ ALARCÃO, Jorge - *Cerâmica comum local e regional de Conímbriga*. Coimbra: Universidade (Suplementos de Biblos8). 1974.

⁸⁶ LOBATO, Maria José Folgado - *A necrópole romana de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia)*. In revista «*Portugália*». Nova série. Vol. XVI. Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1995.

⁸⁷ MOREIRA, Álvaro Brito - *Museu Municipal Abade Pedrosa: Colecção arqueológica*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso. 2007.

⁸⁸ PINTO, Marcelo Mendes - *Villa romana de Sendim: roteiro e exposição permanente*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso. 2008.

⁸⁹ SILVA, Armando Coelho Ferreira da - *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins. 1986.

⁹⁰ PORTELA, Maria Helena Teixeira Ribeiro - *Necrópoles romanas do concelho de Amarante*. [Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Porto. 1998.

históricas e romanas de Portugal”⁹¹ de Maria de La Salette da Ponte; “*Machados e outros objectos de bronze*”⁹² do Museu Nacional Soares dos Reis; “*Bronzes figurativos romanos de Portugal*”⁹³ de António José Nunes Pinto; “*Die beile auf der iberischen Halbinsel*”⁹⁴ de Luis Monteagudo; “*A necrópole dolménica de Salles*”⁹⁵ de José Fortes; “*Museu Municipal do Porto (história natural)*”⁹⁶ de Rocha Peixoto; “*Guia do Museu Municipal do Porto*”⁹⁷, de Rocha Peixoto, “*Subsídios para o estudo da pré-história recente do baixo Mondego*”⁹⁸, de Raquel Vilaça e ainda “*O estudo dos seixos rolados sumariamente transformados por talhe no âmbito das indústrias líticas de quartzite do Paleolítico português*”⁹⁹ de João Pedro Cunha Ribeiro.

A investigação realizada permitiu ainda a recolha de informações, até então inexistentes, sobre os sítios arqueológicos que estavam referenciados em algumas das peças, tendo sido recolhida informação na base de dados do IGESPAR, nomeadamente campanhas de escavação aí desenvolvidas ao longo dos tempos, mas também dados bibliográficos sobre os mesmos sítios. As obras consultadas foram: “*A necrópole dolménica de Salles*”¹⁰⁰ de José Fortes; “*Necrópoles romanas do concelho de Amarante*”¹⁰¹ de Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela; “*Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia: Património arqueológico e geomorfológico*”¹⁰² realizado por António Manuel S.P. Silva; “*Roteiro arqueológico de Vila Nova de Gaia*”¹⁰³, de Gonçalves Guimarães; “*Os romanos em Gaia*”¹⁰⁴ publicado na Revista Amigos de Gaia, por Gonçalves Guimarães; “*As origens da cidade do Porto (Cale, Portucale e Pôrto)*”¹⁰⁵, de Mendes

⁹¹ PONTE, Maria de La Salette da – *Corpus signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópio. 2006

⁹² *Machados e outros objectos de bronze* - Porto: Museu Nacional Soares dos Reis. 1946.

⁹³ PINTO, António José Nunes – *Bronzes figurativos romanos de Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT/MCT. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas .2002.

⁹⁴ MONTEAGUDO, Luis – *Die beile auf der iberischen Halbinsel*. C.H.Beck'sche. München 1977.

⁹⁵ FORTES, José – *A necrópole dolménica de Salles*, in *Portugália*, Porto, 1899-1908, pp. 666-686.

⁹⁶ PEIXOTO, A.A.Rocha – *Museu Municipal do Porto (história natural)*. Porto: Sociedade Carlos Ribeiro.1888.

⁹⁷ PEIXOTO, A.A. da Rocha - *Guia do Museu Municipal do Porto*. Porto: Typographia central, 1902.

⁹⁸ VILAÇA, Raquel – *Subsídios para o estudo da pré-história recente do baixo Mondego*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. 1988.

⁹⁹ RIBEIRO, João Pedro Cunha – *O estudo dos seixos rolados sumariamente transformados por talhe no âmbito das indústrias líticas de quartzite do Paleolítico português*. In «*Estudos em Homenagem a António de Oliveira Ramos*». Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2004.pp. 453-467.

¹⁰⁰ FORTES, José – *A necrópole dolménica de Salles*. In «*Portugália*». Porto. 1899-1908. pp. 666-686.

¹⁰¹ PORTELA, Maria Helena Teixeira Ribeiro – *Necrópoles romanas do concelho de Amarante*. [Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Porto.1998.

¹⁰² SILVA, António Manuel S.P. Silva – *Revisão do Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia: Património arqueológico e geomorfológico*. C.M. V.N. de Gaia. 2007.

¹⁰³ GUIMARÃES, Gonçalves – *Roteiro arqueológico de Vila Nova de Gaia*. C.M. Vila Nova de Gaia/Casa Municipal de Cultura/Solar Condes de Resende. V. N. Gaia, 1993.

¹⁰⁴ GUIMARÃES, Gonçalves – *Os romanos em Gaia*. In «*Amigos de Gaia*», N°70, Vol. 11. Junho 2010.

¹⁰⁵ CORRÊA, Mendes – *Origens da cidade do Porto (Cale, Portucale e Pôrto)*. Porto: Fernando Machado & Cª Editores, 2ª edição. 1935.

Corrêa; “*Da terra sigilata tardia encontrada em Portugal*”¹⁰⁶, de Fernando Russell Cortez; “*Annaes do Municipio de Oliveira de Azeméis*”¹⁰⁷; “*Paços de Ferreira: as origens do povoamento, do megalitismo à romanização*”¹⁰⁸ de Armando Coelho Ferreira da Silva.

Após este trabalho de pesquisa, a informação foi compilada em Fichas de Estudo, elaboradas para cada um dos objectos (ver Apêndice A), cujo modelo assentou no Inventário de objectos arqueológicos do IPM, no âmbito do programa Matriz. Seguidamente apresenta-se os dados existentes e que foram obtidos nas pesquisas realizadas, para os vinte e três objectos.

1. Lâmina de sílex – Ficha de Estudo N°01



Fig.6 –Faca de sílex

A informação existente à cerca deste objecto encontra-se na Ficha de Inventário do MNSR (ver Anexo C, N°10), e como se pode constatar apenas há uma breve descrição da lâmina, e a indicação da proveniência deste objecto, Necrópole de Sales, freguesia de Tourém, concelho de Portalegre. Através deste dado, foi realizada uma pesquisa na base de dados do IGESPAR, onde se conseguiu apurar que esta necrópole se localiza em Montalegre e não Portalegre. Os elementos disponíveis na base de dados dão conta da existência de vários conjuntos de

¹⁰⁶ CORTEZ, Fernando Russell – *Da “terra sigillata” tardia encontrada em Portugal*. Viseu: Instituto para a Alta Cultura/Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.1951.

¹⁰⁷ AAVV - *Annaes do Município de Oliveira de Azeméis*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão.1909.

¹⁰⁸ SILVA, Armando Coelho Ferreira da - *Paços de Ferreira: as origens do povoamento, do megalitismo à romanização*. Separata «*Estudos Monográficos*» Paços de Ferreira. 1986. pp. 97-135.

monumentos megalíticos que poderão tratar-se da necrópole de Salles, estando referidos individualmente.

Foi ainda possível mediante pesquisas encontrar um artigo publicado na revista Portugália, publicação de 1899-1908, que dá conta das escavações realizadas por José Fortes nesta necrópole fazendo referência ao material recolhido de um dos monumentos megalíticos, onde aparece a descrição desta faca de sílex, cujos elementos descritivos confirmam tratar-se do mesmo objecto. Aliás, nesta descrição é justificada ainda a fractura que esta faca apresenta, pois dá conta que esta era de maiores dimensões mas que sofreu uma fractura accidental. Esta fractura está visível no objecto actualmente. Esta faca de sílex não faria parte do acervo museológico do MMP, visto que não aparece referida no inventário de 1938-1940 (ver Anexo C, N°3), não havendo qualquer indicação da sua forma e data de incorporação. A etiqueta que apresenta não parece tratar-se das que o MMP utilizava, tendo em conta as utilizadas nos restantes objectos que eram pertença deste museu.

2. Fragmento de machado polido sob seixo – Ficha de Estudo N°02



Fig.7 – Fragmento de machado polido

Relativamente a este objecto, as informações existentes na ficha de inventário do MNSR são praticamente inexistentes (ver Anexo C, N°10). Além de não permitir a contextualização arqueológica do objecto, pois desconhece-se a sua proveniência também não foi possível traçar o seu percurso até à chegada ao MNSR. A documentação consultada não permitiu averiguar a incorporação deste objecto no museu, nem se pertencia ao MMP. Desta forma o estudo realizado

prende-se com a definição da tipologia deste objecto e a sua descrição física. Não há contudo certezas sobre que tipo de objecto se trata, mas pensamos tratar-se de um fragmento de machado polido. Neste trabalho de análise, tivemos a colaboração do Prof. Sérgio Rodrigues da FLUP. As informações mais detalhadas sobre este objecto encontram-se na Ficha de Estudo Nº 02 apresentada no Apêndice A, Nº 2.

3. Núcleo sob seixo de quartzito- Ficha de Estudo Nº03



Fig.8 – Núcleo sob seixo de quartzito

À semelhança do objecto anterior, também em relação a este, não foi possível obter informações sobre a proveniência do mesmo e a sua forma de incorporação no MNSR, assim como contexto arqueológico. Foi apenas possível atribuir uma tipologia para este objecto, o qual passamos a designar por núcleo sob seixo de quartzito, e ainda realizada a sua descrição e possível contextualização cronológica e registo fotográfico. Também aqui foi preciosa a colaboração do Prof. Sérgio Rodrigues da FLUP.

3. Machado de pedra - Ficha de Estudo N°04



Fig.9 – Machado de pedra

Em relação a este instrumento, confirma-se tratar-se de um machado em pedra, cuja cronologia enquadrar-se-á no Neolítico/Calcolítico, de acordo com outros objectos análogos que encontramos. Relativamente a este objecto os escassos elementos disponíveis, baseiam-se no resto da etiqueta que possui, em tom de café, com o N°120, que levanta a hipótese de se tratar do machado referido no inventário do MMP de 1938/1940 (ver Anexo C, N°3) que refere o N°120 como sendo um de dois machados provenientes de Castelo de Vide e que possuía uma data de 1909.

A ausência de descrição dos objectos neste inventário assim como fotografia, dificulta o cruzamento destes dados. Contudo fica levantada a hipótese de se tratar do mesmo objecto, tendo em conta o único elemento concreto, que é o N° de inventário existente na etiqueta anexa e este machado. Para este objecto não foi possível igualmente definir a sua proveniência e incorporação no Museu. Foi realizada a sua descrição tipológica com base em objectos análogos e o registo fotográfico

5. Machado polido em anfibolito - Ficha de Estudo N°05



Fig.10 – Machado polido em anfibolito

Os dados que dizem respeito a este objecto, são como podemos verificar pela ficha de inventário do MNSR, quase ausentes (ver Anexo C, N°10. Trata-se de um objecto cuja proveniência e incorporação se desconhece. Existe apenas uma etiqueta no objecto com uma indicação manuscrita de que teria sido “comprado por 1.500 c por Carlos Anes Reis (??) d....’ em 1913.

Não se conseguiu apurar nenhum documento que desse conta a oferta/venda deste objecto ao Museu. A etiqueta de tom café de forma rectangular ainda visível levanta a possibilidade de se tratar de um objecto do MMP. Tendo em conta o quadro de etiquetagem que o MMP possuía e que pudemos consultar na documentação existente em arquivo no MNSR, as etiquetas de tom café corresponde a objectos arqueológicos.

Dada a ausência de elementos após as pesquisas realizadas, o campo de estudo incidiu portanto na análise tipológica e cronológica do objecto. Tendo em conta bibliografia consultada com objectos análogos, pensamos tratar-se de um machado polido em anfibolito. Todos os elementos encontram-se na Ficha de Estudo N°05 (ver Apêndice A, N°5). Para a identificação tipológica deste objecto contou-se com a colaboração do Prof. Sérgio Rodrigues da FLUP e do Dr. António Valera da NIA.

6. Enxó (?) - Ficha de Estudo N°06



Fig. 11 – Enxó (?)

Este objecto aparece como pertencente à secção de Diversos do MMP (ver Anexo C, N°4), tendo como designação corta papel. Da etiqueta de cor geranium, e de acordo com os dados consultados sobre a etiquetagem do MMP, trata-se de um objecto que foi oferecido.

Esta tipologia foi difícil de definir, é um objecto cuja tipologia não parece ser familiar na zona norte do país. Para tentar definir a sua tipologia, tivemos a colaboração do Prof. Sérgio Rodrigues da FLUP e ainda a colaboração do Dr. António Valera, da NIA. O material de que é feito também levanta muitas dúvidas, no entanto optou-se por o designar por enxó dadas as suas características físicas e morfologia. Foi pesquisada uma série de trabalhos arqueológicos de vários pontos do país e não se encontrou nenhum paralelo. As dúvidas sobre este objecto são várias, não sendo de descartar a possibilidade de ser oriundo de fora de Portugal. Para o objecto em questão foi realizada a sua descrição e registo fotográfico.

7. Enxó em silimanite - Ficha de Estudo N°07



Fig.12 – enxó silimanite

Trata-se de mais um objecto cuja proveniência, incorporação e contexto arqueológico não se conhece. Das pesquisas realizadas não se encontraram dados relativos a este objecto, podemos apenas defini-lo como uma enxó de silimanite, que vulgarmente surge em contextos datados do neolítico/calcolítico e que pelo caso que temos, poderia mesmo tratar-se de um objecto votivo, dado que não possui praticamente marcas de utilização. A sua reduzida dimensão também nos leva a crer que se tratava de um instrumento destinado a tarefas mais minuciosas.

Para o objecto em questão, foi realizada a sua descrição e contextualização cronológica com base em objectos análogos, e o respectivo registo fotográfico, cujos elementos estão disponíveis na Ficha de Estudo N°07 (ver Apêndice A, N° 7).

8. Peso de tear - Ficha de Estudo N°08



Fig.13 – peso de tear

Trata-se de um peso de tear da época romana que pertencia ao MMP. Possui uma marcação a lápis com o nº 52, e de acordo com o inventário realizado pelo MMP em 1938/40 (Anexo C, N°3) e com a ficha de inventário do MMP (Anexo C, N°11) existente, onde refere que do nº51-54 se trata de fragmentos cerâmicos e um peso de tear, pressupõe-se que este será o peso de tear em questão.

Em relação a este objecto há a referência de que provem do Castro de Ossela, com a indicação na ficha de inventário do MMP da data de 1908, não possuindo porém qualquer indicação sobre este sítio arqueológico. Sabemos pelas pesquisas realizadas de bibliografia sobre o Castro de Ossela que Rocha Peixoto terá realizado escavações neste castro em 1908. A base de dados do IGESPAR permitiu ainda constatar que este objecto se encontra lá referenciado.

Para além dos dados relativos a este objecto em termos tipológicos, também se procedeu à descrição do sítio arqueológico com base nas informações recolhidas. Possivelmente trata-se de um objecto incorporado no MMP por Rocha Peixoto, dado que foi ele que realizou trabalhos de escavação naquele sítio enquanto director do MMP. Para este objecto foi possível obter dados sobre o seu contexto arqueológico, a sua tipologia e forma de incorporação e registo fotográfico e dimensões da peça.

9. Púcaro/Cântara - Ficha de Estudo N°09



Fig.14 – Púcaro/Cântara

Relativamente a este objecto foi possível com base em analogias com outros objectos definir a sua tipologia, fazer a sua descrição física em termos morfológicos e de pasta, e ainda obter dados importantes sobre o seu contexto arqueológico e da existência de um número significativo de objectos provenientes do mesmo sítio arqueológico que este. Nas investigações realizadas foi possível verificar que no Museu de História Natural da Universidade do Porto se encontram depositados cerca de 96 objectos da Necrópole de Valadares e que terão sido oferecidos pela mesma pessoa que referida no papel que acompanha esta peça, que segundo se pode apurar junto de pessoas que conheciam os donos da habitação onde a necrópole se situa, seria o antigo proprietário presentemente já falecido.

Das pesquisas realizadas no arquivo do MMP existente no MNSR, verificou-se que o Livro N°1 de Depósitos (ver Anexo C, N°8) faz referência ao púcaro e escudela provenientes das escavações da Necrópole de Valadares, Monte Sameiro.

Em relação ao sítio arqueológico recolheram-se dados sobre os trabalhos aí apresentados, obtidos junto do Gabinete de Arqueologia da C.M. de Gaia. Foi ainda possível definir o seu percurso, estabelecendo uma data da sua recolha no sítio arqueológico e uma data de incorporação no MNSR, e ainda o seu registo fotográfico.

10. Tigela - Ficha de Estudo N°10



Fig.15– Tigela

Esta tigela faz parte do conjunto doado ao Museu, no qual está também incluído o púcaro referido anteriormente. Além da referência existente na ficha de inventário do MNSR, nas pesquisas realizadas no arquivo do MMP existente no MNSR (ver Anexo C, N°10), verificou-se que o Livro N°1 de Depósitos (ver Anexo C, N°8) faz referência ao púcaro e escudela provenientes das escavações da Necrópole de Valadares, Monte Sameiro.

Em termos tipológicos e com base em objectos análogos pesquisados em obras da especialidade, foi designado por tigela e não prato ou escudela como aparece designado, da mesma forma que a cronologia que é apresentada também não parece correcta. Da pesquisa realizada esta tipologia de tigelas são de épocas anteriores á referida (românica). Daí se perceber a designação de escudela, que é o termo vulgarmente utilizado para designar este tipo de recipientes na época medieval e posterior. Desta forma e tratando-se de uma necrópole romana, e com base nos estudos realizados noutras necrópoles de onde se exumaram materiais desta tipologia, como os referidos por Maria José Lobato, relativos à necrópole de Gulpilhares, foi redefinida uma nova tipologia e cronologia. À semelhança do púcaro referido anteriormente, também foi possível definir, com alguma informação precisa, o contexto arqueológico e a data da possível recolha destes objectos. As informações disponíveis com a peça permitiram definir o seu percurso histórico, e incorporação no MNSR.

11. *Ampulla* de duas asas simétricas - Ficha de Estudo Nº11



Fig.16 – *Ampulla* de duas asas simétricas

No que diz respeito a esta *Ampulla*, encontraram-se dados que trazem algumas dúvidas em relação a este objecto, nomeadamente a sua forma de incorporação. A ficha de inventário do MNSR dá-nos conta que esta peça terá sido oferecida por José Fortes, de acordo com a etiqueta que acompanha o objecto, e trata-se de uma peça do MMP. Nas investigações realizadas, não só foi possível verificar que quer na ficha de inventário do MMP relativamente a esta peça que se conseguiu localizar no arquivo do MMP existente no MNSR (ver Anexo C, Nº11), quer no Inventário dos objectos arqueológicos que o MMP realizou entre 1938/1940 (ver Anexo C, Nº3), surge o Nº 15-23 designado como “vasilhas da necrópole da Lomba, Amarante (9 vasilhas).

As pesquisas realizadas em bibliografia sobre este sítio arqueológico, permitiu confirmar que José Fortes realizou trabalhos de escavação neste local, possivelmente em 1905 e que foram encontrados vários objectos desta tipologia. Como refere Maria Helena Portela no seu trabalho sobre as necrópoles de Amarante, José Fortes menciona vários objectos encontrados na necrópole da Lomba, entre eles um conjunto de 14 objectos, composto por 3 pratos, 1 malga, 4 copos, 1 jarro trilobado, 2 cântaros, 1 jarro e 1 peça de forma indeterminada, que se encontram depositados no Museu D. Diogo de Sousa, em Braga. Juntando as informações disponíveis, sabemos que após a transferência de todo o acervo do MMP para o MNSR, foi realizada uma listagem dos objectos arqueológicos que iriam ser incorporados no MEHPDL (ver Anexo C, nº5), onde constavam estas 9 vasilhas da Necrópole da Lomba. As dúvidas iniciam-se aqui, será que este objecto fazia parte deste conjunto de 9 vasilhas e por razões que se desconhecem não foi transferido para o MEHPDL?

Contudo durante as pesquisas surgiu um novo dado que ainda torna as dúvidas maiores, aparece num livro de registo de ofertas realizadas ao MMP entre 1900-1906 (ver Anexo C, N°7), um registo de agradecimento de Rocha Peixoto, datado de 10 Novembro de 1905, relativo à oferta de uma vasilha arcaica da necrópole da Lomba pelo Dr. Manuel Monterroso ao MMP. Não se sabendo assim se este objecto é esta oferta, ou se trata de uma das 9 vasilhas referidas no Inventário do MMP realizado entre 1938/40. Para este objecto foi possível assim traçar o seu percurso, e possibilidades de incorporação, e ainda fazer a sua descrição tipológica e morfológica, estabelecendo paralelos com outros objectos semelhantes e ainda a recolha de informações relativas ao sítio arqueológico de onde provém e ainda o seu registo fotográfico.

12. Oinoichos - Jarro de bocal trilobado - Ficha de Estudo N°12



Fig.17 –Jarro de bocal trilobado

Os dados relativos a este objecto inicialmente resumiam-se aos existentes na ficha de inventário do MNSR (Anexo C, N°10). Sabe-se que se trata de uma peça proveniente de Paços de Ferreira e que foi sujeita a um restauro em 2007 no Museu D. Diogo de Sousa.

Das pesquisas realizadas foi possível encontrar 2 etiquetas do MMP com os N° N°28-31 e N°32-41 com a designação de Vasos e pratos respectivamente, ou seja 4 vasos e 10 pratos (ver Anexo C, N°11). Este N° de inventário aparece também no Inventário dos objectos arqueológicos do MMP de 1938/40 (Anexo C, N°3), surgindo ainda neste inventário com o N° 210-224, mais uma conjunto de peças deste mesmo local.

Também na consulta da documentação existente no MNSR do arquivo do MMP, num “Extracto do Inventário Parcial feito em 1920 – Pasta de Inventários Parciais: Arqueologia” (PT/MNSR/CMP/MMP/A/P3/69), identificaram-se estas vasilhas provenientes da Agra de S. Braz, Frazão, Paços de Ferreira.

Perante estas dúvidas, optou-se por assumir como pertencentes ao lote de vasos correspondente ao N°28-31. Assumindo-se portanto que o seu contexto arqueológico será a necrópole romana da Agra de S. Braz em Frazão, Paços de Ferreira. Este sítio arqueológico encontra-se referenciado na base de dados do IGESPAR, tendo sido ainda possível obter mais dados sobre este sítio arqueológico com base em bibliografia consultada.

Relativamente à incorporação, também e assumindo as informações disponíveis nos restantes objectos oriundos deste mesmo sítio, o Dr. Carlos Passos poderá ter sido o doador deste espólio ao MMP. As restantes informações adicionadas a este objecto, prendem-se com a sua descrição morfológica e tipológica, tendo em consideração outros objectos análogos e ainda o respectivo registo fotográfico

13. Copo - Ficha de Estudo N°13



Fig. 18 – Copo

Este objecto tem um percurso de investigação muito idêntico ao anterior, visto tratar-se de mais um dos objectos oriundos de Paços de Ferreira. Este porém possui informações mais concretas, pois possui um papel associado ao objecto, onde se pode ler que foi oferecido pelo Dr.

Carlos Passos um prato e uma olaria. Assume-se assim que este objecto se trata da olaria e o prato será o objecto que se apresenta a seguir com o N° 14.

Mais uma vez tem de se colocar hipóteses com base no cruzamento de informação disponível que faz alusão a objectos oriundos de Paços de Ferreira. Como foi referido anteriormente assume-se que este objecto poderá pertencer ao lote de 4 vasos cerâmicos, referidos no N°28-31 do Inventário realizado pelo MMP em 1938/40 (Anexo C, N°9). Assume-se que terá sido oferta do Dr. Carlos Passos e incorporado assim no MMP e mais tarde no MNSR.

A consulta da documentação existente no MNSR relativas ao arquivo do MMP, verificou num “Extracto do Inventário Parcial feito em 1920 – Pasta de Inventários Parciais: Arqueologia” (PT/MNSR/CMP/MMP/A/P3/69), a referência a estas vasilhas provenientes da Agra de S. Braz, Frazão, Paços de Ferreira.

Apesar de constar também da listagem realizada pelos MNSR dos objectos arqueológicos que iriam ser incorporados no MEHPDL, por razões que desconhecemos este e outros 3 objectos deste sítio arqueológico ficaram no MNSR.

No que respeita à tipologia, atribuiu-se a designação de copo, com base em objectos análogos, tendo sido realizada a sua descrição em termos tipológico e física e ainda o ser registo fotográfico. A contextualização arqueológica, foi também realizada e assumimos ser proveniente da necrópole de S. Brás em Frazão, Paços de Ferreira, tendo sido recolhidos os dados relativos a este sítio e a sua localização.

14. Prato - Ficha de Estudo N°14



Fig.19 – Prato

Com base nos dados recolhidos e tendo em conta a informação existente no objecto anterior, assumiu-se que este se trataria do prato que acompanharia a então designada olaria, oferta do Dr. Carlos Passos ao MMP. A única referência que este objecto possui, é na sua base uma etiqueta com a designação “Paços de Ferreira”.

Á semelhança das anteriores peças, também assumimos que este pertenceria ao lote de pratos referidos no N°32-41 do Inventário do MMP de 1938/40 (ver Anexo C, N°3), constituindo portanto este, um dos 10 pratos referidos neste inventário, oriundos da Agra de S. Braz, Frazão, Paços de Ferreira.

Apesar de constar também da listagem realizada pelos MNSR dos objectos arqueológicos que iriam ser incorporados no MEHPDL (Anexo C, N°5), por razões que desconhecemos este e outros 3 objectos deste sítio arqueológico ficaram no MNSR. Para este objecto foi ainda possível fazer a sua descrição tipológica e morfológica com base em objectos análogos, a descrição e localização do sítio arqueológico de onde provém, e ainda o seu registo fotográfico.

15. Bilha - Ficha de Estudo Nº15



Fig.20 – Bilha

Este é outro dos objectos oriundos possivelmente de Paços de Ferreira, o único elemento que possuíamos no início da investigação era o Nº30 escrito a lápis magenta no bojo da bilha. Consultando o Inventário do MMP de 1938/40 (Anexo C, Nº3), verificamos que o Nº30 diz respeito ao conjunto de vasos da Agra de S. Brás, Frazão, Paços de Ferreira, ao qual foi atribuído o Nº28-31. Desta forma assumimos que pertencia a este lote de objectos arqueológicos.

Apesar de constar também da listagem realizada pelos MNSR dos objectos arqueológicos que iriam ser incorporados no MEHPDL (Anexo C, Nº5), por razões que se desconhecem este e outros 3 objectos deste sítio arqueológico ficaram no MNSR.

As pesquisas realizadas não permitiram obter informações relativas a este objecto, como tal, foi atribuído o mesmo sítio arqueológico para os anteriores 3 objectos.

Da ficha de estudo realizada consta sua descrição tipológica e morfológica com base em objectos análogos, a descrição e localização do sítio arqueológico de onde provém, e ainda o seu registo fotográfico.

16. Estatueta de Marte - Ficha de Estudo Nº16



Fig.21– Estatueta de Marte

Para o objecto em questão a ficha de inventário do MNSR (Anexo C, Nº10) fornece alguns dados importantes, nomeadamente informação do ano em que foi adquirida e incorporada no MNSR, e também sobre o sítio arqueológico de que provém. Sabemos portanto que não se trata de uma peça herdada do MMP à semelhança de outras estudadas, mas sim uma peça incorporada directamente no MNSR.

Relativamente ao sítio arqueológico a pesquisa realizada na base de dados do IGESPAR, permitiu identificar o sítio, porém não existe informação nenhuma sobre o mesmo nem de trabalhos realizados no local, faz no entanto referência a esta peça arqueológica associada a este sítio. Dada a ausência de referências bibliográficas que ajudassem na procura de informação, o único documento que se conseguiu obter que também faz referência a este sítio foi o PDM da C.M. Campo Maior, não fornecendo contudo também qualquer elemento além dos disponíveis no IGESPAR. Quanto ao objecto em si, as pesquisas realizadas foi na tentativa de obter informações de peças análogas, como por exemplo uma estatueta de Marte existente no Museu Municipal de Penafiel, porém foi possível averiguar na obra de António José Nunes Pinto – “Bronzes figurativos romanos de Portugal”, que esta peça assim como a de Penafiel e outra de Évora foram alvo deste estudo. Este estudo permitiu obter elementos importantes sobre a classificação tipológica e paralelos com peças análogas e desta forma realizar uma descrição mais elaborada de peça. Foi realizado ainda o seu registo fotográfico.

17. Estatueta de bronze - Ficha de Estudo N°17



Fig.22 – Estatueta em bronze

Relativamente a esta estatueta em bronze, surgem dúvidas que não foi possível esclarecer em concreto, visto que além de não existir qualquer informação sobre o seu modo de incorporação, proveniência e contexto arqueológico, possui uma etiqueta na base com a designação “ CMP 14/ Lapidar”, remetendo para o facto de se tratar de um objecto do MMP. Porém analisando o Inventário realizado pelo MMP em 1938/40 o N°14 da secção de Lapidar não corresponde a esta peça nem a nenhum dos items das outras secções. Na secção de objectos arqueológicos (ver Anexo C, N°3) o N° 14 é referente à estatueta de barro celtibera, o que pode levantar a hipótese de ter havido um lapso na etiquetagem.

O estudo realizado desta peça, permitiu a sua contextualização cronológica e a sua descrição, tendo em consideração peças análogas a esta, e ainda o seu registo fotográfico e refazer os dados sobre o estado de conservação e as suas dimensões.

18. Cabo de Pátera - Ficha de Estudo N°18



Fig.23 – Cabo de Pátera

O estudo deste objecto partiu da escassa informação existente na ficha de inventário do MNSR (ver Anexo C, N°10). A peça possui uma etiqueta colada com a seguinte indicação: “Cabo de pátera S. Bento da Porta aberta (Gerês)”. Na ficha de inventário há ainda referência a um ofício datado de 25 de Julho de 1950 (ver Anexo C, N°9) enviado ao Dr. Carlos de Passos de recepção e agradecimento do “bronze exemplar português de muita raridade encontrado em S. Bento da Porta Aberta”.

Por esta indicação não nos foi possível atribuir um contexto arqueológico específico, mas podemos contextualizar este objecto numa das vias romanas do Itinerário Antonino que passaria nesta região. Aliás este tipo de objecto enquadra-se na cronologia romana, e foi possível estabelecer paralelos com dois exemplares referidos na obra António José Nunes Pinto “Bronzes figurativos romanos de Portugal”.

As pesquisas realizadas não permitiram encontrar informações relativas a este objecto, por esse motivo o estudo ficou restrito à descrição da peça e da sua contextualização cronológica e ao respectivo registo fotográfico.

19. Amuleto Figa e Phallus romano- Ficha de Estudo N°19



Fig.24 – Amuleto Figa Phallus

Este objecto designado de Amuleto Figa Phallus, pertencente ao MMP, como se pode constatar através do N° de inventário da Ficha de Inventário do MNSR (Ver Anexo C, N°10), além de que se encontra referenciado na obra “Machados e outros objectos de bronze”, editado pelo MNSR em 1946, que o aponta como sendo o N°25 do Guia do Museu Municipal do Porto, de 1902 (ver Anexo C, N°12) onde também há a indicação que pode ser oriundo de Pompeia. Isto leva-nos a crer que era um objecto pertencente ao Museu Allen, visto que este coleccionador se deslocou a Itália de onde trouxe vários objectos arqueológicos. Este elemento além do facto de estar referido no Guia do Museu Municipal do Porto de 1902, leva-nos a crer que foi incorporado antes desta data, podendo mesmo ter pertencido à colecção Allen.

Este objecto aparece ainda referenciado no Inventário realizado pelo MMP em 1938/40 com o N°162 (ver Anexo C, N°3). O estudo desenvolvido em torno deste objecto passou pela sua descrição do mesmo, fornecendo elementos mais pormenorizados tendo em como base objectos análogos, permitindo assim estabelecer paralelos tipológicos e cronológicos, que encontramos na obra de António José Nunes Pinto – “Bronzes figurativos romanos de Portugal”. Foi realizado ainda o seu registo fotográfico.

20. Bracelete aberta - Ficha de Estudo N°20



Fig.25 – Bracelete aberta

Trata-se de um objecto pertencente ao MMP, como se pode constatar através do N° de inventário constante na Ficha de Inventário do MNSR (ver Anexo C, N°10), além de que se encontra referenciado na obra “Machados e outros objectos de bronze”, editado pelo MNSR em 1946, que o aponta como sendo o N° 13 do Guia do Museu Municipal do Porto, de 1902 (ver Anexo C, N°12). Está ainda referenciado no Inventário realizado pelo MMP em 1938/40 com o N°161 (ver Anexo C, N°3).

Apesar destes elementos as informações sobre o mesmo são escassas, não se sabendo o seu contexto arqueológico, nem forma de incorporação no MMP. A documentação consultada não permitiu obter estes dados, no entanto tendo em conta que em 1902 estava já referido no Guia do Museu Municipal do Porto, pode-se afirmar que terá sido incorporado em data anterior a esta. Desta forma o estudo desenvolvido em torno deste objecto passou pela sua descrição do mesmo, fornecendo elementos mais pormenorizados tendo em como base objectos análogos, permitindo assim estabelecer paralelos tipológicos e cronológicos. Há uma referência obra “Machados e outros objectos de bronze” de que poderá ser do Norte de Portugal, o que nos permite inclui-la na cultura castreja, visto que nesta época se iniciaram trabalhos de investigação arqueológica em vários destes povoados castrejos do Norte de Portugal, e em termos tipológicos enquadra-se nas tipologias de braceletes que surgem nesta zona do país. Foram actualizados os dados relativos ao estado de conservação da peça e ainda realizado o registo fotográfico da mesma.

21. Corpo de Fíbula - Ficha de Estudo Nº21



Fig.26 – Corpo de fíbula

Relativamente a este corpo de fíbula, trata-se de um objecto pertencente ao MMP (ver Anexo C, Nº10) que se encontra referenciado na obra “Machados e outros objectos de bronze”, editado pelo MNSR em 1946, que o aponta como sendo o Nº 12 do Guia do Museu Municipal do Porto, de 1902 (ver Anexo C, Nº12).

Não existem dados relativos à sua incorporação no MMP nem sobre a sua proveniência, está ainda referenciado no Inventário realizado pelo MMP em 1938/40 com o Nº163 (ver Anexo C, Nº3). A ficha de inventário do MNSR faz a descrição geral da peça e o seu estado de conservação. A consulta de bibliográfica específica permitiu atribuir uma tipologia e cronologia mais concretas para esta peça, e realizar uma descrição mais pormenorizada. O estudo baseou-se desta forma na caracterização tipológica da peça, não se conseguiu obter dados sobre o seu contexto arqueológico e incorporação no MMP. Foi ainda realizado o registo fotográfico da mesma.

22. Machado de talão - Ficha de Estudo N°22



Fig.27 – Machado de talão

Estamos perante um machado de talão em bronze, pertencente ao MNSR (ver Anexo C, N°10), e que se encontra referenciado na obra “Machados e outros objectos de bronze”, editado pelo MNSR em 1946, sabendo-se por aqui que é proveniente de Vilar de Mouros em Caminha e foi oferta de Vasco Valente e terá sido incorporado antes de 1946. Da consulta realizada no arquivo do MNSR não foi possível obter elementos sobre a data de incorporação, mas tudo aponta que tenha sido entre 1940 e 1946. O estudo desenvolvido permitiu fazer uma descrição mais rigorosa deste tipo de artefacto arqueológico, e estabelecer paralelos tipológicos com outros objectos já estudados, tendo sido consultada bibliografia especializada para este fim.

Em relação ao seu contexto arqueológico, em Vilar de Mouros foi possível através da base de dados do IGESPAR identificar um povoado fortificado de cronologia onde se enquadram este tipo de machados, havendo mesmo referência a achados da Idade do Bronze como um machado de bronze, um machado de talão e outro de dupla aselha, fivelas e cerâmica. Estes elementos permitem colocar a hipótese deste machado ser oriundo deste sítio arqueológico. Para além destes dados que foram adicionados dados sobre o estado de conservação, dimensões e realizado o registo fotográfico.

23. Estatueta celtibérica - Ficha de Estudo Nº23



Fig.28 – estatueta celtibérica

Esta estatueta de barro designada de celtibera, é um objecto cujo estudo não permitiu obter conclusões sobre o mesmo. Pelos dados disponíveis na Ficha de Inventario do MNSR (ver Anexo C, Nº10) é uma peça do MMP aparecendo referida no Guia do Museu Municipal do Porto de 1902 (ver Anexo C, Nº12) e ainda no Inventário realizado pelo MMP em 1938/40 com o Nº14 (ver Anexo C, Nº3). As informações disponíveis dizem que esta peça foi incorporada em 1835 no Museu Allen e provém do Alentejo.

Do trabalho de investigação já realizado pelo MNSR, levados a cabo pela conservadora Dr^a Ana Paula Machado, ao longo destes anos foi possível identificar a existência de três estatuetas semelhantes pertencentes à Biblioteca Nacional. No entanto não existem informações também concretas sobre estas peças, nem cronologias, nem tipologias. Durante este estudo, as tentativas de obtenção de informações sobre este tipo de artefacto não surtiu resultados, não dispondo de dados para atribuir uma cronologia ou tipologia. Por esta razão, o que apresentamos aqui, mais não é que a informação já disponível na ficha de inventário do museu, deixando no entanto em aberto a continuidade de pesquisas em torno deste objecto no sentido de obter elementos cientificamente credíveis.

Após toda a descrição do processo de investigação desenvolvido para cada um dos objectos cujo estudo se apresenta neste trabalho, parece oportuno tecer uma série de considerações que justificam os resultados obtidos: Em primeiro lugar é necessário referir que este trabalho esteve revestido desde o seu início de obstáculos que limitaram o tempo de investigação necessário a um estudo deste cariz, limitações de acesso aos documentos necessários consultar, a dispersão dos mesmos por várias instituições e por consequência estes factores condicionaram o tipo de pesquisas levadas a cabo que poderiam ter sido mais rigorosas.

Por outro lado à medida que o trabalho foi realizado deu-se conta de uma série de dados que ao serem cruzados poderiam remeter para novas pesquisas, as quais poderiam surtir resultados até então não obtidos. A complexidade que alguns objectos apresentam, quer pela sua diversidade tipológica, algumas até pouco comuns ou desconhecidas, abrangendo várias cronologias e funcionalidades diferentes, acrescido da ausência de contextos arqueológicos, reduziram a informação disponibilizada nas fichas de inventário.

No que respeita ao seu percurso museológico, também este é complexo, está-se perante objectos de três diferentes museus (Museu Allen, Museu Municipal do Porto e Museu Nacional Soares dos Reis), que tiveram incorporações variadas, e cuja inventariação estava isenta de grande rigor, tendo havido a necessidade de cruzamento de informações que assentaram sobretudo no Guia do Museu Municipal de 1902 de Rocha Peixoto e também no Inventário realizado em 1938/1938. Destes vinte e três objectos apenas oito deles possuíam etiquetas ou marcações com o N °de Inventário do MMP.

O estudo desenvolvido permitiu ainda localizar outros objectos pertencentes ao mesmo contexto arqueológico de alguns que aqui foram apresentados, e desta forma dotar estas colecções arqueológicas, que se encontram dispersas fruto das políticas museológicas da época em que foram constituídas, mais coesas contribuindo de forma importante para futuros projectos de investigação em torno destes objectos.

Apesar dos resultados da investigação realizada não terem trazido dados novos significativos em relação a estes vinte e três objectos, nomeadamente no que respeita à sua forma de incorporação no MNSR, foi possível compilar numa Ficha de Estudo a informação disponível sobre cada um dos objectos e realizar a sua caracterização tipológica, cronológica e contextualização arqueológica. Para além disso, foi realizada uma descrição das peças tendo em conta estudos de materiais arqueológicos, dotando-os assim de um maior rigor científico.

Para finalizar parece fundamental referir a importância da disponibilização desta informação, agora tornada acessível ao público, enquanto instrumento útil a projectos de investigação científica que se encontram em desenvolvimento ou se venham a realizar futuramente na área arqueológica e também enquanto forma de divulgação e valorização de objectos que são do desconhecimento do público em geral, principalmente por se encontrarem num contexto museológico onde os materiais arqueológicos não são habituais.

Foi sobretudo este cariz histórico que estes objectos representam, espelhando um pouco da história do MNSR, que incentivou à realização deste trabalho, mas também, sobretudo, tentar devolver uma funcionalidade e tempo perdidos a objectos que agora ocupam um lugar nos bastidores de um Museu de arte.

3.2. A Importância da investigação científica no estudo e divulgação das colecções museológicas

A investigação científica é, ou deveria ser, uma das missões dos museus no sentido de promover o estudo das colecções que os integram. Esta ideia está aliás bem patente na designação do conceito de Museu instituído pelo ICOM que o define como “ *uma instituição, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e exhibe, para os fins de estudo, educação e fruição, evidências materiais das pessoas e do seu ambiente* ”¹⁰⁹ e na legislação portuguesa, artigo 3º da Lei Nº47/2004 de 19 de Agosto, onde é referida a investigação como uma das actividades do museu “*Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos*”.

O trabalho de investigação nos museus é contudo por vezes escasso no que toca à panóplia de objectos que constituem as suas reservas, que constituem a maioria do espólio existente nos museus. Um dos principais problemas nos museus corresponde exactamente ao acumular quase desmedido de artefactos, colecções e acervos. Desta forma os objectos que não se encontram expostos são mantidos em reserva técnica, um espaço criado pelos museus não apenas para proporcionar as condições necessárias de conservação dos objectos, afastando-os assim das vistas do público, mas também para salvaguardar os objectos que, por diversos motivos, não têm lugar nas exposições.

É neste lugar afastado do público que reside o grande foco de investigação, onde se colocam desafios em diversas áreas do conhecimento. Museus cuja história remonta ao séculos XIX e XX onde se estavam a dar os primeiros passos na museologia nacional, proporcionam o acumular de colecções de áreas tão diversas, como complexas. Todo o processo de reorganização de muitos destes museus ditos enciclopédicos, os primeiros a surgir, levaram à sua fragmentação, especializando-se em áreas específicas, mas mantendo nas suas reservas todo um acervo que

¹⁰⁹ artigo 2º dos Estatutos do ICOM. 2001.

abarcam várias áreas de conhecimento. A cultura imaterial que assume agora um papel também no âmbito museológico, abre também ela novas perspectivas de investigação. Aliás qualquer objecto poderá ser estudado abrangendo não só a sua história enquanto objecto funcional e pertencente a um tempo e espaço específico, mas também ele mesmo ser portador de vivências, histórias que podem ser materializadas no designado património imaterial. A cultura material e as colecções museológicas estabeleceram laços de cumplicidade e de dependência que têm sido visíveis por intermédio da complexidade das análises e da produção científica, do surgimento de diversos ramos profissionais e da criação de instituições vocacionadas para o estudo e tratamento de colecções e que, ainda hoje, desempenham importantes papéis nas diferentes sociedades onde estão inseridas, actuando, inclusive, em ciclos de desenvolvimento socioeconómico e cultural¹¹⁰.

O estudo de colecções em museus, como afirma Alice Semedo¹¹¹, tem vindo a tornar-se uma preocupação crescente, que se manifesta sobretudo também na produção bibliográfica em torno desta matéria. São vários os autores que têm desde a década de noventa, sobretudo, vindo abordar questões em torno das colecções e a forma como estas foram constituídas e as suas motivações. Exemplos disso são investigadores como Paula Findlen, que se debruçou nas práticas antigas de coleccionar e Susan Pearce, que possui várias obras em que faz uma nova abordagem em relação às colecções, apresentando modelos de estudo, que se poderão aplicar de acordo com o tipo de objectos que integram a colecção. Estes estudos desenvolvidos por estes e mais autores têm-se revelado importantes na compreensão dos modos de coleccionar e a sua relação com perspectivas sociais, culturais e mesmo emocionais, permitindo desta forma estabelecer uma relação mais estreita entre o sujeito e o objecto.

A propósito da prática de investigação em museus, Ana Delicado refere-se a diferentes perspectivas de investigação em museus, com base em autores como Alexander¹¹², que diz existir três tipos de investigação em museus: a investigação programática ou aplicada (relativa às colecções e exposições) e a investigação geral ou básica (relativa á aquisição de conhecimento de uma dada disciplina) e a investigação sobre o público (demografia e sociografia). A mesma autora, citando Bergeron, propõe uma outra forma de entendimento da investigação, em que se

¹¹⁰ BRUNO, Maria Cristina Oliveira - *Estudos de cultura material e colecções museológicas: Avanços, retrocessos e desafios*. In «Cultura Material e Património de C&T». pp. 19-25.

¹¹¹ SEMEDO, Alice - *Estudos e gestão de colecções: práticas de formação e investigação*. In «Colecções científicas luso-brasileiras: património a ser descoberto». Museu de Astronomia e Ciências Afins – MSRT/MCT. Rio de Janeiro. 2010. pp. 305-310.

¹¹² ALEXANDER, E.P. – *Museums in Motion*. Nashville: ASLH Press. 1979.

defende ser necessário estabelecer uma distinção entre investigação, isto é, a investigação como tema do museu, ou seja, os resultados da investigação que resultam em matéria expositiva; o museu como tema de investigação, isto é, a produção de conhecimento sobre o funcionamento das exposições e públicos e finalmente o museu como produtor de investigação, retratando os estudos sobre os temas apresentados. Por fim, esta mesma autora cita ainda Danvallon que define dois domínios de investigação, a tecnologia do museu, que diz respeito à pesquisa sobre objectos, colecções e recolha de documentação e às técnicas de conservação, estudos de público e técnicas de comunicação e um segundo domínio que tem a ver com a produção de conhecimentos sobre o museu, que consiste na reflexão sobre as missões do museu e na análise das instituições museológicas, da dimensão mediática e do património¹¹³.

Não podemos descurar a forma são constituídos os acervos museológicos e as formas de selecção dos objectos que inevitavelmente varia conforme o tipo de museu. Nesse caso, a história da formação do acervo é indissociável da própria história da pesquisa científica, pois o que é recolhido e incorporado ao acervo depende, em grande medida, do que se pesquisa e de como se pesquisa. As reservas constituem assim o local por excelência dos objectos destinados a pesquisa¹¹⁴.

Relativamente aos objectos arqueológicos, hoje em dia muitos dos museus arqueológicos municipais ou então os cada vez mais comuns centros interpretativos, funcionam na prática como extensões das autarquias, assumindo uma responsabilização pelos trabalhos que decorrem no concelho, desde acompanhamento de obras públicas a trabalhos de escavação em sítios arqueológicos, permitindo desta forma a recolha, tratamento, inventariação e estudo do espólio que posteriormente poderá ser exposto. Este papel foi assumido em décadas anteriores por museus não especializados, onde eram depositados objectos arqueológicos como forma de os preservar. Temos casos particulares de museus que herdaram espólios que vão além daqueles que deveriam integrar a sua área de especialização, tornando acrescidas as dificuldades de estudo dessas colecções ou objectos na medida que pressupõe meios técnicos e humanos especializados nas diferentes áreas científicas em que se incluem estes objectos.

¹¹³ DELICADO, Ana – *Produção e reprodução*. In «Análise social». Vol. VLIII (1º). 2008. p. 64

¹¹⁴ SANJAD, Nelson; BRANDÃO, Carlos Roberto F. - *A exposição como processocomunicativo na política*. In «curatorial Cadernos de directrizes museológicas 2 : mediação em museus: curadorias, exposições, acção educativa». Letícia Julião, coordenadora; José Neves Bettencourt, organizador. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008.

A colecção de objectos que foram alvo de estudo neste trabalho, espelham esta realidade, visto tratarem-se de objectos arqueológicos que estão integrados num Museu de Arte. A solicitação de participação de agentes do campo científico em exposições temporárias ou permanentes, palestras ou conferências, cursos ou workshops e até mesmo visitas guiadas nos Museus, torna-se assim indispensável quando integram áreas científicas variadas e que não são do domínio dos técnicos que desenvolvem o seu trabalho nos museus. A participação da comunidade científica nas actividades dos museus é portanto uma mais-valia e uma condição necessária para o sucesso e rigor científico destas actividades.¹¹⁵

No caso concreto do MNSR temos exemplos de colecções, que se encontram em reserva, que foram estudadas por investigadores externos ao museu e que resultaram posteriormente em exposições temporárias e catálogos, como o caso da colecção de estatuetas e amuletos egípcios estudada por Luís Manuel de Araújo¹¹⁶ e a colecção de vasos gregos estudados por Maria Helena da Rocha Pereira e Rui Morais¹¹⁷. Mais recentemente foi também realizado o estudo e publicação de um conjunto de lucernas romanas, existentes também na reserva arqueológica do MNSR, levado a cabo também por Rui Morais. De salientar igualmente uma exposição realizada alusiva às cerâmicas da Fábrica de Miragaia, que foi resultado não só do trabalho de investigação desenvolvido no Museu, mas também com a colaboração dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos nesta antiga fábrica, coordenados pela Câmara Municipal do Porto. Este tipo de actividades espelha a importância da investigação para a divulgação de muito do património existente nos Museus.

Assim, o presente trabalho, pretende ser mais um contributo neste sentido, na medida em que ao estudar este conjunto de objectos estar-se-á a dotá-los de um significado e conhecimento público que até então não tiveram. O facto de se tratar de objectos em muitos dos casos descontextualizados, desconhecendo-se a sua proveniência e ou incorporação no museu, tornou mais complicado o seu estudo, no entanto pensamos que os elementos que se conseguiram obter, que resultaram numa ficha de estudo para cada um dos objectos, nos permitem atribuir-lhe um

¹¹⁵ DELICADO, Ana – *Produção e reprodução*. In «Análise social». Vol. VLIII (1º). 2008. pp.57

¹¹⁶ ARAÚJO, Luís Manuel de - *La collection égyptienne du Museu Nacional Soares dos Reis (Porto)*. In «Proceedings of the Seventh International Congress of Egyptologists». Leuven, Uitgeverij Peeters. 1998. pp 59-65.

¹¹⁷ MACHADO, Ana Paula; MORAIS, Rui; ROCHA PEREIRA, Maria Helena - *Vasos Gregos*. Lisboa: IMC. Museu Nacional Soares dos Reis. 2008.

significado não só enquanto objectos com funções e cronologias específicas, mas também enquanto elementos que retratam a história deste Museu.

Hoje em dia grande parte dos museus assume um papel relevante na profissionalização de licenciados e pós-licenciados, que integram quer estágios nas suas áreas de formação específica, quer em trabalhos de investigação científica integrados em programas de mestrado ou doutoramento, que muitas das vezes constituem importantes fontes de produção científica nesses museus, e cujos resultados em muitos dos casos são posteriormente publicados ou ainda materializados em exposições.

O estudo das colecções podemos afirmar assim que constitui uma das formas de investigação mais comum nos museus, incidindo sobretudo na natureza física, a historiografia, proveniência, utilidade, tipologias, de forma a identificar, autenticar e descrever os objectos num sistema de inventário¹¹⁸. Outra forma de investigação é a exposição, através da recolha bibliográfica e documental das peças a expor, este tipo de investigação, é muitas das vezes como já foi referido anteriormente, socorrida de elementos externos ao museu, sobretudo no que toca a exposições que vão além da área de conhecimento dos próprios museus.

¹¹⁸ ALEXANDER, E.P. – *Museums in Motion*. Nashville: ASLH Press. 1979. p 159

4. Proposta de Mediação: a exposição temporária enquanto forma de comunicação e mediação de colecções museológicas

Após a investigação realizada em torno dos objectos arqueológicos alvo de estudo neste trabalho, em que se tentou perceber o seu percurso histórico até à sua chegada ao MNSR, a sua contextualização arqueológica e descrição tipológica, apresentar uma proposta de mediação para o resultado final do trabalho de investigação desenvolvido, que neste caso trata-se de um projecto de exposição temporária.

Quando se pensa em mediação, pensa-se essencialmente em termos de comunicação ou seja, a partir de conteúdos previamente desenvolvidos (ou seja, tópicos, temas estudados e documentados previamente) pensar em estratégias de mediação. Neste caso, o produto em questão, um conjunto de 23 objectos arqueológicos, encontrava-se por estudar e, portanto, o trabalho aqui apresentado assentou sobretudo no seu processo de investigação que eventualmente apoiasse a produção de conteúdos de mediação / exposição / construção de um guião / programa de exposição. Por esta razão, propõe-se apresentar como proposta de mediação um projecto de exposição temporária, que será abordado enquanto um ensaio teórico, tratando não só questões que se prendem com a comunicação entre públicos e o museu, e que ele expõe, mas também como deve ser concebida uma exposição, focando todas as etapas envolvidas na concepção de um projecto desta natureza, desde a justificação e viabilidade do projecto, as metodologias a aplicar, os objectivos do projecto, etc.

Como se pode constatar ao longo do trabalho aqui apresentado, os resultados obtidos neste estudo foram escassos e pouco conclusivos pelas razões que já referimos anteriormente no capítulo 3. Objectos isolados, descontextualizados arqueologicamente em muitos dos casos, sem qualquer ligação entre eles, desvirtuados de um percurso histórico comum e até mesmo desconhecido, remeter para aquilo que Eduardo Prado Coelho um dia disse “*Qualquer espaço ou objecto que perde a sua funcionalidade ganha uma dimensão estética que anteriormente não possuía e que tem a ver com a incorporação de um tempo desaparecido.*”¹¹⁹. Foi a partir desta ideia que se idealizou o projecto expositivo proposto, na tentativa de dotar estes objectos do seu significado original, a sua funcionalidade a intencionalidade com que foram concebidos num período e espaço concreto, isto é, incorporá-los num tempo desaparecido.

¹¹⁹ COELHO, Eduardo Prado – In Jornal «O Público» de 25 de Maio de 2005.

O estudo integrado dos artefactos arqueológicos é aliás uma corrente inserida na escola cognitiva-processual, em que existe uma perspectiva de análise dos objectos baseado no seu estudo e dos sítios arqueológicos de onde provém. É realizado um percurso do objecto desde o local de onde foi obtida a matéria-prima, a sua transformação, utilização e abandono¹²⁰. Daí que se releve fundamental apresentar o objecto junto do público, não como uma mera peça de cariz estético, mas antes como um objecto revestido de todo um significado, espaço e tempo concreto a que pertenceu e neste caso com um percurso histórico que retrata a própria história do museu. A este propósito Maria Isabel Rocha Roque¹²¹ refere no seu trabalho sobre comunicação em museus, que o objecto que perdeu a sua real importância ao desinserir-se do universo para que foi criado e em que foi utilizado, ganha uma dimensão simbólica que modifica o seu valor inicial, potenciando-o ou reduzindo-o. Ao ser exposto num espaço museológico, o objecto transforma-se através do seu relacionamento com o meio onde vários factores de ordem física se interpenetram. O suporte arquitectónico, os sistemas expositivos e a colecção no seu todo são elementos que, no museu, actuam sobre o objecto, na medida em que possuem um conteúdo intencionalmente significativo, para que possa emitir a mensagem pretendida. É, pois, necessário que se definam vários discursos utilizando códigos verbais e sensoriais que respondam aos diferentes tipos de inquietações, buscas e ansiedades sentidas pela massa de visitantes.

As formas de mediação podem ser diversas, mas em contexto museológico, como é o caso aqui apresentado, a exposição é um dos mecanismos mais utilizado. Segundo Emmanuelle Serres-Palson¹²², o papel da mediação cultural é o de colocar em relação diferentes públicos com a instituição museológica, o que é possível graças a uma análise e uma organização de conteúdo das exposições. Contudo a exposição museológica enquanto meio de comunicação, através da qual o museu busca atingir público heterogéneo, levanta diversas questões sobretudo devido a esta heterogeneidade que se reveste de uma diversidade de várias ordens, seja cronológica, educacional ou culturalmente, tornando muitas vezes difícil estabelecer esta comunicação. A importância do objecto reside no tipo de relação que mantém com o elemento humano¹²³.

¹²⁰ BICHO, Nuno Ferreira – *Manual de arqueologia pré-histórica*. Lisboa: Edições 70. 2006., pp. 397-398

¹²¹ ROQUE, Maria Isabel Rocha - *A Comunicação no Museu*. [Dissertação Final do Curso de Pós Graduação em Museologia e Património Artístico, apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa]. Lisboa.1989/90. pp. 6-25

¹²² SERRES-PALSON, Emmanuelle - *Les nouveaux espaces communicationnels des musées, médiation culturelle e NTIC en contexte muséal*. In: GELLEREAU, Michele (org.) *Médiation des cultures*. Villeneuve d'Ascq (Nord): Université CDG – Lille 3. 2000. p. 38.

¹²³ PEARCE, Susan - *Museums, objects and collections*. Washington: Smithsonian Institution Press. 1993.

Hooper-Greenhill¹²⁴ considera que os museus passaram de simples armazéns de objectos, para se tornarem lugares de aprendizagem activa. A ideia redutora dos Museus que tinham como propósito coleccionar, conservar e investigar torna-se insuficiente. Tais operações converteram-se em meios para alcançar um outro fim que são as pessoas e a sua relação com os objectos. Por outras palavras, o centro das atenções deixa de ser a colecção para ser a comunicação, na qual se integra a aprendizagem e o lazer. Este esforço em instituir práticas de comunicação que visa uma audiência alargada e diversificada deverá ser um trabalho desenvolvido por todo o pessoal do museu, desde os conservadores aos serviços educativos, apesar de nem sempre este trabalho ser realizado em equipa. De acordo ainda com esta autora, torna-se necessário um novo modelo de comunicação, no qual o comunicador assenta numa equipa que tem em consideração os interesses de todos, desde os conservadores, designers e os públicos. O visitante assume-se como elemento activo neste processo, um intérprete que através dos seus conhecimentos, valores e atitudes, produz os seus próprios significados acerca dos objectos que observa. Porém a construção destes significados não se esgota na interpretação das exposições ou dos objectos, também passa por ter em conta todas as experiências resultantes da visita ao museu, e todas as experiências nele vivido, desde o contacto com o pessoal, o café tomado na cafetaria, a aquisição de um livro ou recordação na loja, etc¹²⁵.

Não são apenas as colecções que assumem um papel importante mas, todo um conjunto de factores contribuem para o sucesso da experiência que proporciona aos seus visitantes. A experiência museológica (traduzido da expressão inglesa *museum experience*) é considerada um conjunto total de aprendizagens, emoções, sensações e vivências experimentadas como resultado da interacção com os objectos, os discursos, os diferentes espaços do museu e do design expositivo (a forma como as exposições foram concebidas e os objectos expostos). Pretende-se acima de tudo que os indivíduos possam usufruir de experiências únicas a partir do contacto directo com os objectos. George Hein¹²⁶ acredita que os visitantes aprendem mais e melhor quando assumem um papel activo no processo de construção de conhecimento nas suas próprias mentes. O conceito do construtivismo consiste num conjunto de ideias e princípios que assume que a aprendizagem é um processo que se desenrola na mente do indivíduo, de uma forma activa,

¹²⁴ HOOPER-GREENHILL, Eileen - *Los Museos y sus visitantes*. Gijón: Ediciones Trea, S.L. 1ª ed. 1998. pp. 20-25

¹²⁵ IDEM – *Ibidem*. pp. 25-26.

¹²⁶ HEIN, George E. – *Learning in the Museum*. London: Routledge, 2000, pp.154-179.

e que exige deste uma interacção com os objectos. Contrapondo a perspectiva realista à construtivista, Hein define o museu construtivista como um museu que faz um esforço consciente de forma a permitir que os visitantes façam a ligação entre o novo e o conhecido. Essas relações podem desenvolver-se quer no campo físico/espacial, quer no campo intelectual ou conceptual.

Os museus ao adoptarem uma perspectiva construtivista têm de questionar sobre a imagem que transmitem aos visitantes. Devem permitir efectuar uma interpretação a partir dos objectos e das relações estabelecidas com estes, capaz de criar desafios que conduzam os sujeitos à resolução de problemas de forma a permitir a acomodação dos conhecimentos prévios, construindo sobre eles os novos significados e experiências. Desta forma o museu passa a ter a responsabilidade de proporcionar aos visitantes oportunidades para redescobrir e compreender o passado através dos objectos, num processo de aprendizagem contínua que se inicia nos primeiros tempos de vida e que se prolonga até ao fim.

Ainda a propósito das relações entre objecto e público, Hooper-Greenhill¹²⁷ afirma ainda que os diferentes grupos de visitantes que frequentam os museus possuem expectativas diferenciadas no que se refere a aprendizagem, referindo que este processo nos museus é frequentemente centrado nos objectos e que o diálogo entre estes e o observador pode ter diferentes formas e penetrar num espectro variado de campos. Esta autora adianta ainda, no que toca às teorias de comunicação aplicadas em contexto museológico, que grande parte das exposições ainda é elaborada sem levar em conta o público que irá visitá-las, podendo assim ser possível realizar duas abordagens de comunicação em museus: a abordagem transmissora e a abordagem cultural. O modelo transmissor que entende a comunicação enquanto um processo de envio de mensagem, de transmissão de ideias no espaço, de uma fonte de informação para um receptor passivo. Este modelo é dominante quando o museu não coloca questões para o público sobre suas experiências, não realiza uma auto-reflexão, não faz avaliação, não realiza consultas. Por outro lado, na perspectiva da abordagem cultural a realidade não se encontra imutável mas é antes alvo de um processo de modelagem, um processo contínuo de negociação entre o museu e cada indivíduo, que através das suas experiências constroem activamente seus próprios significados.

¹²⁷ HOOPER-GREENHILL, Eileen - *Education, communication and interpretation: towards a critical pedagogy in museums*. In. HOOPER-GREENHILL, E. (org.). *The educational role of the museum*. London: Routledge, 1994. pp.3-25

Estas e outras questões devem ser tomadas em consideração também neste projecto, na medida que também ele é direccionado a um público diversificado, que passará desde públicos escolares, mas também direccionado a um público mais especializado na área da arqueologia, permitindo-lhes tomar contacto com um património desconhecido que retratam um período específico da museologia e das práticas arqueológicas da época. Assim, esta exposição enfatizará múltiplas possibilidades de educação aos visitantes, proporcionando experiências positivas e de incentivo a desenvolver um olhar crítico e de sensibilização para a cultura material, o património arqueológico, a identidade e memória colectiva da Humanidade e de todo o seu processo evolutivo.

Seguidamente será apresentado de uma forma sucinta e de cariz mais teórico, todo o processo de concepção de uma exposição e todas as etapas inerentes. Apresentar-se-á também a ideia expositiva pensada para este projecto de exposição temporária, assim como os objectivos, justificação e missão deste projecto.

4.1. Desenvolvimento e concepção de uma exposição

A exposição é a forma mais comum de comunicação entre o museu e o público. Aliás a percepção que o público tem do museu está essencialmente baseada nas exposições que este possui. Estas constituem criações intencionais planeadas e construídas para expressar algo, sejam ideias, experiências ou mesmo o acesso visual dos objectos. Elas demonstram o tipo de investigação e serviços que as instituições se encontram a trabalhar e as suas colecções¹²⁸.

O primeiro passo para a elaboração de uma exposição é estabelecer o seu tema/ conceito, que deve relacionar-se, necessariamente, com o acervo seleccionado para compô-la, considerando o público-alvo pretendido. Seu objectivo principal é o de apresentar o produto de uma pesquisa, que tenha no seu percurso uma narrativa que estabeleça a fruição entre público visitante, acervo e instituição. A pesquisa desempenha assim um papel importante no contexto de uma exposição, na medida que ela está materializada na museografia, nos textos, nos catálogos e outros produtos gerados pela exposição. A concepção de uma exposição é fruto de um trabalho de pesquisa consistente, uma selecção do acervo e uma definição dos seus objectivos e metodologias. Para que a exposição tenha êxito é importante observar-se uma série de aspectos, sem os quais, algumas etapas de seu percurso podem ser comprometidas. O seu planeamento e gestão passam por ter em mente que a mesma se configura como um grande projecto de pesquisa e que seu produto final resulta num discurso tridimensional desta pesquisa realizada. Para tal, é importante a escolha de profissionais qualificados na concepção do projecto e, de preferência, de áreas diferentes, constituindo assim uma equipa multidisciplinar, que possibilita atingir os objectivos propostos.¹²⁹

A exposição de objectos supõe um trabalho prévio de investigação científica, pluridisciplinar, que permita encontrar, entre as múltiplas opções, a sequência e ordenação que melhor facilitem a leitura e compreensão, escolhendo a via mais clara e acessível na divulgação dos conhecimentos a que se propõe. A disposição das peças e a sua relação com o espaço, o jogo entre o espaço ocupado e o vazio envolvente, são factores de destaque que influenciam a leitura da exposição, pelo que se deve observar um especial cuidado em não adulterar o significado do

¹²⁸ LORD, Barry - *The Manual of Museum Planning*. Oxford: Altamira Press, 2001.p. 155

¹²⁹ WERNECK, Ana Maria Azeredo Furquim; COSTA, Carlos Thiago; PEREIRA, Angelina Gonçalves de Faria - *Planejamento e Gestão de Exposições em Museus: Caderno 03*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/Superintendência de Museus e Artes Visuais de Minas Gerais. 2010. pp. 7-8

objecto, em não manipular erroneamente os conhecimentos fornecidos ao visitante e em evitar a fantasia e o desmesurado artificialismo estático que conduziria à criação de um universo paralelo ao objecto¹³⁰.

O processo de concepção de uma exposição passa por várias fases, seguidamente apresenta-se uma descrição das diferentes etapas:

A investigação é o ponto de partida para o desenvolvimento de uma exposição, sem a qual não é possível atribuir um significado comunicativo à exposição. A investigação è assim uma actividade vital nos museus, que deve ser coordenada e planeada de acordo com as exposições a realizar futuramente, seja a longo ou curto prazo.

De seguida parte-se para a elaboração da proposta expositiva que é feita com base no resultado dos trabalhos de investigação desenvolvidos em torno das colecções ou espólio existente, nos quais se pode identificar uma oportunidade expositiva. Estas propostas podem partir da própria instituição, como forma a concretizar a sua missão ou responder a novos interesses ou novos públicos¹³¹. A proposta de uma exposição deve incluir elementos importantes como a justificação de como o projecto pode ajudar a instituição a alcançar os seus objectivos ou missão; justificar como a exposição vai fazer uso das colecções e dos recursos de investigação da instituição; justificar o tema expositivo e os seus objectivos comunicacionais; definir os públicos-alvo da exposição em termos de segmentos de mercado e ainda um resumo da forma como o tema vai ser tratado e as estratégias visuais e interpretativas do projecto e deverá ainda definir a duração da exposição, na medida que isso definirá o seu perfil, se será de curta, média ou longa duração. O perfil da exposição é definido quando se estipula sua data de abertura e de término. Nesta proposta deverá ser incluído ainda um orçamento com os custos inerentes à realização do projecto acompanhado de um cronograma que deve conter determinadas margens de tempo para a execução do projecto e deverá ser respeitado de forma a torná-lo mais eficiente.

A proposta deve ainda definir a comissão da exposição, quem será responsável pela coordenação e direcção da exposição, os conservadores que asseguram a conservação dos objectos expostos, os curadores especializados nas áreas de conhecimento que abrangem a exposição, cujo seu trabalho abrange todas as principais acções para a montagem de uma exposição, destacando-se: a concepção, selecção final do acervo, o acompanhamento do projecto

¹³⁰ ROQUE, Maria Isabel Rocha – *Ibidem*. pp. 20-25

¹³¹ LORD, Barry – *Ibidem*. pp. 156-161

museográfico, a coordenação na produção de textos e as demais peças gráficas do evento. Também cabe aqui definir o responsável pelo design, a parte técnica de audiovisual, equipa de produção e instalação, os serviços educativos, a segurança, as relações públicas, etc.

Posteriormente parte-se para a definição do plano, espaço e design da exposição, qual o tratamento visual e disposição espacial da exposição e o material necessário à sua concepção. A escolha do espaço é fundamental, pois a área a utilizar condicionará a forma como as peças estarão expostas, o design da exposição, o seu discurso, os percursos etc. O espaço onde a exposição será montada deve ser estudado com o auxílio de plantas baixas e elevações com as respectivas medidas. Isto deve ser feito para garantir as condições adequadas para os visitantes apreciarem o que se pretende expor e, simultaneamente, proporcionar a disposição dos objectos de forma harmoniosa. É importante que se leve sempre em consideração o factor conforto e segurança das pessoas e dos objectos expostos. Devem ser evitadas exposições em corredores muito estreitos que não permitam uma boa visualização das obras, ou em corredores de grande circulação, que não permitam às pessoas pararem para apreciar a mostra com conforto. É interessante que haja também áreas de descanso com sofás, bancos, etc. Assim, o visitante poderá permanecer na exposição o tempo que julgar necessário. Determinados espaços de grande extensão são atraentes, porém devem ser avaliados com cautela para que a mostra não perca a sua consistência. Não existe uma definição de tamanho ideal de um lugar para exposição, tudo depende naturalmente do que se vai expor, ou seja o acervo, recursos gráficos, recursos multimédia e audiovisuais, etc.¹³².

O design da exposição contempla o eventual uso de vitrinas, painéis informativos, legendas das peças, desdobráveis, lettering (textos impressos em vinil ou PVC sobre a parede ou suporte expositivo), fotografias, e ainda um catálogo de exposição. Os textos de parede apresentam o conceito da exposição com conteúdos temáticos, conceituais e descritivos. Os textos não devem ser muito extensos, pois causam certo impacto negativo e, geralmente, não são lidos na sua íntegra. Portanto, textos com dois ou três parágrafos são considerados ideais numa exposição e devem possuir em torno de oitenta ou setenta centímetros de altura por quarenta ou trinta de largura. A linguagem desses textos deve conter informações claras e objectivas¹³³.

¹³² WERNECK, Ana Maria Azeredo Furquim; COSTA, Carlos Thiago; PEREIRA, Angelina Gonçalves de Faria – *Ibidem*. p. 10.

¹³³ IDEM - *Ibidem*, p.14.

No que respeita à produção, montagem, avaliação e monitorização da exposição, a organização do espaço expositivo, a disposição das vitrinas, dos painéis explicativos, dos documentos gráficos, os acessos ao público, são todos elementos essenciais para o visitante e o seu entendimento da exposição¹³⁴. Para que haja um processo de aprendizagem sobre um objecto no museu, é necessária informação qualitativamente eficaz sobre ele e uma disposição (em termos expositivos) que possibilite a contemplação. Ou seja, ambiente, espaço, conforto e informação para o observador. Desta forma, é necessário o estudo iconográfico do objecto e o seu aprimoramento contextual. Quanto mais bem estudado estiver o objecto, mais riqueza e mais conteúdo serão disponíveis ao visitante. Quanto mais tridimensionalidade sobre as imagens, mais clareza sobre elas terão os observadores, pois a comunicação mostra-se, como compreensão operante, pela qual se institui, ao mesmo tempo, o sentido e o seu modo de instituição. Outro aspecto importante numa exposição a ter em consideração é a iluminação, pois cada obra exposta requer uma iluminação própria.

Geralmente, recomendam-se luzes direccionadas vindas do tecto ou da parede. Deve-se tomar em conta para que não haja luz natural em excesso no ambiente. Assim deve ser observado diariamente e regulado sempre que necessário por uma pessoa responsável pela manutenção da exposição. Quanto à escolha da iluminação, deve-se considerar o tamanho do espaço e o grau de necessidade da intensidade de luz das lâmpadas, assim como a distância entre o ponto de luz e a obra a ser iluminada. Deve-se regular o ângulo de iluminação sobre cada obra de maneira a não ofuscar os espectadores, não provocar reflexos e realçar a obra em exposição¹³⁵.

Outro aspecto a levar em conta é o estado de conservação dos objectos a serem expostos. Além de intervenções de conservação prévia, já em contexto expositivo deverão ser contemplados instrumentos para a manutenção das condições de conservação adequadas das peças a exhibir, nomeadamente no controlo da temperatura, a incidência de luz e o controle de insectos dentro da exposição. Para cada tipo de acervo disposto no local, necessita-se de um tipo de temperatura, de humidade e de iluminação. Para tal recorre-se a instrumento que auxiliam a controlar este índices, como o luxímetro (medir a densidade da luz), o desumidificador e o termo hidrográfico (medir a temperatura relativa e humidade)¹³⁶.

¹³⁴ LORD, Barry – *Ibidem*. pp.156-161

¹³⁵ WERNECK, Ana Maria Azeredo Furquim; COSTA, Carlos Thiago; PEREIRA, Angelina Gonçalves de Faria, *idem*, pp. 12-13

¹³⁶ LORD, Barry – *Ibidem*. pp.156-161

A questão do seguro é geralmente levada em conta apenas quando a exposição contempla objectos externos ao museu. O acervo pertencente ao museu não carece de um seguro individual para cada peça, sendo utilizado um seguro total para a exposição. O seguro deve ser visto como um investimento que resguardará os envolvidos na gestão da exposição

O curador e a equipa técnica devem orientar e acompanhar todo o processo de montagem, desde a instalação das vitrinas e expositores, até a fixação de telas nas paredes das salas de exposição ou colocação de painéis informativos. É recomendável o registo fotográfico de todas as etapas do processo, constando a datação das fotografias.

A fase da divulgação da exposição que deverá ser feita com antecedência à data de inauguração da mesma. Os métodos habituais de divulgação passam por um conjunto de instrumentos como press release (texto e fotos da exposição), convites em formato de papel e digitais para instituições e organismos públicos e privados que fazem parte de uma mailing list, realização de uma conferência de imprensa e ainda a divulgação nos organismos electrónicos.

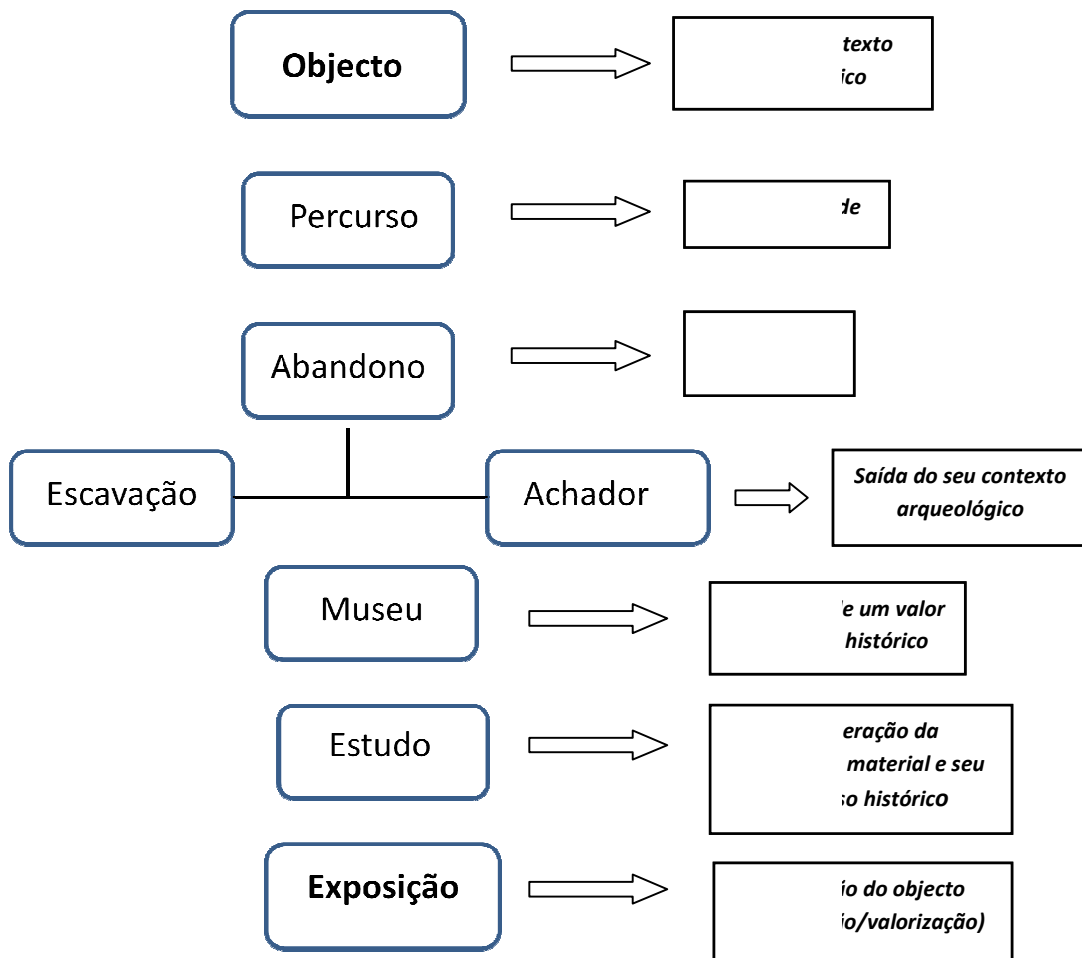
Por fim a fase de avaliação da exposição que é feita durante e após a sua realização. Um dos instrumentos de avaliação externa da qualidade da exposição são os livros de visita com espaço para comentários e sugestões, e o contacto directo via e-mail com o público visitante. O registo de opinião externa é um importante instrumento para avaliação dos trabalhos desenvolvidos no museu¹³⁷.

¹³⁷ WERNECK, Ana Maria Azeredo Furquim; COSTA, Carlos Thiago; PEREIRA, Angelina Gonçalves de Faria – *Ibidem*. p. 21

4.2. Ideia Expositiva

Como já referimos anteriormente a ideia expositiva assenta sobretudo na reconstituição do percurso histórico e arqueológico do objecto e recuperar a funcionalidade perdida. Todo este percurso retrata igualmente um pouco da história da fundação do MNSR.

O objecto arqueológico: intemporalidade funcional, espacial e histórica



4.3 Justificação e fundamentação do projecto expositivo

Este Projecto passa pela realização de uma exposição temporária com um conjunto de cerca de 23 peças arqueológicas, actualmente existentes na reserva do Museu Nacional Soares dos Reis, como forma de divulgação e valorização da colecção arqueológica do Museu Nacional Soares dos Reis.

Conscientes do impacto e interesse que a arqueologia sempre suscitou, e tendo em conta os antecedentes do Museu Nacional Soares dos Reis, que além de ter herdado todo um acervo arqueológico pertencente ao MMP, este Museu possuiu na década de 40 uma sala de exposições de arqueologia e o interesse por esta área está patente em iniciativas mais recentes, como a realização de exposições em torno de peças arqueológicas. Estes são portanto motivos para que tornem este projecto viável e pertinente. A prova disto está no sucesso obtido nas exposições realizadas em 2006 com a colecção das Estatuetas Egípcias, que contou com visitas guiadas pelo Egiptólogo Rogério Sousa, e que contou com a parceria com o Museu de História Natural da Universidade Porto, tendo-se realizado diversas oficinas em torno de temas como a “mumificação” e a escrita hieroglífica, e ainda a exposição que teve lugar em 2008, intitulada “*Vasos Gregos em Portugal aquém das colunas de Hércules*”¹³⁸, que reuniu pela primeira vez num mesmo espaço os mais importantes exemplares de vasos gregos existentes em Portugal, num total de cerca de seis dezenas de peças.

Desta forma, além da pertinência de estudar um espólio quase isento de informação, e cujo conhecimento poderá constituir um contributo para a comunidade científica, também este projecto vai de encontro aos objectivos gerais do Museu: tornar uma parte de uma reserva do museu conhecida ao público, permitindo dar nova vida a um conjunto de peças e ao próprio museu.

¹³⁸ MACHADO, Ana Paula; MORAIS, Rui; ROCHA PEREIRA, Maria Helena - *Vasos Gregos*. Lisboa: IMC. Museu Nacional Soares dos Reis. 2008.

4.4 Missão e objectivos

Missão

Divulgar as colecções de arqueologia no contexto histórico da museologia e o seu contributo para a história do MNSR, enquanto elemento importante na construção de memórias representativas de diferentes períodos que marcaram a história da museologia nacional.

Objectivos gerais

Com este Projecto de Exposição pretende-se:

- Apresentar os resultados do estudo deste conjunto de peças/objectos arqueológicos, permitindo assim a sua divulgação e valorização da reserva arqueológica do Museu Nacional Soares dos Reis;
- Promover o conhecimento científico e histórico destas peças enquanto elementos da própria história deste Museu e de uma conjuntura política e cultural da época;
- Realizar um enquadramento histórico-cultural destas peças, a forma como e porque foram incorporadas no Museu, e perceber o interesse que estes objectos arqueológicos representavam nesse período;
- Trazer até ao público um pequeno universo de espólio que se encontra em reserva no museu, com que de outra forma a maioria dos visitantes não poderia contactar, e que é do desconhecimento de uma boa parte do público em geral;
- Colaborar na tarefa colectiva de fomentar o interesse pela Arqueologia, permitindo um entendimento da cultura material enquanto elemento de identidade colectiva;
- Incentivar o público a uma reflexão sobre o património cultural que faz parte da memória colectiva de todos nós;

- Programar experiências educativas para grupos escolares, famílias, seniores e outros grupos que reflectam um conhecimento dos diferentes tipos de aprendizagem e suas expectativas;

- Promover, implementar e criar plataformas de trabalho em colaboração com outras instituições socioculturais e educativas e de divulgação da arqueologia e património;

- Promover a articulação com a comunidade escolar como forma de captar e fidelizar novos públicos para a cultura, ciência e património;

- Experimentar estratégias expositivas e programáticas, utilizando tecnologias inovadoras que permitam alcançar segmentos mais amplos da comunidade e que tenham em conta diferentes expectativas e necessidades.

A mediação mais do que um mecanismo de comunicação entre público e o produto que se media, deverá constituir um instrumento de análise e avaliação das necessidades e motivações do público que consome um produto cultural. Só desta forma se poderá obter o sucesso pretendido, na medida que direcciona os objectivos de ambos os intervenientes neste processo, num único fim comum.

Conclusão

Os resultados do estudo aqui apresentado reflectem a complexidade que constitui o estudo de objectos na sua maioria descontextualizados e desprovidos de uma inventariação, fruto das políticas museológicas da época. Toda a investigação levada a cabo pressupõe um exercício reflectivo na busca de uma identidade espacial e temporalmente perdida, na tentativa de reconstituir todo o percurso de objectos que ocuparam uma função específica num determinado período da história e que realizaram todo um percurso, mais ou menos complexo, até à sua chegada ao Museu. Este percurso só foi possível de reconstituir a partir da inter-relação de objectos e documentação escrita existente, e em muitos dos casos ausente, sobre estes artefactos. A pesquisa documental foi igualmente um desafio, pois também ela se encontrava fragmentada e dispersa pelas instituições por onde passaram estes objectos, algumas delas já extintas, tornando todo o processo de investigação morosa, e raramente frutuosa. A subjectividade das informações remeteram várias vezes para o levantar de hipóteses e dúvidas que ainda persistem e que só uma investigação mais exaustiva e profunda permitiria dissecar algumas destas questões.

A análise do trajecto destes vinte e três objectos arqueológicos retrata por si só um pouco da história da museologia nacional, na medida que espelham diferentes fases, num primeiro momento a constituição dos primeiros museus públicos, espelhado neste caso no Museu Portuense, passando pelo coleccionismo, no caso concreto do coleccionador João Allen, responsável pelo primeiro museu privado do país aberto ao público que viria a resultar uns anos mais tarde na incorporação deste acervo no primeiro museu municipal do país, o Museu Municipal do Porto.

Desta forma o grande contributo desta tese, assentou na tentativa de conferir uma nova vida, significado e compreensão a um conjunto de elementos da cultura material que residem actualmente, como tantos outros, no esquecimento das reservas museológicas, constituindo assim uma reflexão sobre problemáticas que envolve o estudo deste tipo de acervos nos museus nacionais cujas origens remontam aos primórdios da museologia nacional. A falta de meios humanos especializados nas diferentes áreas de conhecimento em que se inserem muitos dos objectos que constituem os museus, aliado a outras condicionantes com que os museus se deparam para seu o estudo, tornam este tipo de projectos fundamentais para investigação desenvolvida nos museus. O contributo que projectos de investigação desenvolvidos em contexto

universitário podem dar à museologia nacional, constitui um tema que levanta questões sobre a forma que os museus gerem as suas colecções.

Por outro lado pretendeu-se com este trabalho realizar um ensaio, ainda que de cariz mais teórico, em torno de mecanismos de mediação cultural, e todas as questões inerentes à concepção de um projecto de mediação expositivo. Aqui focaram-se temáticas como as preocupações crescentes no estudo dos públicos e de todas as formas de comunicação que o discurso expositivo deve ter em consideração, de forma a proporcionar experiências enriquecedoras aos visitantes, permitindo assim uma interacção entre o público e o objecto, muito além do que uma mera experiência pedagógica rígida e pré-definida. Também as questões técnicas adjacentes à concepção de exposições e o planeamento das diferentes etapas que envolvem este processo, constituem elementos fundamentais ao sucesso de uma exposição.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

- Arquivo do Museu Nacional Soares dos Reis

Fontes Impressa

- Alvará de D. João V datado de 1720
- Decreto de 20 de Abril de 1911. Lei da Separação do Estado das Igrejas.
- Decreto nº 1 de 26 de Maio de 1911. Reorganização dos Serviços Artísticos e Arqueológicos.
- Decreto-lei nº 20:985 de 7 de Março de 1932. Ministério da Instrução Pública. Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes. Criação do Conselho Superior de Belas Artes e extinção dos conselhos de Arte e Arqueologia das três circunscrições.
- Decreto nº 16791 de 30 de Abril de 1929. Criação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
- Decreto-Lei 23051 de 23 de Setembro de 1933. Criação das Casas do Povo.
- Decreto nº20985 de 7 de Março de 1932. Conhecido por Carta Orgânica dos Museus, que extinguiu os Conselhos de Arte e Arqueologia, concentrando as suas funções num Conselho Superior de Belas-Artes.
- Decreto-lei nº 21:504 de 25 de Julho de 1932. Ministério da Instrução Pública. Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. Aprovação do regulamento que organiza os serviços dos museus para o desempenho da alta missão cultural que lhes incube, relativo ao Museu de Soares dos Reis, do Porto, que passará a denominar-se Museu Nacional de Soares dos Reis.
- Decreto-lei nº 27:878 de 21 de Julho de 1937. Ministério das Finanças. Direcção Geral da Fazenda Pública. Incorporação do Palácio das Carrancas no património do Estado visando albergar a colecção do Museu Nacional de Soares dos Reis, instituindo ainda que as colecções que constituíam o Museu Municipal do Porto deveriam aí ser instaladas, precedidas de inventário e identificação.

Sítios

<http://www.igespar.pt/pt/>

<http://mnsr.imc-ip.pt/>

www.mnarqueologia-ipmuseus.pt/

<http://www.csarmento.uminho.pt/sms.asp>

museologiaporto.ning.com/

Bibliografia

- ACCIAIUOLI, Margarida - *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.1998.
- ALARCÃO, Jorge - *Cerâmica comum local e regional de Conímbriga*. Coimbra: Universidade (Suplementos de Biblos8). 1974.
- ALLEN, Alfredo A. de Gouveia - *Apontamentos sobre a família de João Allen (1648-1948)*. Porto: Câmara Municipal do Porto. BCCMP 21. 1958.
- ALEXANDER, E.P. – *Museums in Motion*. Nashville: ASLH Press. 1979.
- ALMEIDA, António Manuel Passos - *Contributos ao Estudo da Museologia Portuguesa no Século XIX: O Museu do Coleccionador João Allen e o Museu Municipal do Porto*. In «*Revista da Faculdade de Letras*». Porto, I Série, Vol. V-VI. 2006-2007.
- ALMEIDA, António Manuel Passos – *Museu Municipal do Porto: das origens à sua extinção (1836-1940)*. Porto. 2008. [Dissertação do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia – via Mestrado apresentado à FLUP].

- ALVES, Cristina Isabel Martins de Oliveira - *Concepções da educação em museus nas políticas culturais: Portugal 1974-2004*. Porto. 2007. [Dissertação de Mestrado Cultura e Comunicação apresentado à FLUP].
- A.N. – *Património cultural*. In Dicionário Enciclopédico da História de Portugal. Coord. PEREIRA, J.C. Lisboa: Edições Alfa, vol.2. 1990. pp. 84-86.
- Anuário da Câmara Municipal do Porto. Porto. 1923.
- AVVV - *Annaes do Município de Oliveira de Azeméis*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão.1909.
- AAVV- *Museu Monográfico de Conímbriga* (cord. Adília Alarcão). Lisboa: IPM/ Museu Monográfico de Conímbriga, Vol.II.1994.
- AAVV - *Roteiro da Colecção: Museu Nacional de Soares dos Reis*. Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus 1ª ed. 2001.
- ARAÚJO, Luís Manuel de - *La collection égyptienne du Museu Nacional Soares dos Reis (Porto)*. In «Proceedings of the Seventh International Congress of Egyptologists». Leuven, Uitgeverij Peeters. 1998. pp 59-65.
- BICHO, Nuno Ferreira – *Manual de arqueologia pré-histórica*. Lisboa: Edições 70. 2006.
- BOTELHO, Maria Leonor – *O núcleo do Porto e o Culto dos Monumentos. A formação de uma consciência patrimonial*. Comunicação apresentada no III Congresso Internacional da APHA. Porto. 2006.
- BRIGOLA, João Carlos, rel. [et. al.] - *Perspectiva histórica da evolução do conceito de museu em Portugal*. In «Lugar em aberto»: Revista da APOM. N.º 1 (Outubro 2003), p. 32-45.

- BRIGOLA, João Carlos Pires - *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira - *Estudos de cultura material e colecções museológicas: Avanços, retrocessos e desafios*. In «Cultura Material e Patrimônio de C&T». pp. 19-25. Disponível [<http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/livro%20cultura%20material%20e%20patrim%C3%B4nio%20de%20C&T/3%20Artigo%20Cristina%20Bruno.pdf>]
- CANAVARRO, Pedro – Achegas documentais para o estudo e defesa do património. In «*Minia*». 2ª série. 1(2). Braga 1976.
- CARDOSO, João Luís – *O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa*. In Revista «*Al-Madan*». II série. 8 Outubro 1999.
- CARVALHO, Rómulo – *A história natural em Portugal*. Biblioteca breve. Volume 112. 1ª edição. 1987.
- CENTENO, R.M. Sobral - *Circulação monetária no Noroeste de Hispânica ate 192*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática. 1997.
- COELHO, Eduardo Prado – In Jornal «O Público» de 25 de Maio de 2005.
- COIMBRA, Fernando Augusto Rodrigues - *Ricardo Severo e o desenvolvimento da arqueologia no Porto*. In «*Portugalia*». Nova Série. Vol. XIII e XIV. 1992/1993.
- CORRÊA, António Augusto Estevão Mendes - *Nótulas arqueológicas*. In «*Revista de estudos históricos*», vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1924.
- CORRÊA, A. A. Mendes - *Os Povos Primitivos da Lusitânia*. Porto: Typographia Universal de Figueirinhas & C.^a. 1924
- CORRÊA, Mendes – *Origens da cidade do Porto (Cale, Portucale e Pôrto)*. Porto: Fernando Machado & C^a Editores, 2ª edição. 1935.

- CORTEZ, Fernando Russell – *Da “terra sigillata” tardia encontrada em Portugal*. Viseu: Instituto para a Alta Cultura/Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.1951.
- CRUZ, António - *O Museu Municipal do Porto e as suas valiosíssimas coleção*. In «*Portugal Económico Monumental e Artístico*». Fasc. XL. Vol. III. Lisboa. 12 de Outubro de 1939.
- CRUZ Maria Antonieta da Conceição - *Os Burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida. 1999.
- CRUZ, Maria das Dores; CORREIA, Virgílio - *Normas de inventário: cerâmica utilitária*. Lisboa: IPM. 1ªedição. 2007.
- DAMASCENO, Joana – *Museus para o povo português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2010.
- DELICADO, Ana – *Produção e reprodução*. In «Análise social». Vol. VLIII (1º). 2008. Disponível em [www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n186/n186a04.pdf].
- FABIÃO, Carlos – *Para a história da arqueologia em Portugal*. In «*Penélope.Fazer e desfazer a história*». Nº2. Fev. 1989.
- FIGUEIREDO, Manuel – *O Museu Nacional Soares dos Reis*. Marques Abreu Editor. 1964.
- FORTES, José – *A necrópole dolménica de Salles*. In «*Portugália*». Porto. 1899-1908 pp. 666-686.
- GONÇALVES, António Nogueira - *Inventário artístico de Portugal: distrito de Aveiro: zona do Norte*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes (Inventário artístico de Portugal, 10). 1981.

- GOUVEIA, Henrique Coutinho - *Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo*, in «Bibliotecas, Arquivos e Museus». Vol. I, n.º 1. 1985.
- GUIMARÃES, Gonçalves – *Roteiro arqueológico de Vila Nova de Gaia*. C.M. Vila Nova de Gaia/Casa Municipal de Cultura/Solar Condes de Resende. V. N. Gaia, 1993.
- GUIMARÃES, Gonçalves – *Os romanos em Gaia*. In «Amigos de Gaia», Nº70, Vol. 11. Junho 2010.
- HEIN, George E. – *Learning in the Museum*. London: Routledge, 2000, pp.154-179.
- SILVA, Raquel H. - *Os Museus: história e prospectiva*. In PERNES, Fernando. *Panorama da Cultura Portuguesa no século XX*. Vol.3. Arte (s) e Letras. Edições Afrontamento e Fundação de Serralves.Porto.2002.
- HOOPER-GREENHILL, Eilean - *Education, communication and interpretation: towards a critical pedagogy in museums*. In. HOOPER-GREENHILL, E. (org.).*The educational role of the museum*. London: Routledge, 1994.
- HOOPER-GREENHILL, Eilean - *Los Museos y sus visitantes*. Gijón: Ediciones Trea, S.L. 1ª ed. 1998.
- LEMOS, Francisco de Sande - *Martins Sarmiento e a arqueologia portuguesa dos anos setenta e oitenta do século XIX*. In Revista «Guimarães». Nº 105. 1995.pp. 117-126.
- LIRA, Sérgio - *Linhas de força da legislação portuguesa relativa a museus para os meados do século XX: os museus e o discurso político*. In «Actas do V Colóquio Galego de Museus». Melide de 20 a 22 de Novembro de 1997.Consello Galego de Museus. 1998. pp. 69-98.

- LIRA, Sérgio - *O Nacionalismo Português e o discurso museográfico: linhas de investigação*. In «Actas do III Congresso de Historia da Antropologia e Antropologia Aplicada». Tomo II. Santiago de Compostela. 1997. pp. 237-246.
- LIRA, Sérgio - *Identidade territorial portuguesa sob o nacionalismo do Estado Novo mensagens ideológicas nos museus e exposições temporárias*. Comunicação apresentada nas Jornadas de Cultura Saloia que decorreram em Loures - Museu de Cerâmica de Sacavém. Dezembro de 2000.
- LOBATO, Maria José Folgado - *A necrópole romana de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia)''*. In revista «Portugália». Nova série. Vol. XVI. Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1995.
- LORD, Barry - *The Manual of Museum Planning*. Oxford: Altamira Press. 2001.
- LOUREIRO, Carlos - *O Museu Industrial e Comercial do Porto (1833-1899)*. In «Coleções de Ciências Físicas e Tecnológicas em Museus Universitários: Homenagem a Fernando Bragança Gil». Coord. Armando C. F. Silva e Alice Semedo. Porto: FLUP – DCTP. 2005.
- MACHADO, Ana Paula; MORAIS, Rui; ROCHA PEREIRA, Maria Helena - *Vasos Gregos*. Lisboa: IMC. Museu Nacional Soares dos Reis. 2008.
- MONTEAGUDO, Luis – *Die beile auf der iberischen Halbinsel*. C.H.Beck'sche. München 1977.
- MOREIRA, Álvaro Brito - *Museu Municipal Abade Pedroso: Coleção arqueológica*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso. 2007.
- MOREIRA, Isabel M. Martins - *Museus e monumentos em Portugal : 1772-1974*. Lisboa: Universidade Aberta. 1989.

- *Museu Municipal do Porto – o seu estado presente e o seu futuro*. Porto: Typographia de A.J. da Silva Teixeira. 1889.
- *Museu Nacional de Soares dos Reis*. Porto: Ministério da Educação Nacional. Direcção Geral dos Assuntos Culturais. 1972.
- *Machados e outros objectos de bronze* - Porto: Museu Nacional Soares dos Reis. 1946.
- PEARCE, Susan - *Museums, objects and collections*. Washington: Smithsonian Institution Press. 1993.
- PEARCE, Susan - *Thinking about things*. In «*Interpreting objects and collections*». London: Routledge. 1994. pp.125-132.
- PEARCE, Susan - *Interpreting Objects and Collections*. London: Routledge. 1994.
- PEIXOTO, A.A. da Rocha - *O Museu Municipal do Porto*. In «*A Província*». Porto.1887.
- PEIXOTO, A.A. da Rocha - *Guia do Museu Municipal do Porto*. Porto: Typographia central, 1902.
- PEIXOTO, Rocha – *Museu Municipal do Porto (história natural)*. Porto: Sociedade Carlos Ribeiro.1888.
- PEIXOTO, A. A Rocha. - *O Museu da Restauração*. In «*A Terra Portuguesa*». Porto: Livraria Chardron.1897.pp. 201-212.
- PIMENTEL, Cristina - *O Sistema Museológico Português (1833-1991: Em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005.

- PINTO, António José Nunes – *Bronzes figurativos romanos de Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT/MCT. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. 2002.
- PINTO, Marcelo Mendes – *Villa romana de Sendim: roteiro e exposição permanente*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso. 2008.
- PONTE, Maria de La Salette da – *Corpus signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópio. 2006
- PORTELA, Maria Helena Teixeira Ribeiro – *Necrópoles romanas do concelho de Amarante*. [Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Porto.1998.
- RAPOSO, Luís; CORREIA, Virgílio - *Normas de inventário: arqueologia*. Lisboa: IMP, 2ª edição. 2000.
- RIBEIRO, João Pedro Cunha – *O estudo dos seixos rolados sumariamente transformados por talhe no âmbito das indústrias líticas de quartzite do Paleolítico português*. in Estudos em Homenagem a António de Oliveira Ramos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 453-467.
- ROBERTS, Andrew – *Collections Management for Museums*. Proceedings of an International Conference.MDA.1988.
- ROCHA, Leonor Maria Pereira – *Origens do megalitismo funerário no Alentejo central: a contribuição de Manuel Heleno*. Lisboa.2005. [Dissertação de doutoramento em História, Pré-História, apresentada ao Depart. História da Faculdade de Letras da Universidade Lisboa].
- ROQUE, Maria Isabel Rocha - *A Comunicação no Museu*. Lisboa.1989/90. [Dissertação Final do Curso de Pós Graduação em Museologia e Património Artístico, apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa].

- SANJAD, Nelson; BRANDÃO, Carlos Roberto F. - *A exposição como processocomunicativo na política*. In «*curatorial Cadernos de directrizes museológicas 2 : mediação em museus: curadorias, exposições, acção educativa*». Leticia Julião, coordenadora; José Neves Bettencourt, organizador. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008. Disponível em:
[http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Museus/File/caderno_diretrizes_museologicas_2.pdf].
- SANTOS, Paula M. M. Leite - *Um coleccionador do Porto romântico. João Allen (1781-1848)*. Lisboa: [Edição de Autor, com apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e do Instituto Português de Museus]. 2005.
- SEMEDO, Alice L. - *Da invenção do museu público: tecnologias e contextos*. In «*Revista da Faculdade de Letras*». Ciências e Técnicas do Património. Universidade do Porto. Vol. III. Porto. 2004.
- SEMEDO, Alice - *Estudos e gestão de colecções: práticas de formação e investigação*. In «*Colecções científicas luso-brasileiras: património a ser descoberto*». Museu de Astronomia e Ciências Afins – MSRT/MCT. Rio de Janeiro. 2010
- SERRES-PALSON, Emmanuelle - *Les nouveaux espaces communicationnels des musées, médiation culturelle e NTIC en contexte muséal*. In: GELLEREAU, Michele (org.) *Médiation des cultures*. Villeneuve d’Ascq (Nord): Université CDG – Lille 3. 2000.
- SOUSA, Antonieta Vera de - *A Evolução do Conceito de Património e das Normas Legais*. ADEPA – Disponível em: [http://adepa-alcobaca.org/patrimonio_1.html].
- SILVA, António Manuel S.P. Silva – *Revisão do Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia: Património arqueológico e geomorfológico*. C.M. V.N. de Gaia. 2007.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da – *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins. 1986.

- SILVA, Armando Coelho Ferreira da - Paços de Ferreira: *as origens do povoamento, do megalitismo à romanização*. Separata «*Estudos Monográficos*» Paços de Ferreira. 1986.
- SILVA, Fernando Augusto Pereira da - *Contributo para a Carta Arqueológica do Concelho de Oliveira de Azeméis. Da pré-história à romanização*. Oliveira de Azeméis. 2:1-2.1991.
- SILVA, Joana Judite Gonçalves da – *Análise do “Arquivo Histórico” do Museu Nacional Soares dos Reis: Percursos narrativos*. Porto. 2009. [Dissertação de Mestrado em História e Património, ramo de arquivos históricos, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Porto].
- SILVA, Raquel Henriques – *Os museus: Histórias e prospectiva*. PERNES, F. (Coord.) *Século XX. Panorama da cultura portuguesa*. Porto, Edições Afrontamento/ Sociedade Porto 2001/Fundação de Serralves, 3º vol., p. 65-108. 2002.
- SOUSA, Antonieta Vera de - *A Evolução do Conceito de Património e das Normas Legais*. ADEPA. Disponível em [http://adepa-alcobaca.org/patrimonio_1.html].
- SOUSA, M. J. Lemos de – *Rocha Peixoto: aspectos da sua vida como naturalista*. In «*Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*». Número Comemorativo do I centenário de Rocha Peixoto. Vol. V, nº. 2. C. M. da Póvoa do Varzim. 1966. pp. 132-148.
- TEIXEIRA, Madalena Braz - *Os Primeiros Museus em Portugal*. In «*Bibliotecas, Arquivos e Museus*», Vol.1, n.º 1. 1984.
- VALENTE, Vasco - *Museu Nacional de Soares dos Reis : Antigo Museu Portuense*. Porto: Tip. Gonçalves & Moreira. 1933-1934.
- VASCONCELOS, José Leite de - *Collecção ethnografica do Sr. M. d’Azuaga*. In «*O Archeologo Português*». Vol.1, Nº1. 1895. pp. 20-25.

- VIANA, Maria Teresa da Costa Pereira - *Os Museus do Porto no século XIX. Subsídios para o estudo da museologia em Portugal*. Lisboa, vol.1.1970.
- VILAÇA, Raquel – *Subsídios para o estudo da pré-história recente do baixo Mondego*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. 1988.
- VITORINO, Pedro - *Os Museus de Arte do Porto: Notas Históricas*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1930.
- VITORINO, Pedro - *O Museu do Porto*. In Separata da Revista de «Guimarães». Guimarães: Tip. Minerva Vimarenense.1934.
- VITORINO, Pedro – *Brandão o coveiro do Museu Municipal do Porto*. Porto: 1ª esporada, Marânus.1939.
- WERNECK, Ana Maria Azeredo Furquim; COSTA, Carlos Thiago; PEREIRA, Angelina Gonçalves de Faria - *Planejamento e Gestão de Exposições em Museus: Caderno 03*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/Superintendência de Museus e Artes Visuais de Minas Gerais. 2010. Disponível em [http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Museus/File/colecao-falando-de/miolo_planejamento_gestao_exposicao.pdf].

Índice de Anexos

Anexo A – Lista de Quadros

Quadro 1 – Quadro cronológico legislativo para a salvaguarda do património nacional

Quadro 2 – Mapa do Museu Municipal do Porto de 1910 a 1923 (anuário da Câmara Municipal do Porto, CMP, Porto, 1923)

Anexo B – Lista de figuras

Fig.29 – Museu e casa de João Allen (VITORINO, Pedro, Os museus de arte do Porto, Estampa IV)

Fig.30 – Entrada do Museu Municipal do Porto (ALMEIDA, António M. Passos, Museu municipal do Porto: das origens à sua extinção (1836-1940), anexo B, Fig. 45).

Fig.31 – Sala de Arqueologia do MNSR (AAVV, Roteiro da Colecção: Museu Nacional de Soares dos Reis. Ministério da Cultura, IPM, 2001, pp. 25)

Fig.32 – Sala de arte religiosa do MNSR (AAVV, Roteiro da Colecção: Museu Nacional de Soares dos Reis. Ministério da Cultura, IPM, 2001, pp. 25)

Fig.33 - João Allen (SANTOS, Paula M.M. Leite – Um coleccionador do Porto romântico: João Allen (1781-1848), FCT/IPM, 2005, pág.105)

Fig.34 - João Baptista Ribeiro (Revista O Tripeiro, 7.^a Série – Ano X/N.º 3, Março 1991

Fig.35 - Joaquim Leite Vasconcelos (revista Almadan, II série, Nº8, Outubro 199,pp.114)

Fig.36 - Mendes Corrêa à esquerda a observar escavação (revista Almadan, II série, Nº8, Outubro 199, p.153)

Anexo C – Lista de documentos

Nº1-Alvará de 20 de Agosto de 1721 – D. João IV

Nº2- Decreto-lei nº 27:878 de 21 de Julho de 1937 - Incorporação do Palácio das Carrancas no património do Estado visando albergar a colecção do Museu Nacional de Soares dos Reis, instituindo ainda que as colecções que constituíam o Museu Municipal do Porto deveriam aí ser instaladas, precedidas de inventário e identificação. **(apenas em versão em papel)**

Nº3-Inventário geral (1938-1940) CMP - Relação de objectos arqueológicos do Museu Municipal do Porto. **(apenas em versão em papel)**

Nº4-Inventário geral (1938-1940) CMP – secção de Diversos (miudezas) do Museu Municipal do Porto. **(apenas em versão em papel)**

Nº5-Relação de Objectos arqueológicos pertencentes à Câmara Municipal do Porto, que passam do MNSR para o MEHPDL. **(apenas em versão em papel)**

Nº6-Relatório de Inventário da C.M. Porto ao Museu Nacional Soares dos Reis 1938/40. **(apenas em versão em papel)**

Nº7-Copiador Nº5 -1900-1906 (PT/MNSR/CMP/MMP1A/P2/36). (apenas em versão em papel)

Nº8- Livro de Depósitos do MNSR – Livro 1, Nº11/49 de 3/VI/1949 (PT/MNSR/A/P1/43) **(apenas em versão em papel)**

Nº9-Ofício de 25 de Julho de 1950 (Livro 15 Nº122) de agradecimento ao Dr. Carlos de Passos da oferta do Cabo de Pátera **(apenas em versão em papel)**

Nº10- Fichas de Inventário do MNSR. **(apenas em versão em papel)**

Nº11- Fichas de Inventário do MMP. **(apenas em versão em papel)**

Nº12- Guia do Museu Municipal do Porto (Rocha Peixoto) 1902.

Índice de Apêndices

Apêndice A – Fichas de Estudo realizadas para cada objecto

- Ficha de estudo N°01 - Lâmina de sílex
- Ficha de estudo N°02 - Fragmento de machado polido sob seixo
- Ficha de estudo N°03 – Núcleo sob seixo de quartzito
- Ficha de estudo N°04 - Machado de pedra
- Ficha de estudo N°05 - Machado polido em anfíbolito
- Ficha de estudo N°06 - Enxó (?)
- Ficha de estudo N°07 - Enxó em silimanite
- Ficha de estudo N°08 - Peso de tear
- Ficha de estudo N°09 – Púcaro/Cântara
- Ficha de estudo N°10 - Tigela
- Ficha de estudo N°11 - *Ampulla* de duas asas simétricas
- Ficha de estudo N°12 - *Oinoichos* - Jarro de bocal trilobado
- Ficha de estudo N°13 - Copo
- Ficha de estudo N°14 - Prato
- Ficha de estudo N°15 - Bilha
- Ficha de estudo N°16 - Estatueta de Marte
- Ficha de estudo N°17 - Estatueta de bronze
- Ficha de estudo N°18 - Cabo de pátera
- Ficha de estudo N°19 - Amuleto Figa Phallus
- Ficha de estudo N°20 - Bracelete em bronze
- Ficha de estudo N°21 - Corpo de fíbula
- Ficha de estudo N°22 - Machado de talão
- Ficha de estudo N°23 - Estatueta celtibérica